

SÍLVIA BITTENCOURT SPRICIGO VIEIRA

**Panorama da
Implantação Urbana e Arquitetônica
das Colônias de Imigração Italiana
em Santa Catarina**

FLORIANÓPOLIS
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO TECNOLÓGICO
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA & URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
'URBANISMO, HISTÓRIA E ARQUITETURA DA CIDADE'

Panorama da Implantação Urbana e Arquitetônica das Colônias de Imigração Italiana em Santa Catarina

SÍLVIA BITTENCOURT SPRICIGO VIEIRA

FLORIANÓPOLIS
2008

SÍLVIA BITTENCOURT SPRICIGO VIEIRA

Panorama da Implantação Urbana e Arquitetônica das Colônias de Imigração Italiana em Santa Catarina

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em 'Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade' - PGAU-CIDADE, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, linha de pesquisa 'Urbanismo, Cultura e História da Cidade'.

Orientador: Prof. Dr. César Floriano dos Santos

Co-orientadora: Prof^a Dr^a Alícia N. Gonzáles de Castells

Florianópolis
2008

TERMO DE APROVAÇÃO

SÍLVIA BITTENCOURT SPRICIGO VIEIRA

**Panorama da Implantação Urbana e Arquitetônica
das Colônias de Imigração Italiana em Santa Catarina**

Esta dissertação foi submetida ao processo de avaliação conduzido pela banca Examinadora instituída pela portaria nº010/PGAU-CIDADE/08, para obtenção do título de 'Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade', tendo sido aprovada em 19 de dezembro de 2008, em cumprimento às normas da Universidade Federal de Santa Catarina e do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, PGAU-CIDADE.

Prof. Dr. Arq. César Floriano dos Santos
(Presidente) Orientador- UFSC / SC

Prof. Dr. Arq. Lino Fernando Bragança Peres
(Membro) - UFSC / SC

Prof. Dr. Arq. Mário César Coelho
(Membro) - UFSC / SC

Prof. Dr. Arq. Almir Francisco Reis
Coordenador do PGAU-CIDADE - UFSC / SC

Dedico esta dissertação às futuras gerações de catarinenses, em grande parte, descendentes de italianos, na expectativa de que o legado dos corajosos pioneiros seja valorizado e de que possam reconhecer no patrimônio cultural seu bem mais precioso.

Que as novas gerações dos Spricigo dêem continuidade à saga de trabalho árduo, honestidade, seriedade, amor, religiosidade, dedicação à família e solidariedade ao próximo testemunhada pelo Nono Amadeu.



Fig. 1 Pura confiança e plena alegria de viver, refletidas no brilho dos olhos da nova geração.
Maria Luísa Spricigo Vieira e Fernanda Spricigo dos Santos (2005)
Fonte: acervo da autora

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação PGAU-CIDADE pelos valiosos ensinamentos transmitidos.

Agradeço especialmente ao Prof^o Dr. Arqt^o César Floriano, caríssimo orientador, e à Prof^a Dr^a Arqt^a Alícia N. G. de Castells, co-orientadora, que compartilharam também suas vivências como pesquisadores.

Ao Prof^o Dr. Arqt^o Lino F. Bragança Peres e ao Prof^o Dr. Arqt^o Mário César Coelho, membros da banca examinadora, cujas contribuições construtivas foram fundamentais, também o reconhecimento pela dedicação e competência.

Ao Prof^o Esp. Arqt^o Dalmo Vieira Filho que nos apresentou a riqueza do contexto da imigração e seu patrimônio cultural, meus agradecimentos.

Agradeço com carinho aos muitos amigos e colaboradores, em especial à minha família, parceiros e incentivadores incondicionais.

“Onde cruzam seus talentos e paixões com as necessidades do mundo, lá está a sua direção.”
Aristóteles.

RESUMO

A presente dissertação trata do estudo panorâmico da configuração urbana e arquitetônica das antigas comunidades formadas por imigrantes italianos, resultantes do processo de colonização induzida do Estado de Santa Catarina. Apresenta análise comparativa das tipologias encontradas no Vale do rio Itajaí-Açú, no Vale do rio Itajaí-Mirim e rio Tijucas, no Vale do rio Tubarão e na região Sul do Estado. Busca caracterização da arquitetura ítalo-brasileira catarinense, sua relação com a geografia do território, implantação, organização dos lotes, estética, técnicas construtivas, materiais empregados. Ressalta diferenças e semelhanças regionais atribuídas às influências da cultura de outras etnias estabelecidas previamente. Apresenta registros fotográficos atualizados das regiões pesquisadas. Utiliza como fonte dados os inventários, documentação e mapeamento da arquitetura da colonização do estado, produzidos pelos pesquisadores da 11ªSR-IPHAN-SC, da FCC, da UFSC, desde a década de 80. Objetiva aprofundar conhecimento acerca das raízes culturais italianas da arquitetura popular catarinense, a fim de vincular essa identidade à produção contemporânea. Presta-se como instrumento de subsídio ao planejamento do desenvolvimento sustentável dessas regiões, a partir da valorização do seu patrimônio cultural e preservação da paisagem construída.

Palavras chave: imigração italiana, colonização de Santa Catarina, patrimônio cultural, paisagem cultural, arquitetura ítalo-brasileira, arquitetura popular

ABSTRACT

This dissertation deal with study of the urban and architectural configuration from ancient Italian's immigrant communities resulting by induced colonisation process of the State of Santa Catarina. Presents comparative analysis of typologies from Itajaí-Açú river Valley, Itajaí-Mirim river Valley and Tijucas river Valley, Tubarão river Valley and the South's State. Stablishes relationship between Santa Catarina's 'italo-brazilian' architecture and geography, location, properties's organisation, deployment, building techniques, aesthetics, materials employees. Emphasizes regional differences and similarities that emerges from the influences of the culture of other ethnicities pre-established. Photographic records presents updated from the research regions. Uses databases from inventories produced by researchers from 11th SR-IPHAN-SC, FCC, UFSC, produced since the 80's. Aims to deepen knowledge of Italian cultural roots of popular catarinense architecture, in order to bind this identity to contemporary production. Lends itself as an instrument of grant to sustainable development planning in those regions, from the recovery of their cultural heritage and preservation of the landscape.

Key words: Italian immigration , colonization of Santa Catarina , cultural landscape, cultural heritage, Italian-Brazilian architecture , popular architecture

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização das áreas delimitadas de estudo _____	20
Mapa 2: O mundo há 20 mil anos: limites da presença humana _____	30
Mapa 3: Difusão da população mundial após 1500 – Grandes navegações _____	32
Mapa 4: Difusão das raças : antes e depois de 1500 _____	33
Mapa 5: A Revolução Industrial na Europa de 1870 a 1914 _____	34
Mapa 6: Crescimento e deslocamento populacional – de 1815 a 1914 _____	35
Mapa 7: As rotas comerciais com as colônias - 1500 _____	37
Mapa 8: Regiões de livre comércio na Europa _____	41
Mapa 9: Mapa Político da Itália _____	45
Mapa 10: Mapa Físico da Europa _____	46
Mapa 11: Conflitos e instabilidade política na América Latina _____	52
Mapa 12: Ocupação do território de SC – Pré-história _____	63
Mapa 13: Ocupação do território de SC – Pré-colonização (até séc. XVIII) _____	64
Mapa 14: A fundação das vilas litorâneas – segunda metade do séc. XVII _____	65
Mapa 15: O caminho das tropas–‘Caminho do Sul’ _____	66
Mapa 16: Localização das fortificações de Ilha de SC _____	67
Mapa 17: Localização das iniciativas de povoamento açoriano/madeirense _____	68
Mapa 18: Regiões geográficas ocupadas séc.XVIII: litoral e planalto _____	69
Mapa 19: Localização das primeiras colônias de imigração em SC _____	71
Mapa 20: Vilas existentes no sul de SC na época da Rev.Farroupilha _____	72
Mapa 21: Núcleos de imigração alemã _____	72
Mapa 22: Localidades que receberam imigrantes poloneses _____	72
Mapa 23: Núcleos de imigração italiana _____	73
Mapa 24: Inter-relações culturais nas áreas de colonização européia – SC _____	75
Mapa 25: Planta cadastral da Colônia Blumenau _____	77
Mapa 26: Planta cadastral da Colônia Itajaí-Brusque _____	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Ondas de emigração Européia no séc. XIX _____	40
---	----

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1.....	V
Pura confiança e plena alegria de viver, refletidas no brilho dos olhos da nova geração.	
<small>Maria Luísa Spricigo Vieira e Fernanda Spricigo dos Santos (2005)</small>	
<small>Fonte: acervo da autora</small>	
Fig. 2	11
Exemplos de tradições culturais ítalo-brasileiras registradas em Santa Catarina.	
<small>O cultivo dos parreirais, a produção do vinho, queijo e salame coloniais, o preparo da polenta com a fina farinha de milho e as alegres festas religiosas são tradições culturais trazidas pelos imigrantes italianos que continuam fazendo parte do modo de vida dos seus descendentes em todas as regiões onde se encontram, sendo traço marcante da identidade ítalo-brasileira atual.</small>	
<small>Fonte: METALIVROS (1992) / acervo TEMPO EDITORIAL (2000)</small>	
Fig. 3	13
O tempo parece passar mais devagar no campo.	
<small>O ritmo das atividades rurais, ditado pelos ritmos da natureza, restabelece a relação humana com o tempo dos processos vitais, trazendo a sensação de bem estar.</small>	
<small>Fonte: acervo TEMPO EDITORIAL (2000)</small>	
Fig. 4	14
O nono revelando os segredos do porão ao ‘bambino’.	
<small>Preservadas as atividades tradicionais, naturalmente os conhecimentos são transmitidos às novas gerações.</small>	
<small>Fonte: acervo TEMPO EDITORIAL (2000)</small>	
Fig.5	14
Técnicas tradicionais de produção e beneficiamento do milho e da uva bastante difundidas	
<small>A manutenção das técnicas tradicionais utilizadas na agricultura familiar possibilita a implantação de sistema de produção orgânica sustentável nas pequenas propriedades rurais catarinenses. Um trunfo para o fortalecimento econômico dessas regiões e conseqüente preservação das paisagens e do patrimônio cultural.</small>	
<small>Fonte: acervo TEMPO EDITORIAL (2000) / METALIVROS (1992)</small>	
Fig. 6	15
Simplicidade e sabedoria, coragem e determinação: filhos de imigrantes italianos, nascidos no Brasil.	
<small>Este casal integrou grupo daqueles que ousaram deixar as colônias do Sul do estado e o trabalho na mineração do carvão, para colonizar e desbravar o Oeste catarinense, povoar, cultivar as terras em busca de melhores condições de vida para suas famílias. Amadeu Spricigo e Adele Manarim Spricigo (2000).</small>	
<small>.Fonte: acervo da autora</small>	
Fig. 7 e Fig. 8	15
Amadeu Spricigo comemorando seus 92 anos com seus filhos: 2ª geração brasileira. 2008	
Terceira geração brasileira dos Spricigo. 2008	
<small>Mesmo a mais recente geração brasileira dos Spricigo carrega na fisionomia a nos modos uma italianidade que é reconhecida como tal no Brasil, na Europa, na América do Norte ou do Sul.</small>	
<small>FORNTE: ACERVO JUCIELE SPRICIGO</small>	
Fig. 9	16
Fontana Di Trevi.	
<small>Impacto impressionante, no primeiro encontro com a Arquitetura Italiana de Roma.</small>	
<small>Fonte: PORTOGHESE (2001)</small>	
Fig. 10.....	17
Imagens do folder do Projeto Roteiros Nacionais de Imigração, de 2007. Exemplos da diversidade da arquitetura, das técnicas construtivas e detalhes que compõem esse universo.	
<small>Fonte: acervo 11ªSR IPHAN-SC</small>	
Fig. 11.....	18
Casa Duwe, Indaial SC (1997)	
<small>Fonte: acervo 11ªSR IPHAN-SC</small>	
Fig. 12.....	19
Vista do Porto de Santos na chegada de um navio de imigrantes	
<small>Fonte: Trento, 2000</small>	
Fig. 13.....	21
Ambiências urbanas nas colônias de imigração italiana em SC.	
<small>Sobrado Família Archer - Nova Trento (1988) / Sobrados início séc XX - Nova Trento (1988)</small>	
<small>Bar Scoz final so séc XIX - Rodeio (1988) / Sobrado final do séc XIX - Nova Trento (1988)</small>	
<small>Fonte: FLORIANO, 1990</small>	
Fig. 14.....	22
Ambiências urbanas produzidas por outras etnias em SC	
<small>Alemã - Pomerode (1986) / Polonesa - Alto Paraguaçu, Itaiópolis (2000) / Portuguesa - São Francisco do Sul (2001)</small>	
<small>Fonte: ACERVO 11SR IPHAN-SC / ACERVO TEMPO EDITORIAL / ACERVO DA AUTORA</small>	
Fig. 15.....	48
Vista aérea da região Norte da Itália	
<small>Fonte: Google Earth, 2008</small>	
Fig. 16.....	48
Vista aérea de algumas comunidades italianas de origem dos imigrantes destinados a SC	
<small>Fonte: Google Earth, 2008</small>	

Fig. 17.....	70
Paisagens representativas da geografia do território catarinense	
Fonte: TEMPO EDITORIAL, 2004	
Fig. 18.....	71
Colônias de imigrantes nos Vales dos Rios	
Fonte: TEMPO EDITORIAL, 2004	
Fig. 19.....	76
Vista panorâmica do Vale do Rio Itajaí-Açú – do Porto de Itajaí até Blumenau (indicada pela seta)	
Percurso dos imigrantes da chegada ao porto em navios até seu estabelecimento nas colônias dos vales dos rios.	
Fonte: Google Earth, 2008	
Fig. 20.....	79
Vista aérea Rio dos Cedros	
Fonte: Google Earth, 2008	
Fig. 21.....	80
Vista aérea Rodeio	
Fonte: Google Earth, 2008	
Fig. 22.....	81
Vista aérea Ascurra	
Fonte: Google Earth, 2008	
Fig. 23.....	83
Vista panorâmica do Vale do Rio Itajaí-Mirim e Tijucas – do Porto de Itajaí até Botuverá	
Percurso dos imigrantes da chegada ao porto em navios até seu estabelecimento nas colônias dos vales dos rios.	
Fonte: Google Earth, 2008	
Fig. 24.....	85
Vista aérea Botuverá	
Fonte: Google Earth, 2008	
Fig. 25.....	86
Vista aérea Nova Trento	
Fonte: Google Earth, 2008	
Fig. 26.....	87
Vista panorâmica do Vale do Rio Tubarão – do Porto de Laguna até Urussanga	
Percurso dos imigrantes da chegada ao porto em navios até seu estabelecimento nas colônias dos vales dos rios.	
Fonte: Google Earth, 2008	
Fig. 27.....	89
Vista aérea Pedras Grandes	
Fonte: Google Earth, 2008	
Fig. 28.....	89
Vista aérea Urussanga	
Fonte: Google Earth, 2008	
Fig. 29.....	90
Vista aérea Nova Veneza	
Fonte: Google Earth, 2008	
Fig. 30.....	91
Vista aérea Orleans	
Fonte: Google Earth, 2008	

Fig. 31	94
Paisagem Cultural e exemplares da Arquitetura ítalo-Brasileira no Vale do Itajaí-Açú	
Fonte: acervo da autora / acervo 11SR-IPHAN-SC	
Fig. 32	95
Paisagem Cultural e exemplares da Arquitetura ítalo-Brasileira no Vale do Itajaí-Açú	
Fonte: acervo da autora / acervo 11SR-IPHAN-SC	
Fig. 33	97
Paisagem Cultural e exemplares da Arquitetura ítalo-Brasileira no Vale do Itajaí-Mirim e do rio Tijucas	
Fonte: acervo da autora	
Fig. 34	98
Paisagem Cultural e exemplares da Arquitetura ítalo-Brasileira no Vale do Itajaí-Mirim e do rio Tijucas	
Fonte: acervo da autora / acervo TEMPO EDITORIAL	
Fig. 35	99
Paisagem Cultural e exemplares da Arquitetura ítalo-Brasileira no Vale do Itajaí-Mirim e do rio Tijucas	
Fonte: acervo da autora	
Fig. 36	103
Paisagem Cultural e exemplares da Arquitetura ítalo-Brasileira no Vale do RIO Tubarão e Sul do Estado	
Fonte: acervo TEMPO EDITORIAL	
Fig. 37	104
Paisagem Cultural e exemplares da Arquitetura ítalo-Brasileira no Vale do RIO Tubarão e Sul do Estado	
Fonte: acervo da autora / acervo 11SR-IPHAN-SC	
Fig. 38	105
Paisagem Cultural e exemplares da Arquitetura ítalo-Brasileira no Vale do RIO Tubarão e Sul do Estado	
Fonte: acervo da autora / acervo 11SR-IPHAN-SC	
Fig. 39	106
Casas de imigrantes italianos integrantes dos Roteiros Nacionais de Imigração	
Fonte: acervo 11SR-IPHAN-SC	

SUMÁRIO:

APRESENTAÇÃO	11
1.0 INTRODUÇÃO	19
2.0 IMIGRAÇÃO E CONTEXTO HISTÓRICO	27
2.1 IMIGRAÇÃO E NOMADISMO	27
2.2 IMIGRAÇÃO NO CONTEXTO DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL	32
2.3 CORRENTES EMIGRATÓRIAS	39
2.4 ITÁLIA EM PROCESSO DE UNIFICAÇÃO	43
2.5 .BRASIL – POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO	49
3.0 SANTA CATARINA	63
3.1 CONTEXTO HISTÓRICO-REGIONAL	63
3.2 IMIGRAÇÃO ITALIANA EM SANTA CATARINA	73
3.3 AS COLÔNIAS – CARACTERIZAÇÃO REGIONAL	76
3.3.1 VALE DO RIO ITAJAÍ-AÇÚ	76
3.3.2 VALE DO RIO ITAJAÍ-MIRIM E DO RIO TIJUCAS	83
3.3.3 VALE DO RIO TUBARÃO – SUL DO ESTADO	87
4.0 LEGADO DA ARQUITETURA ÍTALO-BRASILEIRA EM SC	92
4.1 INTERFACES ARQ. - VALE DO RIO ITAJAÍ-AÇÚ	92
4.2 INTERFACES ARQ.-VALE DO RIO ITAJAÍ-MIRIM E TIJUCAS	96
4.3 INTERFACES ARQ. - VALE DO RIO TUBARÃO – SUL SC	100
4.4 INTERFACES ARQ. - ANÁLISE COMPARATIVA	106
5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
6.0 BIBLIOGRAFIA	115
7.0 ANEXOS	122
7.1 CONTRATO CAETANO PINTO	122
7.2 EX. FICHA CADASTRAL – PESQUISA 11SR-IPHAN-SC	124
7.3 EX. FICHA CADASTRAL – PESQUISA UFSC	126

APRESENTAÇÃO

Os traços que marcam e identificam uma cultura ou seu grupo não estão sempre visíveis ou palpáveis. São gestos, costumes, diversões, músicas, danças, modos de falar ou agir, receitas, culinária, artesanatos, códigos de honra e respeito, valores e tradições, uma sabedoria incluída naquilo que muitas vezes não reconhecemos como nosso.



Fig. 2 Exemplos de tradições culturais ítalo-brasileiras registradas em Santa Catarina.

O cultivo dos parreirais, a produção do vinho, queijo e salame coloniais, o preparo da polenta com a fina farinha de milho e as alegres festas religiosas são tradições culturais trazidas pelos imigrantes italianos que continuam fazendo parte do modo de vida dos seus descendentes em todas as regiões onde se encontram, sendo traço marcante da identidade ítalo-brasileira atual.

Fonte: METALIVROS (1992) / acervo TEMPO EDITORIAL (2000)

O conceito filosófico de 'identidade' tem três definições fundamentais: 1ª como unidade de substância – que seria seu caráter exclusivo de identificação; 2ª Como possibilidade de substituição – admitindo igualdade absoluta de características; 3ª Como convenção – agrupamento por seleção de características. De acordo com esta última, não é possível estabelecer em definitivo o significado da concepção da identidade, ou o critério para reconhecê-la, mas, dentro de determinado sistema lingüístico, é possível determinar esse critério de forma convencional, mas oportuna. (F. WAISSMANN, apud ABBAGNANO, Nicola 2000)

Esta terceira definição permite que, a partir de critérios convencionados para agrupar elementos pertencentes a um sistema, se faça uma análise dos traços culturais de uma comunidade, nas diversas formas de expressão, e também em diferentes escalas ou níveis de abrangência. Também atende às demandas atuais de significação partindo dos pressupostos de mobilidade, transitoriedade, intensa comunicabilidade e até mesmo desterritorialização das relações sociais e de trabalho, ou permanência da produção cultural mesmo com a renovação dos seus agentes.

Numa realidade contemporânea onde o global se insere de maneira mais intensa na vida cotidiana e os valores se tornam confusos diante das incertezas e inseguranças da 'modernidade líquida'¹, as identidades sociais, culturais, religiosas, sofrem um processo de transformação contínua que vai do perene ao transitório. (Bauman, 2005)

As múltiplas possibilidades, na medida em que estamos todos 'conectados'- o que a princípio parece bom, despertam muitos anseios e podem gerar a sensação de incapacidade e frustração – pois fica impossível tomar ciência de tudo, facilmente conduzindo à confusão pessoal, desagregação. (TOMSCIC, 2008)

O prejuízo social da perda das referências culturais, da distinção entre o ritmo natural e o que está deslocado, normalmente vem acompanhado do aumento da violência, da criminalidade, da insegurança, do consumismo, do stress, da falta de saúde e pode ser medido pela diminuição da qualidade de vida da população com reflexos diretos na produção e consumo do espaço público construído.

¹ Conceito desenvolvido pelo sociólogo Zygmunt Bauman (Bauman, 1999)

A questão atual da identidade surge da necessidade de resgatar os referenciais que conferem uma ancoragem estável aos indivíduos, diante do constante deslocamento das estruturas sociais. Paralelamente à globalização caminha-se para um reforço das identidades locais, embora dentro da lógica da compressão espaço-tempo. (Hall, 2003)

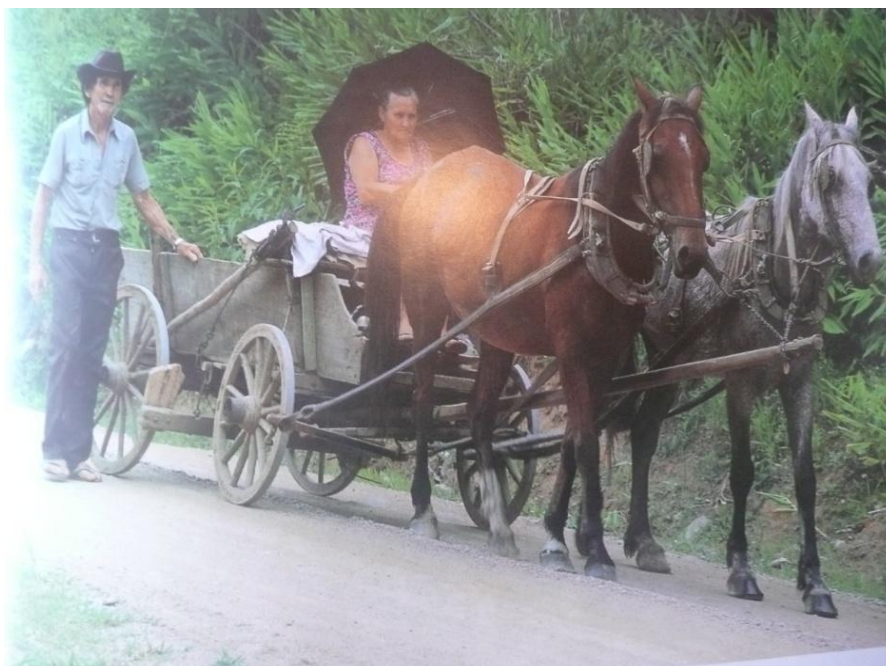


Fig. 3 O tempo parece passar mais devagar no campo.
O ritmo das atividades rurais, ditado pelos ritmos da natureza, restabelece a relação humana com o tempo dos processos vitais, trazendo a sensação de bem estar.
Fonte: acervo TEMPO EDITORIAL (2000)

Nascidos no campo ou na cidade trazemos em nosso íntimo o sentido das raízes e a fantasia rural como imperecível cordão umbilical. Não devemos perder nem enfraquecer esse amor à terra mãe. O conhecimento da identidade cultural da região em que vivemos reforça esse telurismo, nos faz sentir mais fortes e menos sós, como se falando uma mesma linguagem em comunhão com os da mesma terra. (Mattos, 1983)

Essa busca no 'local' do encontro consigo mesmo, seus valores, seus vínculos e suas razões de viver tem fundamental importância, desde a mais tenra infância, em face às inúmeras e constantes possibilidades 'globais' de construção da própria identidade, seu *oikos*: ordem e estabilidade.

Pois a maneira mais segura de garantir à criança o seu ajustamento à sociedade é precisamente fazer com que ela receba, de modo intenso aquela massa de hábitos, valores, associações e reações emocionais – o patrimônio tradicional, em suma – imprescindíveis para que o indivíduo se integre eficientemente na cultura comum. (BARBOSA LESSA *apud* (Mattos, 1983)

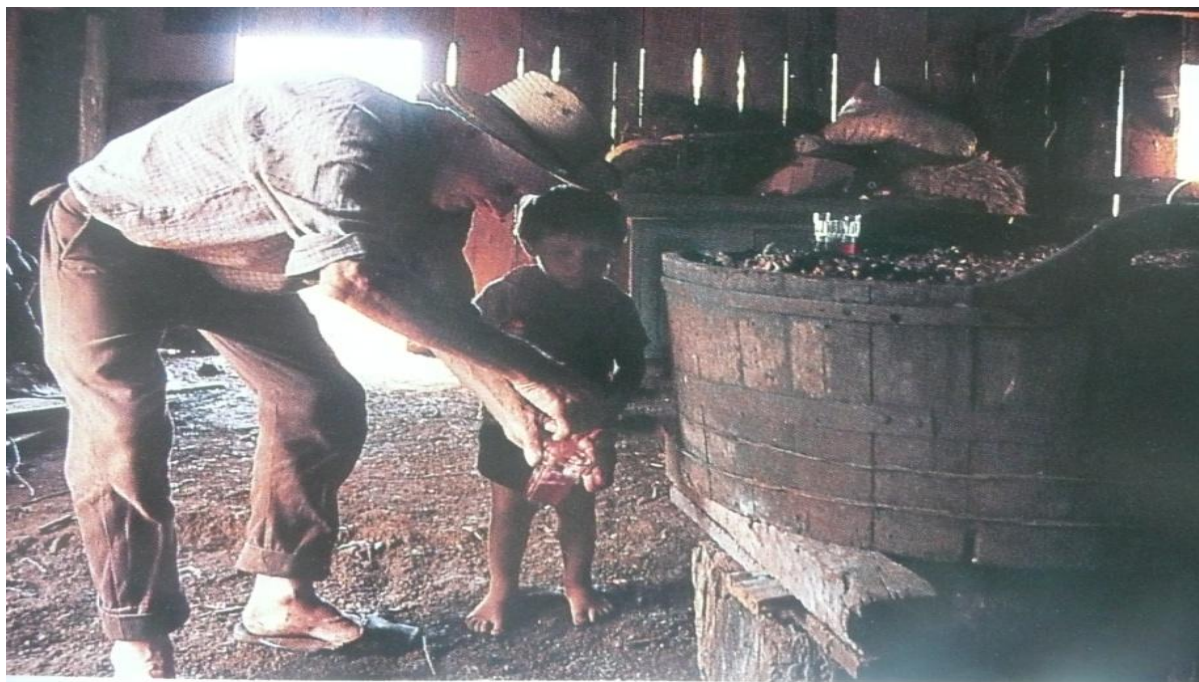


Fig. 4 O nono revelando os segredos do porão ao 'bambino'.

Preservadas as atividades tradicionais, naturalmente os conhecimentos são transmitidos às novas gerações.
Fonte: acervo TEMPO EDITORIAL (2000)

Nesse sentido, o conhecimento e a manutenção da expressão cultural de um povo são fundamentais para o avanço dessa sociedade, pois das atividades artísticas tem a possibilidade de alimentar as forças pessoais criativas relacionando sua essência com o mundo externo; promovendo a integração do pensamento, do sentimento e das ações de modo coerente e inovador. Ao passo que a dissociação, a ruptura entre origem e realidade, leva a falta de movimento, estagnação. (TOMSCIC, 2008)



Fig. 5 Técnicas tradicionais de produção e beneficiamento do milho e da uva bastante difundidas

A manutenção das técnicas tradicionais utilizadas na agricultura familiar possibilita a implantação de sistema de produção orgânica sustentável nas pequenas propriedades rurais catarinenses. Um trunfo para o fortalecimento econômico dessas regiões e conseqüente preservação das paisagens e do patrimônio cultural.
Fonte: acervo TEMPO EDITORIAL (2000) / METALIVROS (1992)

Na medida em que estamos conscientes da importância do papel e do trabalho que os antepassados desempenharam pelo desenvolvimento da região em que vivemos, então nos orgulhamos de sermos seus continuadores, seus herdeiros culturais. (Mattos, 1983).



Fig. 6 Simplicidade e sabedoria, coragem e determinação: filhos de imigrantes italianos, nascidos no Brasil. Este casal integrou grupo daqueles que ousaram deixar as colônias do Sul do estado e o trabalho na mineração do carvão, para colonizar e desbravar o Oeste catarinense, povoar, cultivar as terras em busca de melhores condições de vida para suas famílias.

Amadeu Spricigo e Adele Manarim Spricigo (2000)

Fonte: acervo da autora

Minha família paterna é italiana, ítalo-brasileira efetivamente, rigorosamente italiana pelos traços de sangue, mesmo depois de duas gerações nascidas aqui no Brasil. Pertencço à terceira geração ítalo-brasileira dos “**Spricigo**”; já com a pele mais escura do que gostaria minha bisavó e pouco do seu sotaque carregado; mas com bom paladar para reconhecer uma autêntica polenta.



Figura 7 Amadeu Spricigo comemorando seus 92 anos com seus filhos: 2ª geração brasileira. 2008

Figura 8 Terceira geração brasileira dos Spricigo. 2008

Mesmo a mais recente geração brasileira dos Spricigo carrega na fisionomia a nos modos uma italianidade que é reconhecida como tal no Brasil, na Europa, na América do Norte ou do Sul.

FORTE: ACERVO JUCIELE SPRICIGO



Figura 9 **Fontana Di Trevi**
Impacto impressionante, no primeiro encontro com a Arquitetura Italiana de Roma.
FONTE: PORTOGHESE (2001)

Há cinco anos estive na Itália pela primeira vez. Fiquei impressionada com as maravilhas da civilização Romana e de súbito fui tomada pela sensação inesperada de pertencer àquele lugar, de estar encontrando minhas raízes numa identificação com o *'modus vivendi'* daqueles italianos. Descobrimo “porque” na nossa casa sempre se mantinha uma peça redonda de queijo sobre a mesa, que era degustado a qualquer hora, cortado em grossas fatias como se fosse bolo e outras coisas assim. A resposta para uma pergunta da minha infância estava diante dos meus olhos: “-Porque minha Nona Adele, avó paterna, de origem italiana, fazia ‘bolachas’ enormes, verdadeiras barras achatadas de massa pesada, enquanto minha Vovó Stella, a avó materna, brasileira de origem, que vivia em Blumenau, cidade de colonização alemã, confeccionava delicados e minúsculos biscoitos aromáticos, com cores, formas e recheios variados?”. A diferença estava na cultura de formação. Estava vivenciando plenamente a “identificação cultural”!

Mas essa surpresa fez com que despertasse em mim a curiosidade pela situação particular vivida, aqui no Brasil, pelos imigrantes italianos, o desbravamento das terras, a relação e integração com as demais culturas estabelecidas e de certa forma a permanência da cultura de origem italiana daquela época até os nossos dias.

Nesta fase, já havia cumprido estágio no IPHAN-SC, participando na elaboração dos inventários do 'Projeto dos Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina': vasta pesquisa de campo, desenvolvida desde 1984 pela 11ª Superintendência Regional do IPHAN, tendo como tema o patrimônio das regiões de colonização do Estado ocupadas por imigrantes de diversas origens étnicas, com farto material fotográfico, histórico e cadastral, mas com preponderância da pesquisa sobre a imigração alemã.



Figura 10 Imagens do folder do Projeto Roteiros Nacionais de Imigração, de 2007.
Exemplos da diversidade da arquitetura, das técnicas construtivas e detalhes que compõem esse universo.
Fonte: acervo 11ªSR IPHAN-SC

Também já havia visitado as regiões das antigas colônias de imigração no Sul do Estado e especialmente no Vale do Itajaí, foco principal daquela pesquisa, em função da situação de emergência que as enchentes de 1983 impunham ao salvamento desse patrimônio. Ambas as regiões encontram-se com significativa redução no número de exemplares restantes, do total do universo inventariado. O comprometimento com a causa da imigração foi marcado pela surpresa do encontro com a 'Casa da Família Duwe', quando naquele caminho sinuoso a pude vislumbrar majestosa, por detrás de uma plantação de trigo. Telhado com mansardas, de

volumetria imponente, toda de tijolos aparentes, mesclados formando desenhos na fachada, numa composição harmoniosa e surpreendente.

Entretanto, estava evidente a precária situação da propriedade e o péssimo estado de conservação da casa.



Figura 11 Casa Duwe, Indaial SC (1997)

Fonte: acervo 11ªSR IPHAN-SC

Apesar de todos os esforços mobilizados, vários daqueles caminhos e comunidades ainda não estavam cadastrados. O Projeto dos Roteiros Nacionais de Imigração de Santa Catarina foi apresentado ao Conselho do IPHAN e aprovado em 2007. Esse trabalho teve prosseguimento, coordenado pela 11ªSR-IPHAN, em parceria com os municípios, com a extensão dos inventários cadastrais, com o incentivo ao turismo cultural rural e outras iniciativas complementares.

Impulsionada por essa motivação nos propusemos a pesquisar a história da colonização de Santa Catarina, especialmente aquela dos imigrantes italianos. Esperamos agregar conhecimento às pesquisas que vêm sendo desenvolvidas, no intuito de contribuir para o planejamento futuro dessas regiões.

1. INTRODUÇÃO



Figura 12 Vista do Porto de Santos na chegada de um navio de imigrantes
Fonte: Trento,2000

Desde 1878 até os dias atuais um milhão e meio de imigrantes italianos entraram no Brasil. Atraídos pelas oportunidades que a América oferecia no final do século passado (diante das dificuldades enfrentadas na Europa), aqui chegaram para substituir a mão-de-obra escrava nas lavouras de café. Outros vieram para formar as colônias, principalmente dos estados do sul do país, que visavam garantir as posses do território. Depois, na fase de industrialização, o país passou a atrair profissionais especializados, a cada ano chegaram mais levas de italianos, em especial no primeiro e no segundo pós-guerra. (Trento, 2000)

O incentivo governamental para colonização do sul do país, trazendo grupos de imigrantes e estabelecendo colônias, geralmente organizadas por etnias, resultou no fenômeno do surgimento de diversas comunidades com características próprias e especiais, de origem étnica, relacionadas às manifestações culturais e constituintes do espaço construído.

Em Santa Catarina as Colônias se estabeleceram divididas em pequenas propriedades rurais sob o regime de economia de subsistência, a exemplo do que

ocorreu nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Espírito Santo. A configuração espacial e tipológica resultante desses empreendimentos possui características semelhantes, cuja familiaridade permite a utilização dos trabalhos já publicados sobre a arquitetura da imigração italiana desses estados para referendar as pesquisas sobre a arquitetura ítalo-brasileira catarinense.

Este trabalho aborda as regiões da ocupação italiana mais antiga em Santa Catarina. Abrange a vinda de imigrantes italianos para o Vale do rio Itajaí-Açú, em 1870, estabelecidos nas bordas da 'Colônia Blumenau', (atuais municípios de Rodeio, Ascurra, Rio dos Cedros); em 1877, para o Sul-Catarinense na 'Colônia Azambuja', (atuais municípios de Pedras Grandes, Tubarão e Treze de Maio), em 1878 na 'Colônia Urussanga e na 'Colônia Grão-Pará', (atuais municípios de Nova Veneza, Orleans, Urussanga, Braço do Norte, São Ludgero, Treviso, Cocal do Sul, Criciúma); em 1879 na 'Colônia Itajahy-Brusque e Colônia Nova Itália', no Vale do rio Itajaí-Mirim e Vale do rio Tijucas, (atuais municípios de Nova Trento, São João Batista, Brusque).

A colonização do Oeste e Meio-Oeste de Santa Catarina, onde o processo se deu por migração interna de alemães e italianos vindos principalmente de colônias em crise deste estado e dos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, não foi incluída na presente dissertação.



Mapa 1 Localização das áreas delimitadas do estudo

Fonte: (Piazza W. F., 1983)

Propôs-se como objetivo geral apresentar um panorama do processo de colonização italiana em Santa Catarina, a política de distribuição das terras, sua organização formal e aspectos relevantes da arquitetura e dos espaços urbanos decorrentes e sua implantação nos lotes.

A imigração italiana contribuiu largamente para o povoamento de grande parte dos municípios catarinenses. (Piazza W. F., 1994) Estima-se portanto, que sua influência, ainda pouco estudada, marca significativamente boa parte da paisagem rural e urbana deste estado. O conhecimento da implantação urbana das antigas colônias, sua relação com o território, organização nos lotes e a arquitetura, podem indicar parâmetros de caracterização das áreas de fixação destes imigrantes neste estado. Esta caracterização é vital para o planejamento urbano e territorial da região, considerando a preservação da identidade e do patrimônio histórico e cultural. O desenvolvimento ameaçador dos centros urbanos e a rápida transformação dessas paisagens rurais conferem caráter de urgência à elaboração dessas pesquisas.



Figura 13 Ambiências urbanas nas colônias de imigração italiana em SC.
Sobrado Família Archer - Nova Trento (1988) / Sobrados início séc XX - Nova Trento (1988)
Bar Scoz final so séc XIX - Rodeio (1988) / Sobrado final do séc XIX - Nova Trento (1988)
Fonte: FLORIANO, 1990

A arquitetura é um fenômeno eminentemente cultural. As interações entre as diversas culturas são difíceis de mensurar. [...] A arquitetura é apenas uma das manifestações da cultura, em razão do que estas devem ser o objetivo maior para o seu entendimento. (WEIMER, 2005).

Edgar Albuquerque Graeff (1983), professor da UNB, recomenda que se procurem as fontes das arquiteturas efetivamente produzidas no Brasil, para documentá-las e informar a influência que vêm exercendo sobre a Arquitetura Brasileira em formação. Alerta que a arquitetura contemporânea, com suas inúmeras facetas, mostra com clareza sua estreita vinculação com as classes trabalhadoras. Reforça também que o estudo da história adquire sentido e significado social e cultural na medida em que contribui para informar o equacionamento de problemas colocados pelo presente para ajudar a encontrar soluções com perspectivas de futuro, pois a História é estudada e escrita em função dos projetos de desenvolvimento.

Esse papel processual da História é também mais válido no campo da arquitetura porque os produtos desta – o espaço urbano e o espaço edificado: a morada humana, em síntese – são construídos para abrigar muitas gerações, por séculos e, não raro, por milênios. O projeto de hoje, uma vez realizado, vai permanecer aí por muito tempo, favorecendo ou prejudicando as atividades humanas. (GRAEFF *apud* WEIMER, 1983).

Poucas nações do mundo tiveram formação cultural multi-étnica tão diversa quanto a brasileira, resultando numa rica variedade de 'heranças de construções', assim como é riquíssimo seu artesanato, ou suas construções navais.



Figura 14 Ambiências urbanas produzidas por outras etnias em SC.

Alemã - Pomerode (1986) / Polonesa - Alto Paraguaçu, Itaiópolis (2000) / Portuguesa - São Francisco do Sul (2001)

Fonte: ACERVO 11SR IPHAN-SC / ACERVO TEMPO EDITORIAL / ACERVO DA AUTORA

Num país de dimensões continentais (com grande diversidade de climas, de ecossistemas e situações de implantações das colônias, de recursos naturais ou da arte de que dispunham, submetendo-se os modelos trazidos pelos imigrantes às adaptações necessárias - WEIMER, 2005), pode-se imaginar a amplitude do acervo

de que dispomos como resultado, principalmente quando se trata da ‘casa de morada’. Particularmente no estado de Santa Catarina, em virtude da sua geografia diversificada e do processo de colonização e ocupação gradativa do território por imigrantes provenientes de diversas regiões da Europa, Ásia, África e América, a riqueza do seu acervo patrimonial de arquitetura popular é fabulosa! O conhecimento dessa produção arquitetônica despertou profundo interesse, entretanto ainda é escassa a produção científica sobre o tema.

“Dentro do ensino da arquitetura no Brasil somente é valorizada a arquitetura erudita.” (WEIMER, 2005).

Aos tratados de história da arquitetura, raras vezes interessa algo além dos edifícios monumentais. Até muito pouco tempo atrás, o que aparecia na “história” nos textos escolares eram reis e rainhas, príncipes e imperadores, papas e bispos, a história das batalhas, conflitos e conquistas, manobras políticas e dominações dinásticas mais do que as pessoas que integravam a população. A história se libertou em grande parte desse espartilho e já se interessa muito mais pela natureza mutante e da evolução da sociedade como um todo. Enquanto a dita “história” agora presta atenção à vida das pessoas simples que tomaram parte nas batalhas e foram conduzidas pelos grandes senhores, a da arquitetura continua substancialmente obscurecida com a contemplação dos edifícios que alojaram os principais atores da velha “história” formal. (OLIVER *apud* WEIMER 2005).

‘Ora, a arquitetura popular apresenta em Portugal, a nosso ver, interesse maior que a “erudita” – servindo-nos da expressão usada, na falta de outra, por Mário de Andrade, para distinguir da arte do povo a “sabida”. É nas suas aldeias, no aspecto viril das suas construções rurais a um tempo rudes e acolhedoras, que as qualidades da raça se mostram melhor. Sem o ar afetado e por vezes pedante de quando se apura, aí, à vontade, ela se desenvolve naturalmente, adivinhando-se na justeza das proporções e na ausência de “*make-up*”, uma saúde plástica perfeita, - se é que podemos dizer assim. Tais características, transferidas – na pessoa dos antigos mestres e pedreiros “incultos” – para a nossa terra, longe de significarem um mau começo, conferiram desde logo, pelo contrário, à Arquitetura Portuguesa na Colônia, esse ar desprezioso e puro que ela soube manter, apesar das vicissitudes por que passou, até meados do século XIX. (COSTA, 1995)

Lúcio Costa estudou a arquitetura brasileira da sua região, assim como Oscar Niemeyer², seguidores de Rodrigo Mello Franco de Andrade, e detentores de produção arquitetônica expressiva de reconhecimento nacional e internacional. O mesmo raciocínio pode ser aplicado às arquiteturas originárias de outras etnias: a evolução só pode partir de conhecimento prévio das virtudes essenciais da arquitetura local.

A produção arquitetônica catarinense dos últimos tempos não criou novos ‘marcos’ ou uma escola fortalecida. Desprovida de personalidade própria, também pouco se destaca no cenário nacional. A questão está além da qualidade: trata-se da busca

² DEPOIMENTO PESSOAL DO ARQUITETO, EM CERIMÔNIA COMEMORATIVA DO CONSELHO CONSULTIVO DO IPHAN, EM 1997, TESTEMUNHADA PELA AUTORA.

pela expressividade, conceituação, personalidade própria – amadurecimento alcançado a partir da segurança embasada nas origens. Percebe-se a importância do conhecimento profundo da arquitetura popular catarinense, das suas raízes, visto que é a base da formação do nosso estado, para que se possa almejar a produção futura de uma ‘arquitetura de identidade catarinense contemporânea.’

Ao consultar os dados para elaboração desta pesquisa deparou-se com o dossiê do processo de tombamento das regiões de colonização por imigrantes, projeto denominado “Roteiros Nacionais de Imigração em Santa Catarina”. Esse documento contém extenso e completo relatório histórico e analítico contando a saga desses imigrantes, construtores de importante patrimônio arquitetônico, urbano e imaterial catarinense. Trata do contexto histórico-cultural do período, da importância para o Brasil, das políticas governamentais, da situação catarinense e das dificuldades enfrentadas pelos imigrantes. Registro fotográfico e cadastral extenso, elaborado ao longo de mais de 20 anos. O dossiê faz descrições arquitetônicas, análises sobre o uso de materiais e da integração entre as diversas etnias. À primeira impressão esgotando as discussões sobre o tema. Mas, o dossiê está bastante centrado na imigração alemã, que deixou mais registros escritos e documentais organizados, construiu colônias bastante homogêneas, esteve à frente administrativamente das colônias mais importantes e com maior desenvolvimento. Contaram desde cedo com o apoio do país de origem, com a colônia dotada de infra-estrutura de transportes para o escoamento da produção facilitando o crescimento econômico. Pode ser complementado com o aprofundamento, estudo mais detalhado das demais etnias, com menor destaque no contexto, mas que igualmente contribuíram para a formação da cultura catarinense. Partiu-se desse documento, com um apanhado geral sobre o patrimônio do imigrante para agregar informações sobre o patrimônio dos imigrantes italianos.

Os estudos e análises comparativas das principais regiões de colonização italiana do estado foram elaborados utilizando como base de dados os arquivos dos inventários cadastrais realizados pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, pela FCC - Fundação Catarinense de Cultura, pela UFSC - pesquisa realizada há 23 anos, 1985, pelos professores Prof. Dr. César Floriano dos Santos e Prof. Dra. Eloah Rocha Monteiro de Castro nos municípios de Ascurra, Rodeio e Rio

dos Cedros, do Depto. de Arquitetura da UFSC – Universidade Federal de Arquitetura.

Esta pesquisa está estruturada em três partes principais divididas em capítulos.

No capítulo 2 será apresentada uma revisão bibliográfica tratando da imigração no contexto nacional, das diversas etnias (alemã, polonesa, italiana, entre outras) que vieram para o Brasil.

Também neste capítulo encontram-se algumas informações fundamentais para entender o contexto em que essas comunidades foram formadas e a situação sócio-econômica vivida por seus atores.

O capítulo 3, referente à Imigração Italiana em Santa Catarina, aborda a localização das colônias de imigração italiana, o contexto em que foram criadas, seus aspectos culturais e de formação das cidades.

O capítulo 4 trata da arquitetura como formadora das paisagens, das técnicas construtivas - tijolo, madeira e cantaria, e da arquitetura ítalo-brasileira em contextos diferenciados - no sul e no vale do Itajaí.

A exemplo da metodologia adotada por Zigmunt Bauman (2006)³, em suas perspicazes análises contemporâneas, apesar de se tratar de um estudo arquitetônico, abordou-se o objeto em questão pelo prisma dos seus diversos aspectos históricos, sociais, culturais, econômicos, políticos, e outros mais, componentes do contexto do período específico delimitado e daqueles que o antecederam. Foi visada uma compreensão ampliada do “fazer arquitetônico” como uma atividade absolutamente relacionada ao modo como o ser humano vem planejando, vivenciando, organizando, realizando sua presença no mundo. A prévia descrição histórica procura situar o período delimitado deste estudo nesta longa trajetória.

Propôs-se pesquisar e analisar informações históricas obtidas dos trabalhos já realizados sobre esse tema, dos Professores César Floriano dos Santos e Eloah Rocha Monteiro de Castro, bibliografia específica, fotografias, mapas cadastrais do IBGE, entre outros, para aprofundar nosso conhecimento sobre o assunto e sobre a

³ A METODOLOGIA QUE UTILIZA PARA ABORDAR UM ASSUNTO BUSCA ACIMA DE TUDO REVELAR A MIRÍADE DE CONEXÕES ENTRE O OBJETO DA INVESTIGAÇÃO E OUTRAS MANIFESTAÇÕES DA VIDA NA SOCIEDADE HUMANA. CONSIDERA ESSENCIAL COLHER A “VERDADE” DE TODO SENTIMENTO, ESTILO DE VIDA E COMPORTAMENTO COLETIVO. ISSO É POSSÍVEL QUANDO SE ANALISAM CONTEXTOS SOCIAL, CULTURAL E POLÍTICO EM QUE UM FENÔMENO PARTICULAR EXISTE, ASSIM COMO O PRÓPRIO FENÔMENO. (Bauman Z. , 2006)

área em estudo; realizar pesquisa de campo verificando a situação atual da área pesquisada; realizar análise comparativa entre os períodos históricos identificados visando obter as respostas sobre as hipóteses levantadas, entre elas a mais pulsante: “Que elementos dessa cultura italiana permanecem vivos e continuam influenciando a arquitetura e a urbanização”.

A ‘memória’ humana dispõe de recursos que podem ser revelados como ‘conservação de sensações’ (persistência de conhecimentos passados) ou como ‘recordação’ (evocação do conhecimento passado tornado atual ou presente). Partiu-se da conceituação não como regressão do presente para o passado, mas ao contrário, na ‘memória que consiste no progresso do passado ao presente’. (ABBAGNANO, 2000).

É no passado que nós nos situamos de chofre. Partimos de um estado virtual, que pouco a pouco, através de uma série de planos de consciência diferentes, vamos conduzindo até o termo em que ele se materializa em apercepção atual, ou seja, até o ponto em que se transforma em estado presente e agente, enfim, até o plano extremo de nossa consciência sobre o qual se desenha nosso corpo. A recordação consiste nesse estado virtual. (BERGSON, 1896 *apud* ABBAGNANO, 2000)

Como trabalho de abordagem panorâmica, têm-se consciência das lacunas restantes. Temas como paisagem cultural, estruturação urbana das colônias, aspectos de tipologias construtivas e espaciais, configuração dos jardins e muitos outros aspectos ficam abertos para novas pesquisas. Estão indicadas as possibilidades.

É esta a reflexão que se propõe.

2. IMIGRAÇÃO E CONTEXTO HISTÓRICO

2.1 IMIGRAÇÃO E NOMADISMO

A imigração italiana, no estado de Santa Catarina, integra uma série complexa de acontecimentos e circunstâncias históricas, sociais, culturais, econômicas e políticas, manifestações da vida em sociedade relacionadas ao contexto mundial do período. Como afirma o sociólogo polonês Zygmunt Bauman⁴ (1999), o fenômeno da emigração europeia e asiática para a colonização das Américas foi uma das primeiras atitudes da humanidade firmada na noção de 'globalização': "buscou-se solução global para problema local". (BAUMAN, 1999).

Os problemas de excedentes, inclusive resíduos humanos, resultantes da progressiva eficiência econômica europeia, desde então têm sido depositados nos vastos territórios de ultramar que, devido à superioridade militar e tecnológica da Europa, podiam ser tratados como 'terra de ninguém', 'deserta', 'subcultivada' ou 'ociosa'. (BAUMAN, 2006)

Mas uma vez desatrelado das populações nativas pré-capitalistas das terras colonizadas, o "novo e aperfeiçoado" modelo econômico capitalista transformou gradualmente os territórios conquistados em "depósitos de lixo". (BAUMAN, 2006)

A anuência dos governantes, e até de certo modo da população, de origem europeia, se deve também ao comprometimento com a ideologia 'euro-centrada' dos países colonizadores, considerando o 'Novo Mundo' como uma verdadeira extensão dos seus domínios, e a liberdade conquistada pela colônia (1822), mesmo tendo sido negociada (1825), como uma generosa concessão.

O processo de Independência do Brasil foi fundamentalmente influenciado por dois fatores: a crescente subordinação portuguesa à política de expansão comercial inglesa, que se acentuaria com a Revolução Industrial; e o conformismo egoístico da classe dominante em Portugal, interesseiramente entrosada no sistema imposto pelo capitalismo inglês. A colônia brasileira inseria-se no sistema numa espécie de subordinação em dobro, à metrópole portuguesa e através desta à metrópole

⁴ Em entrevista a Edney Silvestre no Programa Espaço Aberto Literatura, 2006.

inglesa. Com a transferência da Corte de Lisboa para o Rio de Janeiro (1808), sob a proteção da Inglaterra, e seu posterior regresso a Portugal, passou o Brasil a tratar diretamente com o nascente imperialismo britânico. (SODRÉ, 1969).

Subordinação que transformada, persiste até os nossos dias, no entanto, garantiu-se a unidade territorial do Império do Brasil.

E desde então a história do nosso País, emperrado no subdesenvolvimento, tem transcorrido sob o signo de tal conúbio interno-externo, com uma variante apenas – a troca, já em nossos dias, de Londres por Washington. (SODRÉ, 1969).

O Imperador do Brasil, Dom Pedro I, também herdeiro do trono de Portugal, ainda carregava esta ambivalência de interesses: para efeitos oficiais, as terras ocupadas pelas populações nativas da América, não estabelecidas como ‘civilizações desenvolvidas’, desprovidas de cidades erigidas, eram consideradas ‘desocupadas’ e sujeitas à apropriação e ataques por outros países. (LUSTOSA, 2006).

O ingresso de populações de origem européia, africana e asiática foi uma constante no processo de povoamento e consolidação territorial do país, constituindo parte importante das políticas governamentais brasileiras.

Desde o início do século XIX fluxos populacionais, ibéricos ou não, foram induzidos a ocupar o território brasileiro, sendo incrementados a partir de 1850, após o final da Guerra do Paraguai (1864-1870) e no período entre a Primeira (1914-1918) e a Segunda (1939-1945) Grandes Guerras Mundiais. O fluxo imigratório permaneceu na segunda metade do século XX até a década de 80, caracterizado por iniciativas pessoais, diante da quase inexistente participação estatal e raros empreendimentos públicos ou privados. A partir de então se inverteu o fluxo migratório e muitos jovens brasileiros passaram a buscar melhores oportunidades para desenvolver seus talentos na Europa, na Ásia e na América do Norte. (CALDEIRA, 2000)

Atualmente, o Brasil volta a ser uma opção para aqueles estrangeiros que buscam melhor qualidade de vida. Dotado de belezas naturais que encantam os visitantes, possui formação geológica antiga livre de possibilidades de terremotos ou erupções vulcânicas. Ainda dispõe de facilidades na aquisição de terras ou imóveis próprios, possui fartura na produção de alimentos e custo de vida acessível. Trata-se de um país jovem, quando comparado às nações européias, com muito ainda por fazer. A vastidão do território brasileiro abrange diversos ecossistemas, climas, formações

geológicas e uma infinidade de recursos naturais, fauna e flora. O campo de trabalho para profissionais qualificados é vasto, por essas inúmeras alternativas, com possibilidades de realização de projetos inéditos no âmbito mundial. As atuais facilidades de transporte e de comunicação disponíveis, que transpõem as barreiras da localização, possibilitam que trabalho e morada aconteçam em diferentes países ou continentes. Questões produtivas e econômicas têm feito do Brasil também uma alternativa para investimentos estrangeiros. Enquanto nesse momento de recessão e crise econômica, a Europa enfrenta um período de custo de vida elevado, mercado de trabalho altamente qualificado e competitivo, escassez de alimentos, rara mão-de-obra para serviços pouco especializados, falta de imóveis para comercialização. Nesse contexto do mundo globalizado, as qualidades inerentes e autênticas de cada localidade assumem papel ainda mais importante como elementos acrescentados aos parâmetros de valoração.

Além desses fatores que justificariam as migrações, em um determinado período histórico, a contínua atitude migratória do homem manifesta-se reveladora de peculiar característica humana: ser vivo frágil, mas que por desígnios da sua inteligência consegue adaptar-se a diferentes ambientes. Faz parte da sua natureza: ser nômade e procurar por desafios, melhores condições de vida. O espírito de aventura, bastante presente na alma italiana, também atua como impulsionador desses movimentos.

O que se pode considerar uma estrutura antropológica que tem de ser levada em conta é que o nomadismo não se determina unicamente pela necessidade econômica, ou a simples funcionalidade. O que o move é o desejo de evasão, a “pulsão migratória” incitando a mudar de lugar, de hábito, de parceiros, e isso para realizar a diversidade de facetas de sua personalidade. (MAFFESOLI, 2001). “O que é certo é que a insatisfação, motor por excelência da errância, vai favorecer a “variação”. (MAFFESOLI, 2001)

No período pré-histórico, desprovidos dos meios de transporte hoje conhecidos, nossos ancestrais percorreram e ocuparam todos os continentes hoje conhecidos.

Os '*Homo Erectus*' distinguiram-se dos seus antepassados pelas suas inovações: foram os primeiros a falar, a fazer roupas, a construir abrigos, a habitar áreas geladas, a empreender caçadas de grande porte e a usar o fogo. Mas talvez a sua grande inovação tenha sido o desenvolvimento do senso de parentesco condizente à família, fundamento da sociedade humana. (Editors of Time-Life Books, 1974)

A produção do conhecimento continua sendo a propulsora da criação de novas oportunidades para o desenvolvimento transformador da humanidade resultando na migração.

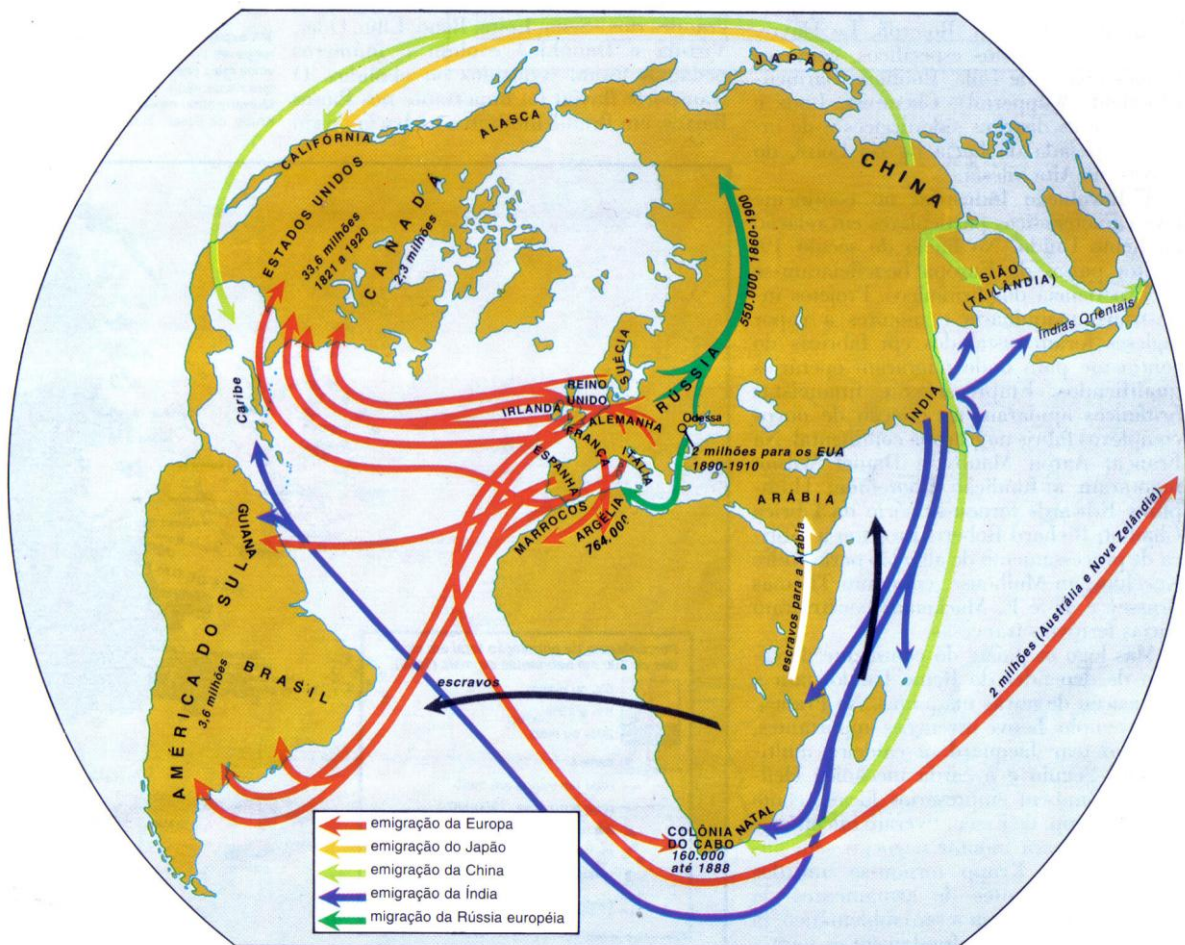
A aviação, os satélites, a internet, e a fibra-ótica atuam na re-configuração espacial da população, da política e da economia mundial hoje em dia, assim como as grandes navegações nos séculos XV e XVI permitiram a conquista de novos territórios e a Revolução Industrial no século XVIII representou tamanha transformação social que exigiu uma nova adaptação espacial das populações.

As grandes descobertas servem como marcos para mudanças significativas de padrões de comportamento e organização da humanidade.

2.2 IMIGRAÇÃO NO CONTEXTO DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

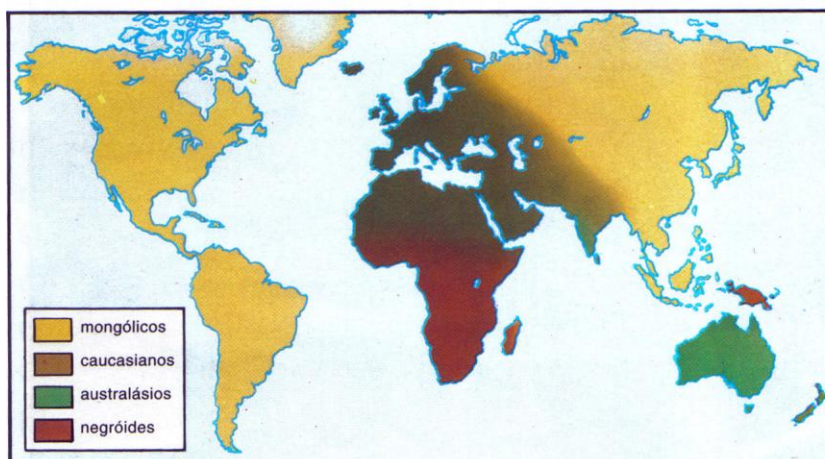
Os ocidentais iniciaram um longo predomínio comercial e político sobre o planeta com as descobertas marítimas e os avanços tecnológicos da navegação e artilharia, acompanhadas dos lucros do comércio intercontinental. Resultado da evolução das ciências, as grandes navegações permitiram uma expansão territorial assombrosa dos estados europeus, inaugurando um período em que o poder de uma nação dependia das riquezas e possibilidades de exploração econômica de suas colônias.

'A 'europeização' de territórios de ultramar foi fator significativo para o aumento da influência política dos principais Estados europeus em todo o mundo. (BAUMANN, 2006)' A medida das forças políticas passou a ser tomada não somente pela extensão das terras de um país, como pelo seu poderio econômico, e pela influência de suas possessões.

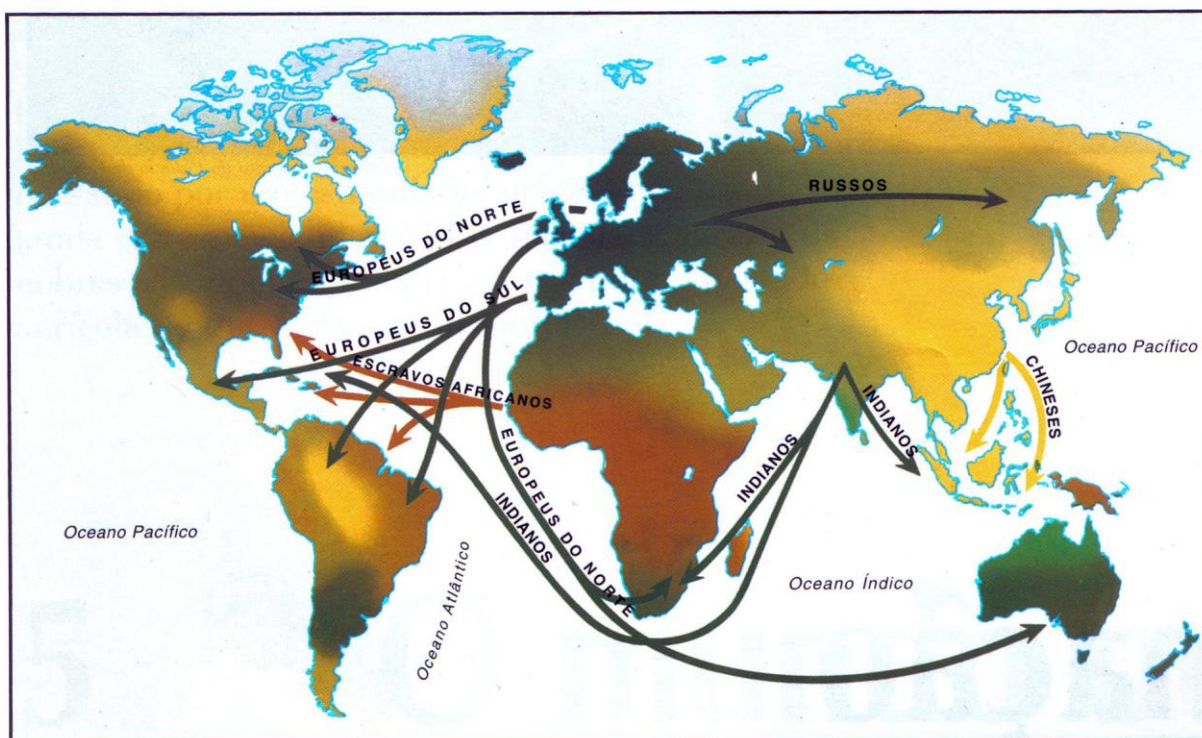


Mapa 2 Difusão da população mundial após 1500- Grandes Navegações
Fonte: (Folha de São Paulo, 1995)

A adaptação do mundo à esta nova ordem econômica, social e política, incluiu intensas trocas populacionais da Europa para a Ásia, África, Oceania e principalmente para as Américas, e da África, como mão-de-obra escrava para as colônias do Novo Mundo, onde as populações autóctones foram na sua maioria exterminadas ou escravizadas.



3/Distribuição das raças em 1500 (à esquerda) e sua posterior difusão (abaixo) Antes de 1500, existia segregação racial generalizada. Os negróides concentravam-se nas regiões ao sul do Saara africano e alguns poucos nas ilhas do Pacífico; os mongólicos na Ásia Central, Sibéria e nas Américas; os caucasianos na Europa, no norte da África, Oriente Médio e Índia; e os australásios na Austrália e Índia. Por volta de 1775, este padrão foi fundamentalmente alterado como consequência de seis principais migrações intercontinentais: da Europa para as Américas do Norte, Central e Sul; dos países do norte europeu para a África (e, posteriormente, para a Austrália); da África para as Américas; da Rússia, através dos montes Urais, para a Sibéria; da Índia para a África Oriental, África do Sul e Caribe; e da China para o Sudeste Asiático. A maior mudança ocorreu nas Américas: em um século, a população nativa chegou a diminuir 90% em algumas regiões, para ser substituída por europeus, negros e, em algumas partes da América Latina, por mestiços.



Mapa 3 Difusão das raças : antes e depois de 1500
 Fonte: (Folha de São Paulo, 1995)

A Revolução Industrial foi possibilitada pela invenção da máquina a vapor, que permitiu multiplicar a força de trabalho aumentando a velocidade de produção. Estabeleceu-se um novo processo produtivo, cuja unidade de produção não estava mais baseada na capacidade humana do indivíduo, mas nas inúmeras possibilidades do trabalho associado às máquinas. Essas transformações intensas romperam relações seculares, provocando na Europa o crescimento desenfreado, a explosão demográfica das cidades e a redução da população das áreas rurais. A agricultura e o artesanato entraram em colapso. O promissor trabalho nas fábricas logo se revelou pesado e sem garantias, com jornadas de trabalho acima de 15 horas, em condições precárias de higiene, saúde e moradia. (TRENTO, 2000)

1/A Industrialização da Europa 1870-1914 (abaixo) As regiões industriais, como Lancashire, Yorkshire, Gales do Sul, Cuydesse, distrito de Ruhr, Sarre, norte da França e região de Sambre-Meuse, na Bélgica, que se desenvolveram na primeira metade do século 19, continuaram a progredir após 1870. Nesse período, outras regiões, como a bacia do rio Donetz, destacaram-se com a expansão da rede ferroviária. A construção da ferrovia Berlim-Bagdá até Ra's al-Ayn e o término da ferrovia Transiberiana ampliaram os vínculos comerciais entre Europa, Oriente Médio e Extremo Oriente. A abertura do canal de Kiel estimulou o comércio na região do mar Báltico. Após 1870, novos setores industriais, como o químico e o elétrico, juntaram-se às indústrias carbonífera, metalúrgica e têxtil.

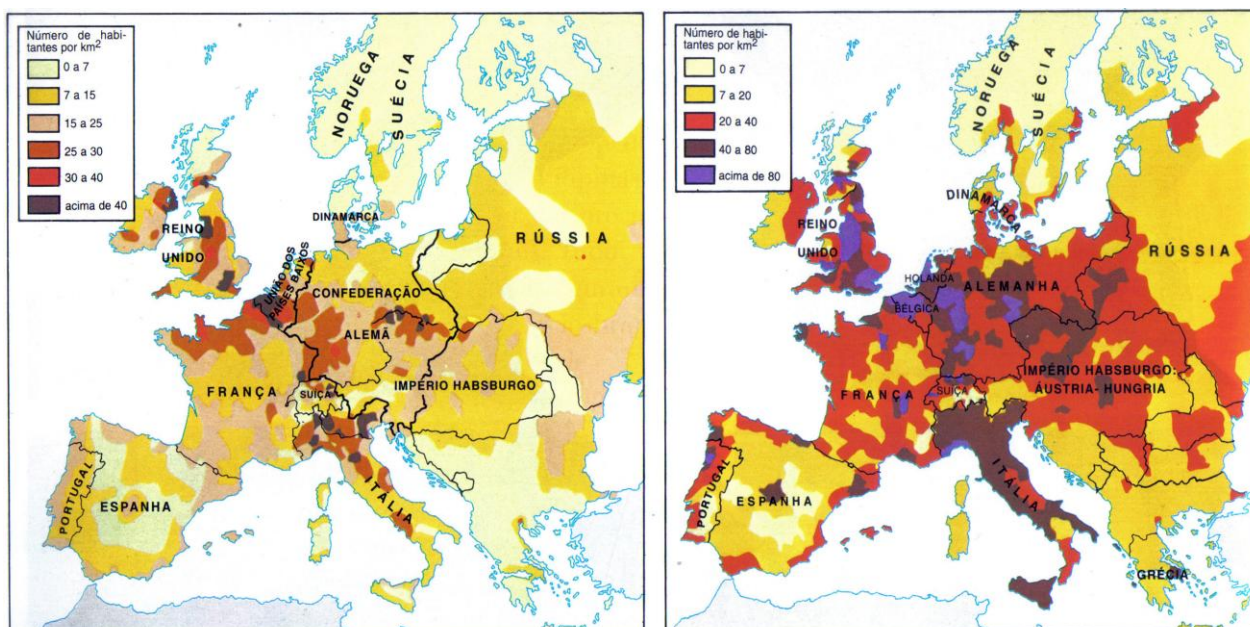
- áreas de concentração industrial, 1870-1914
- + centros de indústria têxtil
- | centros de indústria química
- centros de indústria de construção naval
- minas de carvão
- centros de engenharia, indústria bélica e metalúrgica
- ▲ minas de ferro
- ◐ minas de linhita
- ◑ minas de potássio
- ◒ centros de indústria petrolífera
- rede ferroviária europeia em 1870 (quase terminada)
- rede ferroviária em desenvolvimento, 1870-1914
- canais



Mapa 4 A Revolução Industrial na Europa de 1870 a 1914
Fonte: (Folha de São Paulo, 1995)

A partir da Revolução Industrial mudanças na forma de produção alteraram as inúmeras inter-relações humanas, a configuração dos agrupamentos humanos e das cidades, do valor e das possibilidades de consumo de bens e serviços antes inimagináveis. A multiplicação da força e da velocidade de produção representou um grande salto evolutivo para a humanidade para a qual toda a estrutura existente precisava se adaptar. Iniciando pela Inglaterra com as rápidas transformações de Londres, e espalhando-se pelo globo todo, as conseqüências chegaram também à América e ao Brasil. A evolução dos conhecimentos na Medicina transformou também as noções de higiene e saúde, contribuindo para o aumento populacional pela redução das taxas de mortalidade. A população mundial cresceu de forma assombrosa, assim como a tendência de aumento populacional das cidades, unidades produtivas industriais (BENÉVOLO,1983).

A maior rapidez na troca de mercadorias entre a Europa e a América estreitou os laços com o Brasil, especialmente com a Inglaterra, principal parceiro comercial nesse período, intercambiando também idéias, além de arte e patrimônio cultural humano.



3/A população da Europa em 1820 (acima)
 Os principais centros da época eram as regiões industrializadas do Reino Unido e cidades e portos importantes, como Londres, Paris, São Petersburgo, Liverpool, Bordeaux, Hamburgo e Marselha.

4/A população da Europa por volta de 1900 (acima)
 concentrava-se nos principais centros industriais britânicos – a região das Midlands, Yorkshire, Lancashire, sul do País de Gales, Tyneside, Clydeside –, na Bélgica, França e Alemanha (Ruhr, Renânia e Alta Silésia).

Mapa 5 Crescimento e deslocamento populacional - de 1815 a 1914

Fonte: (Folha de São Paulo, 1995)

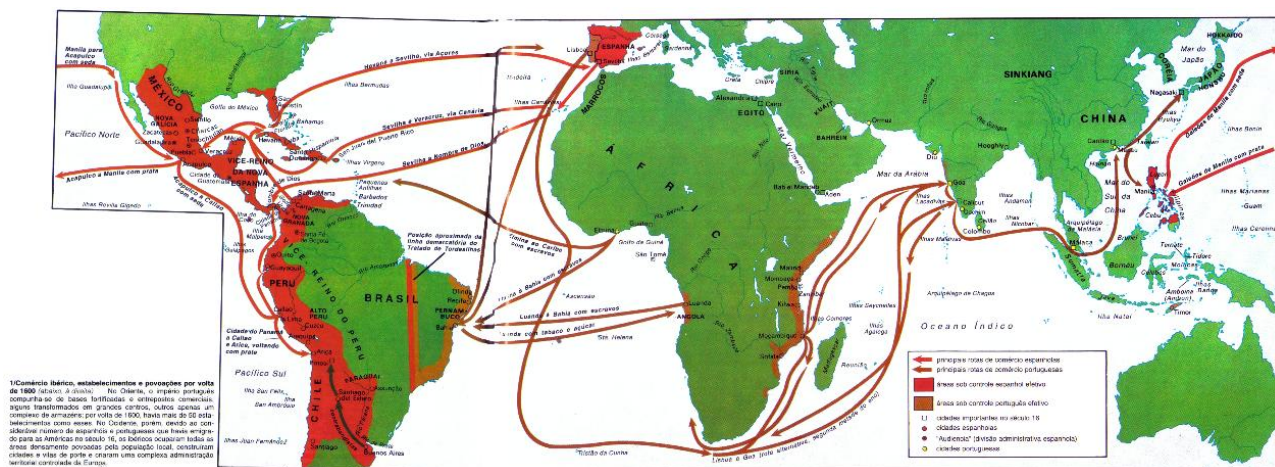
Todo esse crescimento populacional das cidades nem sempre representou melhorias nas condições de vida da população, principalmente daqueles que permaneceram no meio rural. O crescimento populacional não aconteceu de modo uniforme nas áreas urbanas e rurais. A expansão de antigas cidades, a criação de novos centros urbanos e a redução da população nas áreas rurais são características da era industrial.

Com os rearranjos da Revolução industrial urbana constituiu-se, primeiro na Europa, depois na Ásia, enorme excedente populacional. Em contraposição à superpopulação das cidades e à falta de trabalho no campo, havia uma ocupação rarefeita pelas populações autóctones na América e na Oceania, (consideradas ideologicamente como 'intermináveis espaços vazios' pelos europeus). Na África, depois de séculos de escravidão forçada, o forte imperialismo da época levou a aumentos populacionais consideráveis.

Seguiu-se o consumo crescente, proporcionando demandas por produtos e matérias primas, atendidas inicialmente pelo aperfeiçoamento das técnicas de produção industrial e agrícola. O mundo globalizava-se.

As antigas caravanas da rota das sedas, as rarefeitas ligações do oriente com o ocidente, as penosas ligações que atravessavam o deserto do Saara, cederam, neste século XVIII, espaço para o comércio marítimo.

Os espanhóis pilharam ouro, os portugueses plantaram açúcar. No primeiro período, as colônias foram apenas exploradas como fornecedoras de matérias-primas e de alimentos, para impulsionar essa industrialização.



Mapa 1: As rotas comerciais com as colônias – 1500
 Fonte: (Folha de São Paulo, 1995)

O deslocamento das populações à procura de trabalho ou melhores condições de vida passa a ser uma alternativa possível, tanto internamente ao seu país, como para regiões produtivas industriais próximas em outro país, ou para outros continentes. (WEIMER, 1983)

Algumas migrações foram de caráter temporário. Os irlandeses que iam à Inglaterra e à Escócia para colher batatas retornavam às suas cidades quando a colheita chegava ao fim. Trabalhadores sazonais italianos iam trabalhar na França, Alemanha, Suíça e até na Argentina. Estima-se que em 1914 existiam 3 milhões destes operários migrantes. Na Rússia alguns camponeses conseguiam emprego em fábricas no inverno e retornavam às lavouras no verão. Migrações de um país para outro, devido às longas distâncias, costumavam ser permanentes. (WEIMER, 1983)

Entre os emigrantes estavam os transferidos compulsoriamente, como penalização por crimes, ou escravizados.

Em Santa Catarina, nessa condição, encontram-se os africanos. Em 1810, havia sete mil negros escravos numa população de trinta mil habitantes, enquanto em 1856 havia dezoito mil escravos numa população de cento e onze mil e em 1872, dezesseis mil escravos numa população de cento e cinquenta e oito mil habitantes. Um número decrescente, mesmo antes da abolição da escravatura, significativamente representantes da estrutura econômica e social do período: Santa Catarina não tinha grandes cidades, ou exploração agrícola de monocultura, portanto os escravos faziam serviços urbanos, marítimos ou eram os agregados das fazendas nas áreas de pastoreio. (SILVA, 1970)

A emigração voluntária ocorria principalmente nos períodos de recessão econômica nas regiões industriais da Europa, entre desempregados, pequenos produtores rurais ou perseguidos políticos e religiosos, que seguiam em busca de um novo lar.

O estabelecimento da Inquisição promoveu uma severa perseguição aos acatólicos, aos quais nem mesmo a conversão forçada garantiu um mínimo de liberdade. Muitos tiveram de optar pela emigração. Para os islâmicos havia um refúgio próximo, no norte da África. Para os judeus, as opções eram mais difíceis. De qualquer modo, tanto para muçulmanos como para judeus, uma das opções era o Brasil, visto que a realza garantia (ainda que nem sempre tenha cumprido) que em seu território a Inquisição não atuaria. (WEIMER, 2005).

Os primeiros emigrantes que vieram para o Brasil partiram da Alemanha, com absoluto predomínio de alemães para Santa Catarina, neste início, seguidos dos italianos, austríacos, poloneses, russos. Também ocorreram grandes deslocamentos demográficos na Ásia através dos Oceanos Índico e Pacífico (FOUQUET, 1974)

Depois do congresso de Viena realizado em 1815, para reorganizar a Europa após a derrota de Napoleão Bonaparte, uma série de distúrbios marcou o estabelecimento da Confederação Alemã, com uma série de rearranjos internos da sociedade, desde o século XVIII, que entraram em fase aguda no século XIX, sendo uma das principais causas da emigração naquele país. (CUNHA,1981) O início da Revolução Industrial Alemã se deu nas décadas de 1820 e 1830, com seu ápice após a unificação em 1871. Provocou crescente urbanização e também crescente esvaziamento do campo. Alguns dados servem como parâmetros da escala dessas mudanças: em 1800, apenas Berlim e Hamburgo tinham mais de 100 mil habitantes, em 1870 outras dez cidades tinham mais que 100 mil habitantes e Berlim, quase um milhão. O processo de expansão capitalista na Alemanha iniciou-se na muito antes do século XIX, com a decomposição das estruturas feudais libertando camponeses e artesãos para colocarem-se no mercado como vendedores de sua força de trabalho, intensificando-se sob a influência das idéias revolucionárias francesas de 1789 e do ideário bonapartista. A concentração de forças para o desenvolvimento de uma fabulosa zona industrial ocorreu nas províncias que contavam com importantes cidades com longa tradição de autonomia municipal, comércio e manufatura, região onde se encontravam enormes jazidas minerais. (WEIMER,1983)

O desenvolvimento de uma economia de mercado destruiu todas as formas econômicas autônomas e sociais e as vinculou ao mercado. Os camponeses que trabalhavam para si mesmos foram substituídos por um novo tipo de população rural – produtores de mercadorias agrícolas e operários agrícolas assalariados. Esses trabalhadores transformaram-se em consumidores da produção industrial, retro-alimentando o processo que os produziu como categoria. O complexo processo de re-acomodação resultante destas mudanças criou um contingente de milhões de desalojados – que não conseguiam espaço de vida e trabalho no novo sistema. Para muitos, a alternativa mais promissora era a de emigrar. (11SR IPHAN-SC, 2007)

O Século XIX iniciou, em território alemão, com o fim do domínio francês, depois das guerras napoleônicas de 1813 e 1815. Com a derrota de Napoleão, procurou-se, em primeira instância, apagar todas as conquistas da revolução francesa, fortalecendo a nobreza e o poder real. A enorme divisão política territorial revelou a fragilidade do poder militar diante de uma ameaça externa – resultou em tentativa de união administrativa dos territórios – que viriam formar a Alemanha, na Confederação Alemã, que se concretizou no Congresso de Viena. Reinava um verdadeiro caos político na região de limites territoriais instáveis e dificilmente definíveis. (WEIMER,1983)

2.3 CORRENTES EMIGRATÓRIAS

ONDAS DE EMIGRAÇÃO EUROPEIA NO SÉCULO XIX

Fonte: Geografia de População J. Beaujeau Garnier

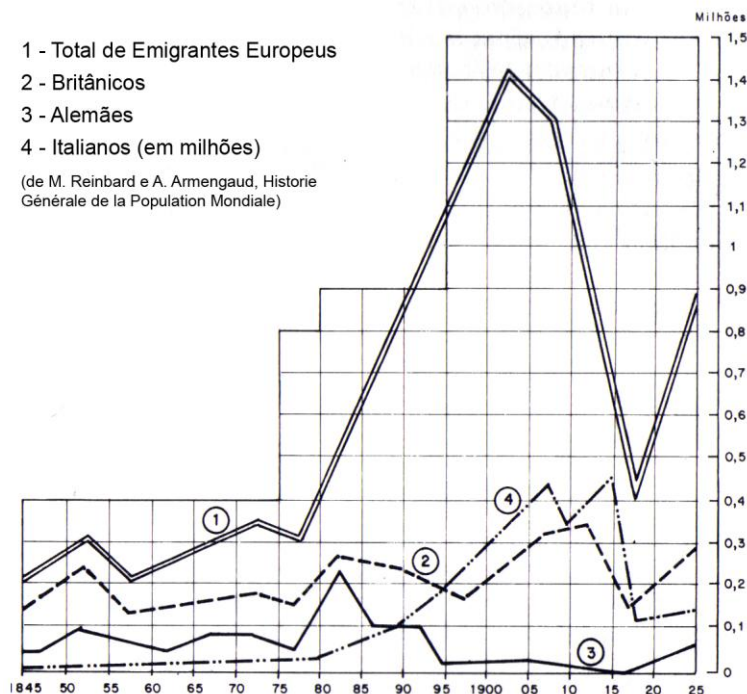


Tabela 1: Ondas de emigração Europeia no séc. XIX

Fonte: Santos, 1981

No século passado, devido aos problemas políticos, à pressão econômica e social, à carestia, entre outros fatores, apareceram no cenário mundial, correntes emigratórias, que da Europa se dirigiam para as novas áreas, tais como os Estados Unidos, a Austrália e a América do Sul, que necessitavam de mão-de-obra e ofereciam esperanças de uma vida mais fácil e melhor aos imigrantes. Sendo esse o fator

preponderantemente motivador, mesmo que boa parte da bibliografia insista na versão mais dramática, da situação de miséria provocada pela crise europeia, havia nos navios um ímpeto de ousadia aventureira, uma vez que todos pagavam as suas passagens, e que integravam os contingentes de imigrantes muitas famílias com posses, ou mesmo que traziam todo o equipamento e conhecimentos técnicos para a implantação dos seus empreendimentos aqui na América. (FOUQUET, 1974)

O chamamento ou a “ilusão americana” seria muito sentido pelas classes menos favorecidas.

Uma das colonizações mais expressivas em sua contribuição ao desenvolvimento populacional de Santa Catarina é a polonesa.

Sabe-se que a Polônia, no decorrer dos séculos, tem sido objeto de partilha entre os seus vizinhos europeus, principalmente a partir de 1772, quando se efetiva a sua primeira divisão entre a Prússia, Rússia e Áustria. E daí em diante o tem sido entre a Prússia (Alemanha) e a Rússia, gerando instabilidade política, com conseqüências nas condições sociais e econômicas da sua população. A situação econômica,

notadamente quanto à propriedade rural e ao regime de trabalho na área rural, foi motivação bastante para que propusessem os poloneses a emigrar.

E no segundo semestre de 1889, verdadeiro delírio coletivo apoderou-se de centenas de aldeias na parte russa da Polônia. Os mais desconhecidos boatos referentes ao Brasil propagaram-se como se fossem uma epidemia. Era o início do que logo foi denominado de 'febre brasileira'. Trabalhadores rurais, pequenos e médios proprietários, trabalhadores urbanos, todos divisaram uma rara oportunidade para emigrar. (PIAZZA, 1994)

Em 1871, ocorreu o ingresso de poloneses em várias áreas novas ou periféricas das colônias então existentes. Essa imigração em grande escala gerou repercussões das mais variadas na Polônia, quer dos grandes proprietários rurais que perdiam sua mão-de-obra quase escrava, quer de outros círculos conservadores.

Um grande número do contingente emigratório proveio da Itália, onde pela Unificação e, em parte ainda, herança das antigas formas de divisão de terras, abundava a mão-de-obra à procura de uma atividade que lhe permitisse viver melhor.



2/Regiões de livre comércio na Europa no século 19 (à direita) No século 18, os impostos alfandegários eram obstáculo ao comércio na Europa. A França aboliu as tarifas internas em 1790; os Estados alemães, no início do século 19. A região de livre comércio alemã, estabelecida em 1834, ligou Estados independentes e antecedeu a unificação política de 1871 (pág. 213).

Mapa 8 Regiões de livre comércio na Europa
Fonte: (Folha de São Paulo, 1995)

Convém ressaltar que a unificação na medida em que aboliu as barreiras alfandegárias, influiu sobre a estrutura industrial do Sul, criando condições para desemprego e subemprego, o que vem explicar a existência de populações urbanas entre os emigrantes. A emigração constituiu para a Itália uma verdadeira válvula de escape, reconhecida, pela própria administração, que devido aos grandes gastos causados pelas lutas e pela organização do governo

unificado, não conseguiu levantar o nível de vida de grande parte da população,

teve que onerá-lo, ainda mais, com o aumento de impostos necessários para sanar o grande déficit orçamentário existente. (11SR IPHAN-SC, 2007)

Grande parte da população italiana vivia do trabalho da terra, sendo que o censo de 1881 aponta 8.550.000 trabalhadores agrícolas para 4.416.079 industriais. O problema, entretanto, era que somente cerca de um sexto dos agricultores cultivavam a própria terra; para os outros havia pouquíssimas esperanças de se tornarem um dia proprietários.

Esse proletariado do campo, junto com os das cidades, cujos níveis de vida eram bastante baixos e que não tinham muita probabilidade de melhorá-lo, eram os visados pela propaganda dos países necessitados de mão-de-obra, entre os quais aparece o Brasil, onde o braço escravo estava destinado a desaparecer mais cedo ou mais tarde. (PETRONE *apud* PIAZZA, 1994).

2.4 ITÁLIA EM PROCESSO DE UNIFICAÇÃO

A propaganda, as medidas do Governo Provincial (de São Paulo) e Imperial para atrair imigrantes e a conseqüente avalanche humana que se dirigiu da Itália para o Brasil (1877-13.582 / 1880-104.353) alertou o Governo italiano para os problemas decorrentes. Embora essa emigração constituísse desde a Unificação um fato importante da vida italiana, foram poucas as medidas legislativas tomadas para regulamentá-la. Por meio de circulares, o governo italiano se limitava a desaconselhar ou frear a emigração para tal ou qual país. Assim, viam-se fixados no Norte da Itália, em 1881, avisos oficiais dizendo que a imigração para o Brasil não mais seria permitida. Crispi, Ministro do Interior e Presidente do Conselho, depois da Lei de 30 de dezembro de 1888, sobre emigração, emitiu o Decreto de 13 de março de 1889 que “proibia continuarem as operações de emigração ou de fornecer embarque aos emigrantes para o Brasil”. (PIAZZA, 1994). De fato, na época do Decreto Crispi, ocorria no Rio de Janeiro e em Santos uma epidemia de febre amarela. Esse decreto, apesar de ter diminuído muito o número de emigrantes para o Brasil durante os anos de 1889 (36.124) e 1890 (31.275), nunca foi seguido à risca, e em 17 de julho de 1891, Nicotera, sucessor de Crispi, no Ministério do Interior, revogou o decreto, visto as condições no Brasil terem melhorado. Em conseqüência da revogação do Decreto Crispi, o número de imigrantes para o Brasil subiu em 1891 a 132.326. Daí serem os italianos os grandes impulsionadores da colonização do Brasil Meridional. O que preocupava o governo italiano era o fato de virem família inteiras, que poderiam passar necessidade, caso não encontrassem logo trabalho. O número de italianos supera no mesmo período o de portugueses e de alemães, imigrados para o Brasil. (PIAZZA, 1994). Estima-se em trinta mil o número de imigrantes italianos estabelecidos em Santa Catarina. (DALL’ALBA, 1983).

A (imigração) dos italianos, contudo, começou apenas em 1870 e se manteve na liderança das demais entre os anos de 1881 e 1930, época em que registrava um acréscimo de mais de 100.000 imigrantes por decênio (1891 - 1900: 679.000!). (FOUQUET, 1974)

Piazza (1994) esclarece que os dados são diferentes de acordo com as fontes, mas ainda assim “[...] demonstra que a intensa imigração de italianos se faz a partir do Contrato entre o Governo Imperial e Comendador Joaquim Caetano Pinto Júnior,

assinado em 30 de junho de 1874, e cujos resultados vão ser sentidos a partir de 1875”. (PIAZZA, 2001).

Segundo Walter Piazza, à época do Contrato Caetano Pinto, a Itália forneceu o contingente mais importante de imigrantes em relação às demais províncias do mediterrâneo. Relaciona diversas causas que contribuíram para esse fato.

A primeira delas deve-se aos aspectos sócio-políticos dinâmicos que atingem a Itália do Norte³, região Trentino⁴: “terra de confin entre o mundo alemão e o mundo italiano, o Trentino se aprestou a viver cento e vinte anos de administração (dominação) ‘estrangeira’, principalmente austríaca.” (PIAZZA, 2001).

A vivência desses emigrantes estava repleta de experiências de convívio com grupos de origens diversas das suas, estabelecimento de relações comerciais ou profissionais, adaptação e manutenção da própria cultura. Dinâmica capaz de reforçar a personalidade, o espírito aguerrido e desenvolver a flexibilidade e a persistência.

A mobilidade administrativa começa com a queda do Bispo de Trento e sua substituição por “bávaros, franceses, italianos manobrados pelos franceses bonapartistas e sob o império Austro-Húngaro até 1918.”

Paralelamente e em função dos problemas políticos, houve singular modificação na estrutura econômica e uma conseqüente crise, ocorrida em 1870, na região do Trentino, quando a população era formada por 341.519 habitantes – 25mil urbanos – Trento 18mil / Rovereto 8mil sendo que os demais se dedicavam à agricultura ou atividades relacionadas.

A terra não era dividida igualmente entre a população, não existia latifúndio, mas todas as terras agricultáveis eram propriedade da nobreza ou do clero.

A suprema ventura da população rural era ter seu pedaço de terra para uma agricultura de subsistência. (GROSSELI, 1987)

Essa aspiração vai se refletir no valor atribuído pelo imigrante italiano à propriedade da terra e à localidade escolhida para morar no Brasil; pois suas referências são os domínios dos senhores feudais.

³ Trentino é a região de língua italiana centrada na cidade de Trento. Curiosamente, Trentino significa: sociedade em movimento. (GROSSELI, 1987)

⁴ De acordo com os registros de procedência localizados, a maior parte dos imigrantes italianos que se estabeleceram em Santa Catarina é oriunda da região localizada no Norte dos atuais limites políticos da Itália. (PIAZZA *apud* PIAZZA, 2001 vol2)



Mapa 9 Mapa Política da Itália
Fonte: STUDIO F.M.B. BOLOGNA



Mapa 10 Mapa físico da Itália
Fonte: STUDIO F.M.B. BOLOGNA

A indústria da seda, num panorama industrial pobre, tinha um papel especial na economia e na sociedade. Por essa razão, no ano 1875, a crise na produção de seda afetou as 11.392 pessoas empregadas. O trabalho industrial diverso abrangia também tecidos de veludo, chapéus de lã, curtumes, trabalhos em argila – cerâmica, cervejarias. (SANTOS, 1981)

A população migrava sazonalmente para encontrar trabalho e aumentar a renda familiar nas regiões vizinhas e países limítrofes, o que se acentuou na segunda metade do século XIX com a crise na viticultura⁵. Duraria vinte anos a crise da viticultura trentina, fazendo com que a região sofresse um processo de desarticulação de sua estrutura econômica e social. (GROSSELI, 1987)

Nesse período, entre 1850 a 1870, a Europa Central conheceu o processo de industrialização acelerada, de forma mais intensa na Alemanha, França, Áustria, Inglaterra e Bélgica. (PIAZZA, 1994)

Ainda se acumulava a pressão fiscal e militar da Áustria, que dominava politicamente a região Norte da Itália, levando-a ao pauperismo acentuado e à expulsão dos camponeses da sua terra natal. (PIAZZA, 2001)

A Igreja de Trento, representada pelo Bispo-Príncipe, que durante sete séculos fora o poder temporal e espiritual da região, tinha duas atitudes diante desta angustiante problemática. De um lado o padre do meio rural, ele mesmo filho de camponeses, e de outro a hierarquia procurando acalmar a revolta dos menos favorecidos e canalizar os seus sentimentos para o fatalismo. (GROSSELI, 1987)

Neste contexto, a opção de milhões de pessoas foi emigrar. “O Brasil foi um dos lugares escolhidos, e Santa Catarina um dos estados que mais se valeu das oportunidades surgidas para ampliar a ocupação do seu território e aumentar seu contingente habitacional.” (PIAZZA, 1983)

A região norte da Itália, de onde partiu a maioria dos imigrantes que vieram para Santa Catarina, é montanhosa, de geografia acidentada. Algumas das comunidades, originárias desses imigrantes, mantêm uma configuração rural pouco urbanizada evidenciando o modelo de organização das vilas e das propriedades. As imagens possibilitam visualizar essas referências adquiridas antes da vinda para o Brasil.

⁵ Ao quadro de pauperismo se acrescentou a doença criptogâmica da vinha, diminuindo sensivelmente a produção de uva e de vinho. Só após 1860 descobre-se o uso do sulfato de cobre para combater a doença. (PIAZZA *apud* PIAZZA, 2001 vol2)

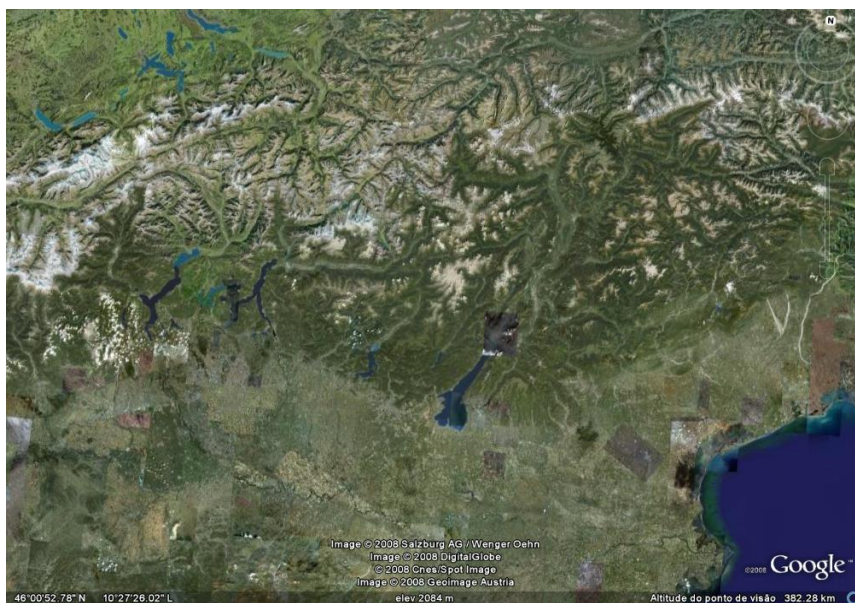


Figura 15 Vista aérea da região Norte da Itália
Fonte: Google Earth, 2008

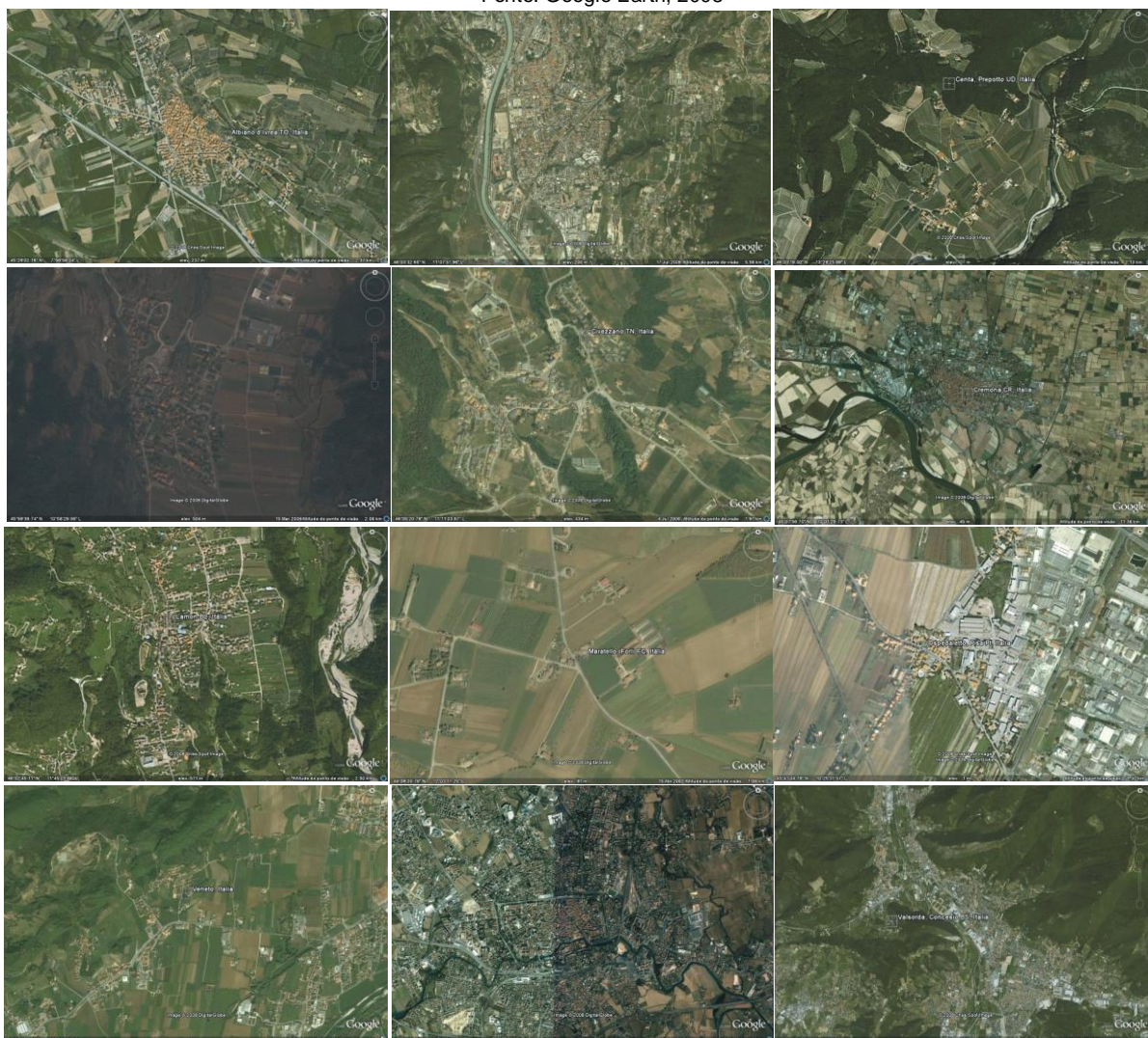


Figura 16 Vista aérea de algumas comunidades italianas de origem dos imigrantes destinados a SC
Fonte: Google Earth, 2008

2.5 BRASIL - POLÍTICAS DE COLONIZAÇÃO

Para Portugal o território hoje ocupado pelo Estado de Santa Catarina sempre teve papel estratégico pelos portos abrigados, últimos ancoradouros seguros antes do rio da Prata, ponto de partida para o caminho que levaria ao sonhado “Eldorado” existente no interior. (VIEIRA FILHO, 2001)

Logo depois de obter sua independência da Espanha, Portugal desenvolveu esforço voltado à delimitação de seus domínios no Brasil. A precária situação militar e econômica do reino no século 17 impedia, porém ações de envergadura. No Sul, onde o objetivo permanente sempre foi o rio da Prata, restou ao rei pedir a paulistas abastados que “levassem mais ao Sul seus reais domínios”. Destes pedidos nasceram São Francisco do Sul, Desterro e Laguna. Foi somente em 1680 que a sempre precavida diplomacia lusitana executou um lance audacioso: fundou em pleno estuário do Prata, frente a frente com a centenária Buenos Aires, a Colônia do Sacramento.

Os espanhóis, que tinham como suas as terras até o litoral de Santa Catarina, reagiram com furor, atacando e tomando no mesmo ano a povoação, apesar de sua heróica defesa. Chegando a notícia à Europa, o rei de Portugal chegou a ameaçar fazer guerra à Espanha, obtendo a devolução da colônia. Com a fundação desta praça, estavam lançadas quase todas as principais peças do cenário diplomático que marcaria a história da América Meridional até o século 19. (VIEIRA FILHO, 2001)

Até o início do século XIX o Brasil era uma colônia fechada, exclusivamente explorada pelo Império Português, que mantinha monopólio comercial com seus navios. Eram raras as licenças para entrada de estrangeiros, vigorava regime de escravidão, imprensa e indústrias eram proibidas e a Igreja se fazia onipresente nos negócios do Estado e na vida dos cidadãos. (CALDEIRA, 2000).

Fugindo das Guerras Napoleônicas, a Família Real Portuguesa instala sua corte no Rio de Janeiro, em 1808, fazendo do Brasil a sede do Império. O impacto dessa transformação foi além da chegada de mais de 15 mil pessoas ligadas à corte. Com a abertura dos portos ao comércio inglês teve início a comunicação do Brasil com o mundo da época: renovaram-se os estoques de bens alterando-se arraigados costumes. Os dirigentes tomaram importantes medidas como a organização da Missão Artística Francesa, a criação do Banco do Brasil e a abertura da Biblioteca Real. Há muito se discutia a conveniência de receber, também no Brasil, trabalhadores livres, que mudassem aos poucos a característica escravocrata da sociedade colonial. Sérgio Buarque de Holanda atribui ao sempre perspicaz Marquês de Pombal a iniciativa de *“criar, tanto no extremo norte quanto no sul, por intermédio de colônias, uma classe média, econômica e socialmente independente dos latifundiários”*. (HOLANDA, 1963)

A abertura dos portos brasileiros, com a chegada da Família Real, propiciou que não lusitanos pudessem se fixar no país a partir do decreto de 1808.

As primeiras experiências com açorianos, no norte, frustraram-se em função, principalmente, da mentalidade que considerava humilhante ao homem branco o trabalho braçal.

Sob a influência de seu Ministro Tomás Antônio de Vilanova Portugal, o Príncipe Regente assinou Carta Régia considerando que 'o real serviço e o bem estar do povo exigiam lavoura e colonização que são medíocres nestes estados' para 'promover e dilatar a civilização do vasto reino e o crescimento de habitantes afeitos aos diversos gêneros de trabalhos com que a agricultura e a indústria costumam remunerar os estados que os agasalham'. Em 1820 foi formulado um decreto dirigido "aos diversos povos da Alemanha e outros Estados". Em seguida foram criadas colônias pioneiras no Rio de Janeiro e na Bahia, persistindo dúvidas se baseadas no trabalho livre. A primeira colônia com características efetivamente novas foi a de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, formada com 1600 suíços, depois reforçada por 284 alemães. (HOLANDA, 1963).

Poucos anos depois, Dom João volta com a corte para Portugal e deixa seu filho mais velho na Colônia Brasileira, instruindo-o para que ele próprio liderasse o movimento de independência. Após breve Guerra com Portugal, Dom Pedro I foi coroado Imperador do Brasil, mantendo os direitos ao trono português. Político instável e autoritário, logo perdeu o prestígio e popularidade acumulados, sendo acusado de privilegiar os interesses portugueses. Ao fim do absolutismo, desgastado, abdicou em favor de seu filho que só assumiria uma década depois, com 15 anos de idade, amenizando a desordem instaurada. (VIEIRA F^o, 2001).

Exatamente neste conturbado período entre os dois reinados, quando o governo foi exercido por políticos a título de regentes, surgiram as primeiras experiências com imigrantes, com os resultados desalentadores que seriam de se prever, devido exatamente ao clima de instabilidade política que conturbava o país e trazia consigo conseqüente desordem administrativa e financeira. (11SR IPHAN-SC, 2007)

Dom Pedro II era culto e contemporizador, embora conservador. No primeiro período do seu longo reinado enfrentou revoltas internas, que ameaçavam a integridade nacional. Depois de 1850, cessados os conflitos, pôde-se retomar um plano de considerável desenvolvimento nos 40 anos seguintes. O foco estava na exportação de café. A economia mantinha seu caráter agrícola com base no trabalho escravo africano.

Por décadas, o trabalho livre conviveu com o braço escravo, circunstância que dificultou a arrematação de imigrantes – amedrontados por notícias que acenavam com o cativo assim que pisassem no Brasil. (CALDEIRA, 2000).

Anteriores ao segundo reinado, com incentivos de José Bonifácio e da Princesa Leopoldina, foram fundadas várias colônias, muitas vezes com a participação de soldados transformados em agricultores. São Pedro Alcântara em Santa Catarina e São Leopoldo no Rio Grande do Sul foram duas das mais importantes. (11SR IPHAN-SC, 2007)

O programa do governo central para atrair imigrantes que trabalhassem ao lado de escravos só obteve resultados em algumas tentativas do próprio imperador de ceder terras para colonos no interior do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Em São Paulo, conseguiu-se montar um esquema eficiente, baseado num sistema de parceria onde as despesas com o transporte dos imigrantes seriam pagas em troca do trabalho. Engajaram-se principalmente alemães, mas o projeto sofreu grave abalo com a queda do preço do café em 1857. Muitos dos colonos se revoltaram. A Prússia, maior fornecedora de braços, proibiu a emigração de seus cidadãos para o Brasil, só restabelecida anos mais tarde. (CALDEIRA, 2000)

No período de 1865 a 1870, o país enfrenta também a Guerra do Paraguai, conflito indesejado para o qual o país não estava preparado.

A partir de então, juntando milícias da Guarda Nacional em São Paulo, Minas Gerais e Goiás, o governo brasileiro reúne um exército, que daria mais tarde formação ao Exército Nacional.

Com o acenar do fim da escravidão surge, enfim, o momento propício à imigração.

Abolida a escravidão em 13 de maio de 1888 e com a queda da monarquia em 9 de novembro de 1889, foram adotados novos direcionamentos políticos do Governo Republicano, que também enfrentou conflitos internos – motins militares, golpes de estado e revoluções. (CALDEIRA, 2000)

O massacre de Canudos foi revelador da enorme distância entre as intenções do novo governo republicano e a realidade em que vivia a imensa maioria dos brasileiros. (CALDEIRA, 2000)



Mapa 11 Conflitos e instabilidade política na América Latina

Fonte: (Folha de São Paulo, 1995)

Apesar dessa instabilidade política o fluxo imigratório se manteve inalterado até a deflagração de Primeira Grande Guerra Mundial. Ao final do conflito, um novo surto imigratório, encerrado apenas com o início de Segunda Guerra Mundial, demarcou o final do período célebre das imigrações para o Brasil.

Não vieram os colonos em busca de aventuras, de ouro, do enriquecimento fácil, para 'fazer a América' e para voltar enriquecidos quanto antes para a Europa; não vinham também como indivíduos solteiros, e sim como chefes de família, com a mulher e os filhos. Emigravam da pátria superpovoada por faltar-lhes a oportunidade de um sucesso econômico ou pela incerteza de um futuro promissor aos seus filhos; em todo o caso, pretendiam adquirir uma propriedade agrícola e tornarem-se economicamente independentes. Alguns vieram também por motivos políticos decepcionados com a política reacionária após as guerras napoleônicas e atraídos pela Imperatriz conterrânea no trono e pelo Imperador com a fama de liberal e constitucional. (HOLANDA, 1963).

Para o governo brasileiro o movimento internacional migratório atendia a diversas necessidades internas e externas:

- Interesses estratégicos de ocupar áreas férteis consideradas devolutas, um vazio demográfico, que de fato consistiam território indígena, situadas no sul do Império. As divisas com a Argentina, na foz do Rio da Prata, sempre estiveram em disputa entre portugueses e Espanhóis. Havia total interesse brasileiro em garantir a principal via de acesso à província do Mato Grosso.
- O crescimento populacional era importante naquele momento como agregação de força produtiva, o exemplo dos Estados Unidos, comprovava o impulso que os braços imigrantes poderiam trazer para seus países de adoção.
- Apesar dos interesses estarem centrados na arregimentação de mão-de-obra para a agricultura, vislumbrava-se a diversificação das atividades desenvolvidas nas colônias de imigração com a vinda de elementos dotados de conhecimentos especializados na construção civil, carpintaria, pequenas manufaturas, profissionais liberais, entre outros.
- A substituição da mão-de-obra escrava como principal forma de produção e geração de riquezas pelos trabalhadores livres era uma necessidade para alavancar o crescimento da produtividade e da economia, apesar da resistência dos grandes produtores rurais que dominavam a política, quando o Brasil era das últimas nações que admitia o regime de escravidão.
- A resistência à alteração da forma de produção. (PIAZZA, 1994)

Desde os tempos coloniais a economia se baseava em poucos produtos cultivados em enormes latifúndios, permitindo a concentração da renda e do poder político. Este setor produtivo, estabelecido em bases mantidas arcaicas para o período da

revolução industrial, se opôs com grande tenacidade à industrialização, e demorou muito em assimilar a possibilidade do trabalho assalariado. Houve capítulos de luta surda no Governo Imperial e nas Províncias, de oposição à imigração e ao que ela representava para o país, por parte dos que defendiam abertamente a conveniência de o Brasil fortalecer-se como fornecedor de produtos agrícolas.

Estes contratemplos não foram suficientes para sustar a imigração em todas as províncias brasileiras, mas prejudicaram vários empreendimentos nas diversas regiões onde se implantaram colônias de imigrantes. Com o tempo, entretanto, prevaleceu o êxito obtido nas fazendas de café paulistas, que depois dos percalços iniciais se mostraram extremamente produtivas, e nas pequenas propriedades do Espírito Santo e do sul do Brasil. Deve-se destacar que, além do governo imperial, muitas das províncias demonstraram desde o começo grande interesse nos empreendimentos migratórios, por verem neles alternativas palpáveis de aumento populacional, progresso e desenvolvimento.

Havia, entretanto, outro interesse menos confesso do Brasil e, diga-se a verdade, da maioria dos países americanos que se empenharam em trazer imigrantes: o de “embranquecer a raça” - eugenia. Esta visão, larga e abertamente defendida, fazia parte de um entendimento europeizado, vigente nas elites que administravam as nações recém-libertas do jugo colonial e que lutavam para se enquadrar nos estreitos parâmetros considerados civilizatórios na época. Seus olhos se admiravam com o desenvolvimento alcançado pelos Estados Unidos e o atribuíam à composição racial deste país. Segundo esta visão, os contingentes que tinham formado a nacionalidade brasileira, constituída majoritariamente por brancos vindos de Portugal, negros vindos da África e pelos indígenas autóctones, seria um empecilho à modernização do país. Em outros países latino-americanos, os indígenas que formavam o segmento original e a maioria da população eram as vítimas destes preconceitos. Era preciso trazer novos contingentes raciais, supostamente mais inclinados ao labor dos tempos da industrialização, segundo a visão predominante de muitos dos dirigentes da época. Para os que tinham esta noção de mundo, eram os louros moradores do centro e do norte da Europa os que tinham uma predisposição inata para o trabalho metódico, para os engenhos mecânicos e para as renúncias que a civilização impunha a seus membros.

Movido por estes e por outros motivos, o governo brasileiro passou a atuar com

afinco na tarefa de arregimentar interessados em seu projeto populacional/estratégico. Se a promulgação das primeiras leis e decretos destinados ao recebimento de novos moradores iniciara ainda durante o governo de D. João VI, os anos e as décadas seguintes, até bem adiante do advento da república, testemunharam um contínuo esforço de estimular a imigração. O governo funcionou como uma espécie de sócio de muitos dos empreendimentos que se estabeleceram, contratando e pagando ordenados aos recém chegados, até que pudessem tirar o sustento de suas terras. Também houve atrasos, promessas não cumpridas, burocracia e incompreensão, mas a ação governamental foi fator decisivo para o sucesso da maioria dos empreendimentos migratórios que se desenvolveram satisfatoriamente. (CABRAL, 1987)

Desencadeado o processo de imigração da Europa para a América, o Brasil demorou muito para se incorporar a este globalizado ciclo de povoamento induzido. O país precisou primeiro se decidir pelos imigrantes (o que significava tomar decisões importantes) e depois, reunir condições efetivas para que as famílias que desejavam emigrar optassem pelo Brasil (o que significava efetivar medidas importantes). O ingresso tardio na habilitação pela preferência dos imigrantes; os problemas políticos, militares e econômicos da primeira metade do século XIX; a divulgação das dificuldades ocorridas com as experiências migratórias pioneiras no Primeiro Império e nas Regências; a fama de país escravocrata e o clima quente, acompanhados de surtos de doenças tropicais como a febre amarela, foram as principais dificuldades encontradas. (CABRAL, 1987)

Nestes primeiros anos, os imigrantes europeus deslocaram-se principalmente para a América do Norte. Diversas razões são apontadas para esta opção, devendo-se considerar o rápido crescimento urbano e industrial dos Estados Unidos, a familiaridade do clima e da religião, a liberdade política, além da já comentada imagem negativa do Brasil daquele período. Havia intensa propaganda contrária e inclusive organizações voltadas para a proteção dos emigrantes alemães que haviam optado pelo Brasil. O Dr. Herman Blumenau pertenceu a uma delas e chegou a ser hostilizado quando resolveu iniciar seu empreendimento em Santa Catarina. (BLUMENAU, 1999)

Sobre as razões do insucesso de algumas colônias, o Dr. Blumenau aponta também, no seu relatório, a má-fé de algumas pessoas contratadas pelo governo brasileiro e

responsáveis por trazer os imigrantes e estabelecê-los nas terras. (BLUMENAU, 1999)

É uma calúnia repugnante e uma injustiça culpar o Governo brasileiro pelo insucesso de alguns empreendimentos de colonização em seu território, pois nessas colonizações muitos colonos foram ludibriados e houve muita miséria. [...] (BLUMENAU, 1999)

Além disso, o país era apresentado como irremediavelmente escravocrata: receava-se que os imigrantes, assim que chegassem, fossem reduzidos à condição de escravos; chegou-se a temer que houvesse uma revolução de negros cativos, como ocorrera no Haiti. Dizia-se também que o Brasil estava em permanente estado de guerra e que os imigrantes seriam alistados assim que se estabelecessem – repercussões ainda da Guerra do Paraguai. Falava-se de governos corruptos, e dos rigores do clima, definido como tórrido e incompatível com a civilização; não se fazia distinção alguma entre as diferentes condições climáticas do norte e do sul e considerava-se o país como tomado por selvas inóspitas, repletas de aborígenes, de insetos, animais ferozes e peçonhentos. (BLUMENAU, 1999)

Na Alemanha, excetuando-se Hamburgo e Bremen, o Brasil é um país pouco conhecido e sobre o qual se tem opiniões curiosas e às vezes até ridículas. Muitos leitores estranharão ao tomarem conhecimento de que na capital, Rio de Janeiro, sempre se apresentam peças de teatro; óperas portuguesas e, muitas vezes, francesas; que existe um Tivoli; touradas, etc. e também se consome sorvete. Aqui se obedece, rigorosa e cegamente, aos ditames tirânicos da moda, mais fortemente do que na Europa. Ao invés de uma indumentária adequada ao clima, como chapéu de palha e jaqueta, em todos os lugares sempre se usa chapéu preto, casaca e sapatos de verniz, e isso se repete em todas as cidades grandes. [...].

Muitos não esperavam a descrição acima, pois nas suas cabeças, entre outras bobagens, transbordavam selvagens; cobras; tigres; crocodilos; ouro; diamante; escravos trancafiados em estábulos, alimentados em cochos e oportunamente presenteados aos colonos, juntamente com outras maravilhas. [...]

Durante os últimos 20 anos, este desconhecimento generalizado sobre o Brasil, com exceção do comércio, geografia e riquezas minerais de algumas Províncias do Norte, aparentemente permaneceu inalterado para a maioria das pessoas, apesar de ultimamente estar sendo um pouco melhor elucidado. (FICKER, 1965)

Por outro lado, a presença na corte de princesas austríacas, as oportunidades autênticas que logo se descortinaram, principalmente em São Paulo, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e no Paraná, o empenho dos administradores do império e dos governos provinciais, acabaram por demover um número significativo de imigrantes. Vencidas as primeiras dificuldades, diminuíram as desconfianças e aumentou o número de imigrantes. (PIAZZA, 2001)

Quando as primeiras colônias ultrapassaram a fase do pioneirismo, as colheitas começaram a trazer frutos e a vida comunitária a organizar-se, foram os próprios imigrantes que passaram a ser os principais divulgadores dos potenciais de uma vida nova no Brasil. (PIAZZA, 1983)

Cartas e informações remetidas diretamente pelos emigrados a amigos e parentes foram importantes instrumentos de convencimento e de atenuação dos preconceitos que se haviam acumulado. Conforme frisa Walter Piazza (1983, p. XX), *“Duas formas de aliciamento foram comuns na Itália, notadamente no Trentino, uma através dos recrutadores contratados pelos agentes de Caetano Pinto, outra os seus próprios parentes imigrados no Brasil, através de correspondência, ainda hoje, não devidamente dimensionada”*.

Um exemplo são os fragmentos de uma carta de 1826, relatada por João Klug, enviada por Peter Paul Muller, colono de São Leopoldo, a seus parentes na Alemanha:

Moramos numa região que não pode ser imaginada mais bela ou melhor, de modo que doravante ninguém de nós, grande ou pequeno, tem desejo de retornar à Alemanha [...]. Agora já temos 15 vacas, 6 bois e 8 cavalos e pensamos ter perto de 200 dentro de 2 anos, pois não precisamos preocupar-nos com o feno e o trevo, nem com pasto; pois ele (o gado) anda no inverno e no verão, dia após dia, no campo [...]. Vivemos aqui todos os dias esplendidamente e com alegria, como os príncipes e condes na Alemanha, pois vivemos aqui em um país que se assemelha ao paraíso; não se pode imaginar região melhor ou mais bela do que esta [...].(FICKER, 1965)

Muitas cartas assim foram inclusive publicadas em jornais alemães e há também suspeitas de que várias tenham sido forjadas pelos agentes de emigração.

Sobre o interesse do Brasil e do governo brasileiro na imigração, importa questionar as causas e razões do entendimento que se criou sobre a conveniência de desviar-se para o Brasil parte do fluxo migratório mundial. País com problemas sociais e econômicos em todas as suas regiões, com grandes necessidades de obras e investimentos, chega a ser surpreendente o engajamento em oferecer condições compatíveis aos que eram aspirantes à condição de novos brasileiros.

Do ponto de vista econômico, a imigração era uma questionável aposta no futuro, uma vez que exigia investimentos vultosos e, ainda assim, nem sempre atingia seus objetivos. Muitos foram os empreendimentos que fracassaram, valiosos recursos evaporaram-se, numerosos foram os contratos desrespeitados e muitos os

imigrantes que, depois de recebidos, abandonaram o país, desalentados com a realidade nada animadora que vislumbravam. O festejado sucesso do empreendimento migratório no Brasil não pode deixar de considerar o esforço do imigrante, porém sem desmerecer o projeto público que subsidiou a sua vinda, nem o apoio oficial que foi indispensável no desenvolvimento de quase todas as colônias que obtiveram êxito.

Deve-se salientar que os imigrantes – sem menosprezar seu esforço e nem deixar de reconhecer que muitas vezes faltou-lhes o apoio oficial – receberam o que não foi proporcionado a outros contingentes da nação: acesso a terras próprias, com programas facilitados que incluíam transporte, moradias provisórias e muitas vezes, auxílio pecuniário, apoio governamental ao longo do tempo e trabalho remunerado enquanto a agricultura não produzia o sustento.

Como síntese do aparato legal que permitia aos governos provinciais e à administração central agir no sentido de estimular a imigração e amparar os colonos que chegassem ao Brasil, verifica-se que até meados do século XIX a legislação não estava dirigida ao surto de emigrantes que deixava a Europa em busca de melhores condições de vida. A legislação vigente datava de 1822 e modificara apenas superficialmente o antigo sistema de cessão de glebas e sesmarias em vigor desde o período colonial. O período de Regência não introduziu modificações apreciáveis tendo, ao contrário, tomado medidas que se contrapunham aos gastos e até à conveniência de receber imigrantes.

Somente a partir de 1850, com a aprovação da Lei de Terras do governo imperial, fixaram-se regras mais claras para a demarcação, posse e usufruto das terras devolutas e a participação de particulares e empresas privadas no projeto colonizador. A lei de Terras resultou de um momento político e economicamente favorável na vida nacional. O início do Segundo Império, com a decretação da maioria de D. Pedro II, pacificou a vida política e o fim da guerra do Paraguai trouxe a paz indispensável ao planejamento e execução de projetos estratégicos cujos resultados presumíveis só poderiam ser sentidos à médio e longo prazo. Justamente a partir desse momento propício é que surgiram os empreendimentos maiores e que ao longo do tempo, haveriam de obter mais êxito.

Em Santa Catarina destacou-se a fundação da Colônia Blumenau ainda em 1850 e

a Dona Francisca, menos de um ano depois, seguida pela Colônia Itajahy-Brusque, criada em 1860. Depois de 1875, quando os imigrantes italianos tornaram-se majoritários, foram fundadas várias colônias no sul do estado, destacando-se os empreendimentos de que hoje resultam cidades do porte de Criciúma, Urussanga e Orleans. (PIAZZA, 1994)

Com a Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, o Governo Imperial fixou as normas sobre os modos de aquisição da propriedade nas terras públicas e as distinções entre o domínio público e o privado, substituindo o método usado até 1822 para a distribuição de terras por meio de sesmarias, concessões gratuitas, sob as condições de medição, confirmação e cultivo. (SANTOS, 1981).

A Lei “dispunha sobre as terras devolutas no Império e determinava sua medição, demarcação e utilização em colonização”. Tais assuntos são tratados especificamente nos artigos 12 (sobre a reserva de terras para a colonização dos indígenas e a fundação de povoações), 17 (que trata da aquisição de terras pelos estrangeiros, assim como sua naturalização) e 18 (que dispõe acerca do ingresso de imigrantes europeus a cargo do Governo Imperial). (SANTOS, 1981)

As terras consideradas devolutas eram aquelas que o Governo dispunha para venda em lotes aos imigrantes diretamente, ou a particulares e a companhias colonizadoras, em propriedades que não excediam 30.000 hectares, em se tratando de terras destinadas ao cultivo, e 2.000.000 de hectares àquelas destinadas à criação de gado. (SANTOS, 1981)

A Lei de Terras é considerada um divisor de águas entre o momento em que o Governo não possuía interesse maior pela imigração e a etapa posterior, na qual o assunto passou a ser de interesse primordial nos negócios do país. (PIAZZA, 1983)

Por outro ângulo, a “lei de terras” não agradava aos grandes latifundiários de áreas cafeeiras e açucareiras. De um lado estavam aqueles que viam na pequena propriedade uma espécie de salvaguarda para a agricultura brasileira, de outro aqueles que viam na grande indústria rural – extensiva e de exportação – a salvação da economia nacional. (SANTOS, 1981)

A regulamentação deu-se pelo Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854. Seus 108 artigos, divididos em nove capítulos, tratam da criação da “Repartição Geral das Terras Públicas”, sua medição, revalidação e legitimação das terras, da separação entre domínio público e particular, da medição daquelas de domínio particular, das terras reservadas, das devolutas situadas nas fronteiras com outros países, da

conservação e do registro das terras. (SANTOS, 1981)

Pelo Decreto nº 2.168, de 1º de maio de 1858, o Governo Imperial aprovou o regulamento para o transporte de imigrantes, complementado pelo Decreto nº 3.254, de 20 de abril de 1864, que cria o cargo de Agentes e suas atribuições. (SANTOS, 1981)

Para incrementar ainda mais a colonização estrangeira, foi aprovado o regulamento para as Colônias do Estado, através do Decreto nº 3.784, de 19 de janeiro de 1867, estabelecendo as condições de fundação das colônias, distribuição das terras, condições de propriedade, administração, recepção e estabelecimento dos colonos, entre outras disposições diversas. Ocupava-se em determinar as extensões dos distritos coloniais, fixando uma área de quatro léguas quadradas e indicava os procedimentos aos engenheiros encarregados da fundação das colônias. Além disso, estabelecia o tamanho dos lotes públicos e urbanos, dividindo-os em classe e deixando o preço ao arbítrio do diretor, entre os limites de dois a oito réis por braça quadrada (4,84 m²) para lotes rurais e dez a oitenta réis para os urbanos. (SANTOS, 1981)

Estes dispositivos estabeleceram ao longo do tempo um aparato legal diretamente relacionado com a imigração, estimulando os deslocamentos, reservando e organizando áreas destinadas aos empreendimentos coloniais, estruturando a recepção e buscando amparar os colonos na fase de adaptação ao território. (SANTOS, 1981)

No entanto, esta legislação favorável conheceu percalços, como a suspensão da sua execução, determinada pelo Decreto nº 7.570, de 20 de dezembro de 1879, devido à insuficiência de verbas. (SANTOS, 1981)

Os esforços de adaptação e modernização foram freqüentes e ainda com o Governo Imperial, foi assinado o Decreto nº 619, de 23 de fevereiro de 1879, organizando a Inspeção Geral de Terras e Colonização, instituindo, no seu artigo 23, a hospedaria dos imigrantes e o escritório de locação de serviços. Com a Proclamação da República, a Inspeção foi reorganizada pelo Decreto nº 603, de 26 de julho de 1890.

Como síntese dos resultados obtidos pelos aperfeiçoamentos legais, constata-se que após a estruturação e o aprimoramento da “Lei de Terras”, o surto colonizador foi muito melhor estruturado, eliminando, em parte, a improvisação reinante no

período anterior, provocando a chegada e a permanência no Brasil de milhares de imigrantes de diversas nacionalidades. (SANTOS, 1981)

Instituído pelo Decreto nº 5.663, de 17 de junho de 1874, o contrato entre o Governo Imperial e Joaquim Caetano Pinto Júnior (conhecido como contrato “Caetano Pinto”) tinha como objetivo a introdução de 100.000 imigrantes europeus no Brasil em um período de 10 anos, excetuando-se o Rio Grande do Sul. (SANTOS, 1981)

As experiências com imigrantes alemães, indiscutivelmente exitosas, em especial nos Estados do sul, não deixou de suscitar críticas. Falava-se em enclave cultural, perigosamente instalado nas proximidades da fronteira com a Argentina e principalmente na contradição representada pela religião dos imigrantes, em sua maioria protestantes, em um país que mantinha o catolicismo como religião oficial. Por outro lado, mudanças internas na Alemanha, ampliando em muito as alternativas de trabalho no setor industrial – que na época conhecia notável crescimento –, a unificação política sob a égide da Prússia, o aumento do nacionalismo e a guerra franco-prussiana haviam diminuído drasticamente o número de alemães interessados em emigrar. (SANTOS, 1981)

Como resultado destes fatores, o Governo Central buscou atrair imigrantes italianos, tradicionalmente católicos e, naquele momento, inclinados, aos milhões, em trocar a península itálica pelos devaneios da América. O decreto que permitiu o contrato que passou a ser conhecido como “Caetano Pinto” introduziu novas condições para estimular a imigração e oferecia maiores garantias aos colonos que desejassem emigrar. (PIAZZA, 1983)

Entretanto, a tarefa de trazer os imigrantes para o Brasil não foi nada fácil e vários fatores contribuíram para dificultar o trabalho de Caetano Pinto. O analista encarregado de estudar o contrato já previa, em relatório, dois dos principais problemas a serem enfrentados no decorrer da sua aplicação. O primeiro era o desconhecimento completo, por parte dos imigrantes, da realidade brasileira onde seriam inseridos. O segundo se referia à falta de previsão governamental para alojar aqueles que iam chegando da Europa. (PIAZZA, 1994)

Foram várias as cartas enviadas por Caetano Pinto ao Ministério da Agricultura Brasileiro, onde faz recomendações, descreve dificuldades e reclama de algumas interpretações do governo brasileiro no que se refere à imigração. Além disso, “*deixa*

entrever que já havia, na Europa, proibição de imigrações para o Brasil, tomada pelo Governo francês e, especificamente, para o Rio Grande do Sul, pelo Governo italiano". A burocracia governamental emperrava o processo migratório e o Governo Imperial mantinha em atraso os pagamentos a Caetano Pinto.

O contrato Caetano Pinto se propunha a introduzir, no período de 10 anos, 100.000 imigrantes, sob as condições constantes no contrato. Apresentava uma vantagem: a viagem paga. Foi assinado entre o empresário Caetano Pinto e o Ministro e Secretário de Estado para os negócios da Agricultura, Comércio e Obras, José Fernandes da Costa Pereira Júnior, em data de 30 de junho de 1874. O Contrato "Caetano Pinto" tem a sua execução no Norte da Itália de forma muito bem estruturada. Assim, em fins de 1874 e princípios de 1875, a sua organização capilar, para atrair imigrantes para o Brasil, atuava no Trentino, na Lombardia e no Vêneto. (PIAZZA, 2001).

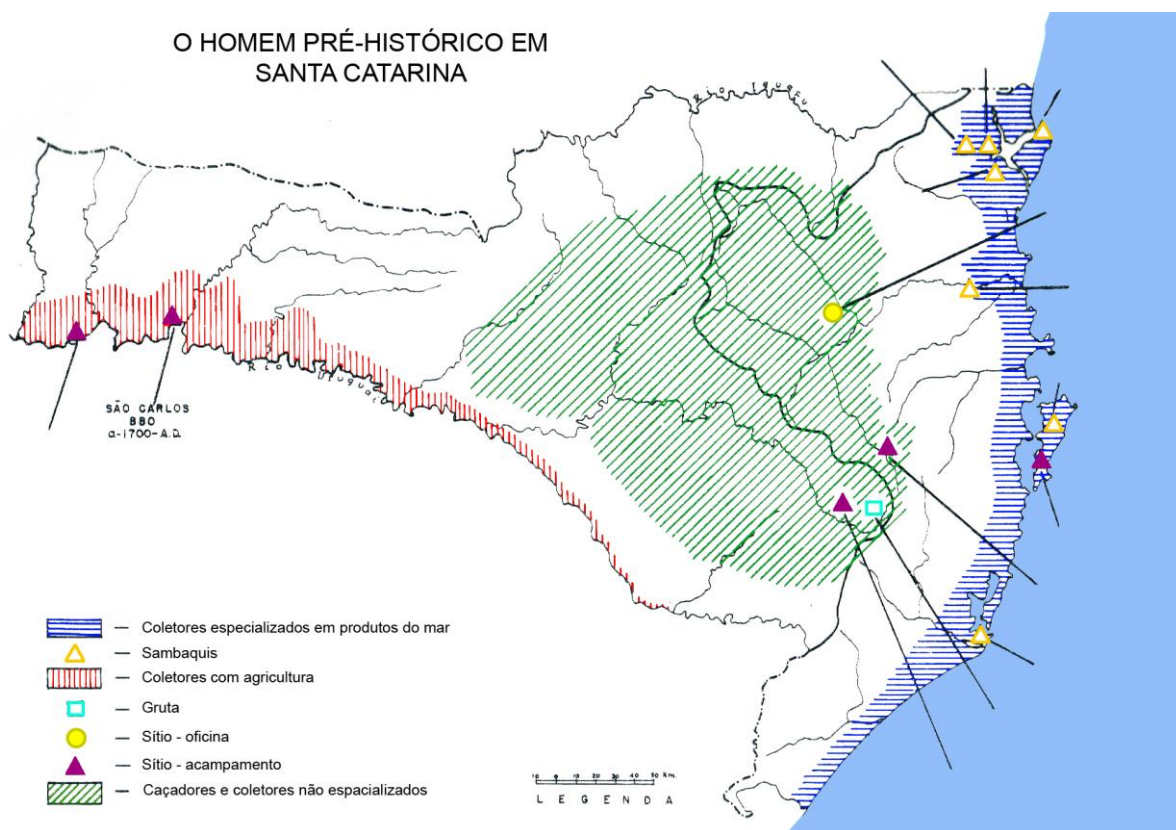
Decreto Nº 528, de 28 de Junho de 1890, conhecido como "Lei Glicério" devido ao nome do ministro que a propôs, é resultado do interesse da República na continuidade dos surtos migratórios e pode ser dividido em duas partes: uma que diz respeito ao transporte e à fixação dos imigrantes no território da República e outra que regula a colonização das propriedades agrícolas privadas. O decreto significa uma base para a passagem da colonização oficial para a particular.

3. SANTA CATARINA

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO-REGIONAL

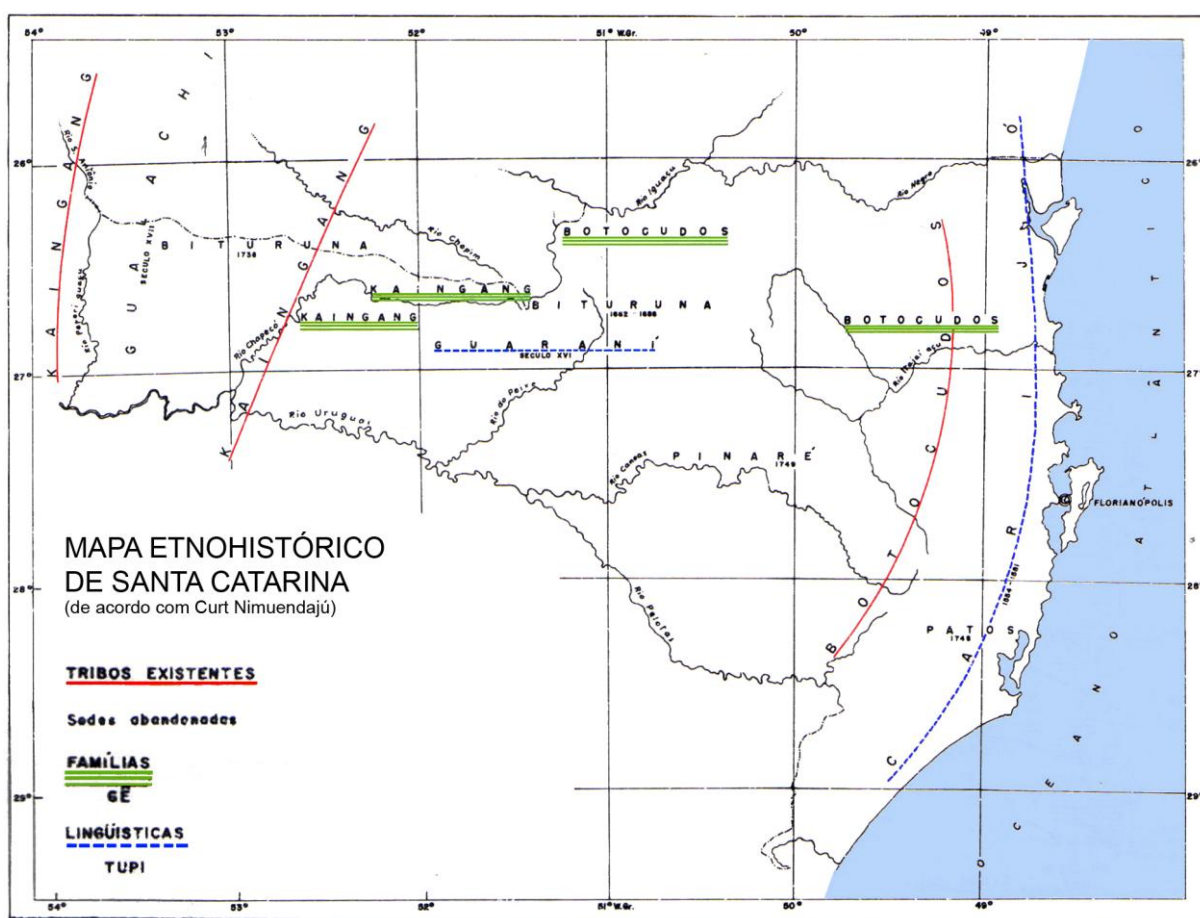
Foram à Ilha de Santa Catarina, 300 léguas dali (do Rio de Janeiro), a qual ainda que despovoada (por ser de portugueses, que não sabem povoar nem aproveitar-se das terras que conquistam) é terra de muita água, pescado, caça, lenha e outras cousas. (FREI VICENTE DO SALVADOR *apud* VIEIRA FILHO, 2001).

Essa era a impressão que se tinha, em pleno século XVII, das terras que viriam a formar o atual Estado de Santa Catarina. O atual território catarinense já era habitado desde a pré-história por grupos de caçadores-coletores, alguns deles com cultivo agrícola. Encontram-se vestígios desses assentamentos humanos do litoral ao planalto.



Mapa 12 Ocupação do território de SC - Pré-História
Fonte: PIAZZA, 1983

O século XVII começou um pouco conturbado no território onde hoje é o estado de Santa Catarina, por conta das divergências entre os herdeiros dos irmãos Pero Lopes de Souza, donatários das capitanias do sul do território português, com territórios intercalados. As terras eram consideradas 'desocupadas', por não terem sido colonizadas e por terem sido dizimadas as populações indígenas. Permaneciam, entretanto, habitadas pelos remanescentes das tribos autóctones. Inúmeras foram as bandeiras paulistas e vicentistas em busca dos escravos indígenas, considerados os mais dóceis da costa brasileira.



Mapa 13 Ocupação do território de SC - Pré-colonização (até séc XVIII)
Fonte: PIAZZA, 1983

Portugal sempre manteve interesse em ocupar essas áreas e estender seus domínios até o rio da Prata, limite natural do território em frente à colônia espanhola de Buenos Aires. Mesmo com o estabelecimento da Colônia de Sacramento em 1680, logo tomada pelos Espanhóis e reconquistada mais tarde, gerando conflitos que levaram à Guerra entre Portugal e Espanha, se fazia necessário marcar o domínio sobre essas terras.

Santa Catarina era porto estratégico para a navegação com bom abrigo, água e víveres para abastecimento das naus. Determina a coroa que sejam estabelecidas vilas em portos estratégicos do território do sul. Vicentistas estabelecem-se em São Francisco do Sul. Mais tarde no Porto de Laguna e de Desterro. A vila de Laguna ganha muita importância e prosperidade enquanto Desterro sofre decadência, após a morte do seu fundador, atacado por estrangeiros. A partir de Laguna, mais uma vez atendendo pedido do Rei, o vicentista fundador da vila e seu genro estendem os domínios portugueses até a barra do rio Grande, possibilitando a exploração do gado disperso pelo território dos pampas. Lagenenses ilustres são os primeiros a montarem suas fazendas ali.

A descoberta de gado “xucro” pela frota de João de Magalhães, em 1725, nos Campos do Viamão foi a motivação para o estabelecimento das primeiras ‘estâncias gaúchas’, e a formação do ‘Continente do Rio Grande’, um desdobramento de Laguna, pela migração que fazem desta povoação para as novas terras. Estruturada essa nova economia é canalizada para Laguna como um surto de progresso com a exportação de carne salgada para os portos mais ao norte. (Piazza W. F., 1983)



Mapa 1 A fundação das Vilas Litorâneas –
segunda metade do séc. XVII
Fonte: PIAZZA, 1983

Diante do potencial econômico da exploração dos rebanhos do sul, surgem propostas para estabelecer uma ligação entre o Rio Grande e São Paulo.

A abertura do “caminho do sul” leva grande número de “tropeiros” e “estanceiros” a se localizarem ao longo de sua trilha. (Piazza, 1994)



Mapa 15 O caminho das tropas - 'Caminho do Sul' (início 1728 - conclusão 1733)
Fonte: PIAZZA, 1994

As iniciativas oficiais portuguesas de ocupação do Estado de Santa Catarina deram-se a partir do século XVIII, com a fundação de vilas litorâneas, “de traçados medievais renascentistas”, como descreve César Floriano (1990). Foi também construído um complexo sistema de fortificações na ilha de Santa Catarina.



Mapa 16 Complexo de fortificações da ilha de Santa Catarina - estratégia militar de defesa territorial
Fonte: PIAZZA, 1983

No século XVIII, foi o primeiro governador da província de Santa Catarina, o brigadeiro militar português José da Silva Paes, quem se bateu pela vinda dos imigrantes açorianos. O construtor do sistema defensivo da ilha – na época formado por quatro fortalezas e várias dezenas de canhões – sabia que para a posse definitiva da terra conflagrada, soldados eram menos importantes do que colonos. Os relatos são unânimes na importância que o governador dava à ocupação efetiva do litoral e nos desvelos com que procurava receber e organizar os colonos recém chegados. Assim, logo que planejou receber colônias de imigrantes, principalmente depois de dificuldades enfrentadas com o clima da Bahia e do Rio de Janeiro, em experiências pioneiras, os olhos dos governantes voltaram-se para o sul do Brasil e Santa Catarina oferecia excelentes condições para receber os empreendimentos coloniais. Em Santa Catarina as idéias receptivas às imigrações encontraram campo fértil. O território estava povoado apenas na estreita faixa litorânea. Em todo o planalto, o único núcleo urbano era a vila de Lages.

No início do século XIX toda a população era ainda menor do que 50.000 habitantes. Por outro

lado, não existia aqui uma forte aristocracia latifundiária, plenamente instalada e com interesses e domínios políticos estabelecidos, como a pecuária no Rio Grande do Sul ou o café em São Paulo. Em Santa Catarina a defesa dos colonos e do modelo novo das pequenas propriedades parece ter sido, sinceramente, encampado pelos administradores provinciais.

A distribuição rarefeita e o pequeno contingente populacional testemunhavam a situação de quase estagnação da província no início do século XIX. (11ªSR IPHAN-SC, 2007)

Desde o descobrimento do Brasil, persistia a intenção lusitana de povoar o atual Estado catarinense, sendo assim necessárias as medidas de indução da ocupação. A imigração açoriana foi adotada tanto para a ocupação do território como “mão-de-obra disponível tanto para o setor militar quanto produtivo”. (PIAZZA, 1994)



Mapa 17 Localização das iniciativas de povoamento com imigrantes açorianos e madeirenses - 1747 a 1756
Fonte: PIAZZA, 1994

“Em Santa Catarina existiam condições especiais para a recepção aos imigrantes e ainda hoje persistem possibilidades singulares de apresentar o contexto desta história. O território não havia tomado parte em nenhum ciclo econômico que justificasse, por si só, a sua ocupação. Permanecia quase despovoado de europeus e seus descendentes até meados do século XVIII, quase 250 anos depois do ‘Descobrimento’. Na vastidão de serras e planaltos habitavam indígenas, escorraçados do litoral, ou sobreviventes dos ciclos de apresamento indígena patrocinados pelos paulistas nos séculos XVI e XVII.” (VIEIRA FILHO, 2001)

Aos olhos da época, do ponto de vista do colonizador europeu, esta situação equivalia a um absoluto deserto demográfico, exatamente na região onde primeiro portugueses e espanhóis e depois brasileiros e platinos, divergiam sobre seus pretensos direitos históricos acerca das fronteiras que deveriam marcar o seu convívio.



Mapa 18
Regiões
geográficas
ocupadas:
litoral e planalto

Fonte: Elaboração da autora a partir das informações de PIAZZA, 1994

A ocupação do território catarinense acompanhou sua conformação geográfica: iniciou-se pelo litoral, estabeleceu-se um caminho de ligação norte-sul pelo alto das escarpas do planalto, seguiu com a ocupação dos vales e posteriormente da região oeste e meio-oeste. Cada período de ocupação é fortemente marcado pelas paisagens da conformação geográfica que o acolheu.

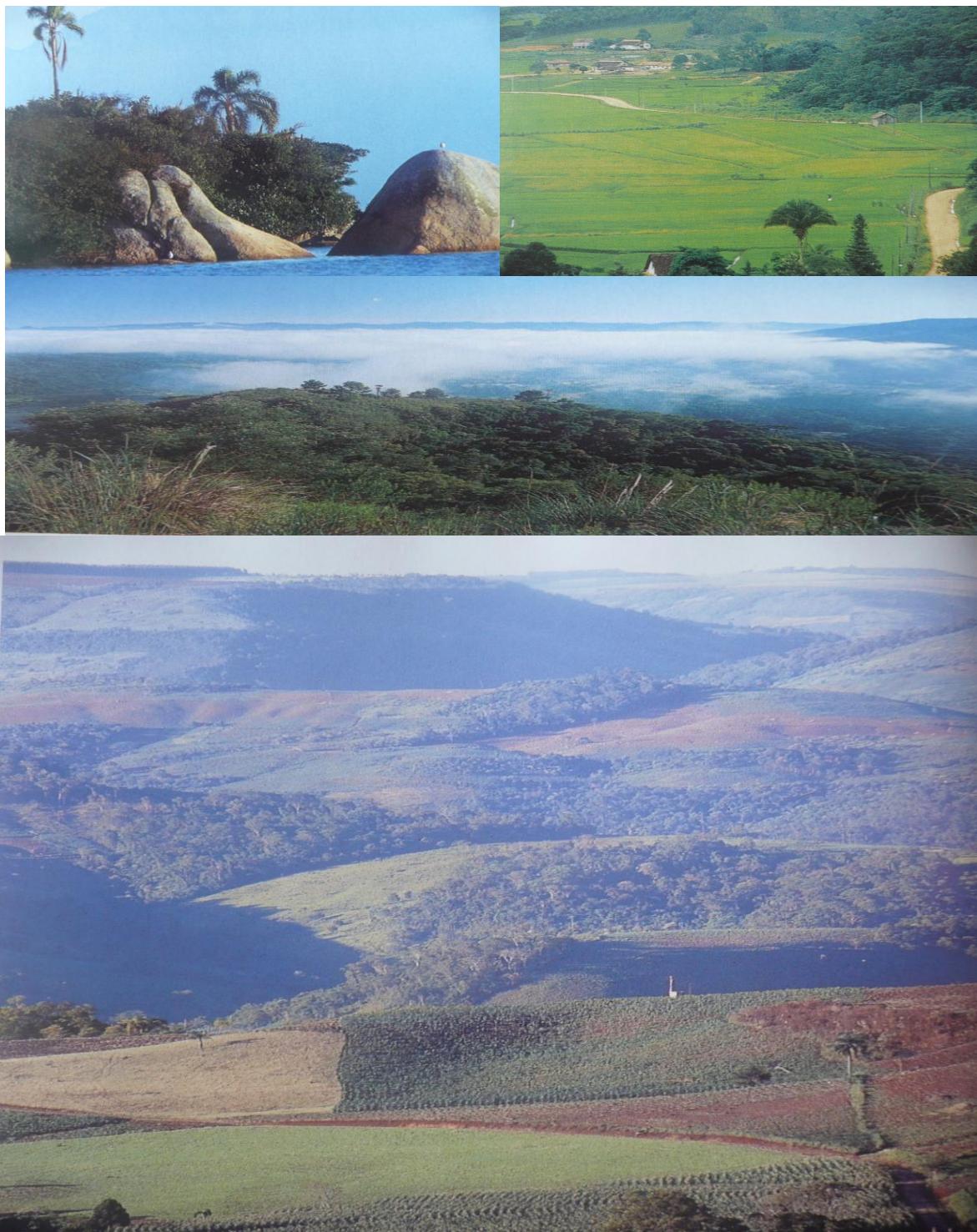


Figura 17 Paisagens representativas da geografia do território catarinense

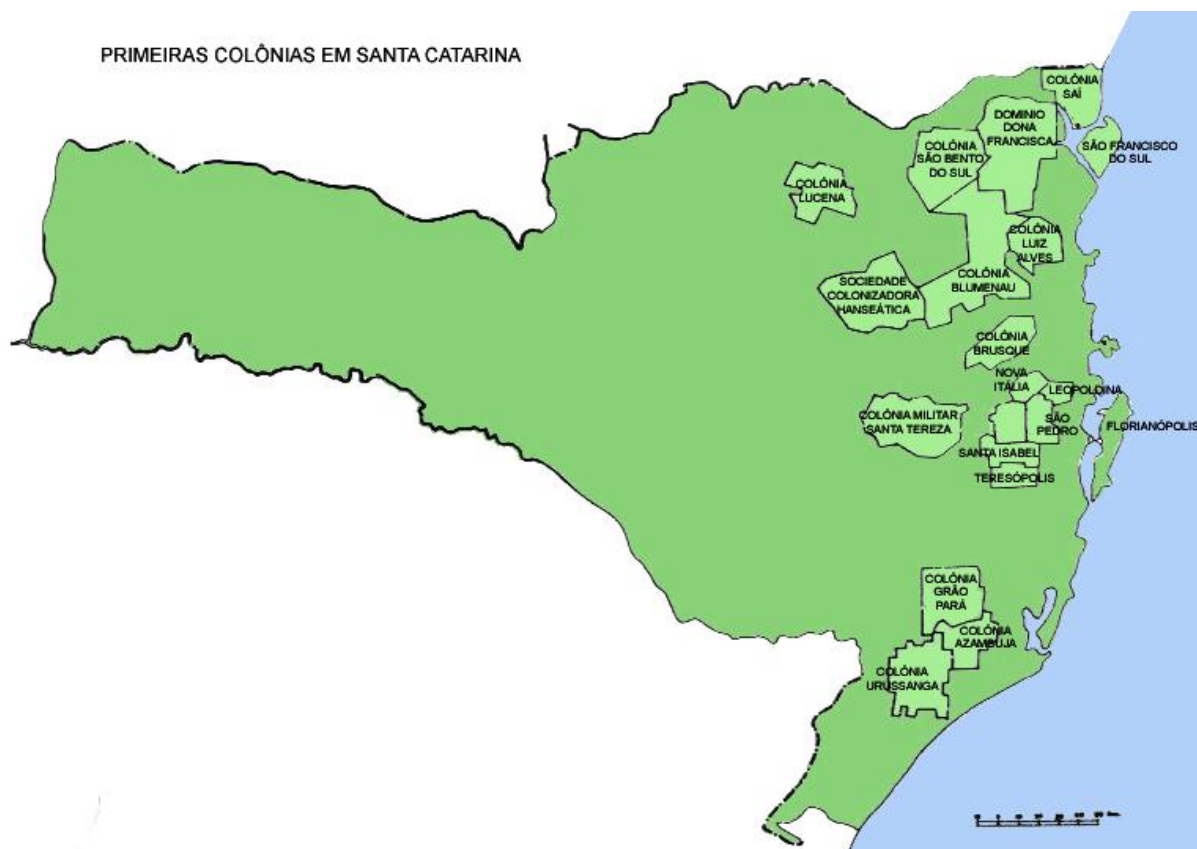
Fonte: acervo Tempo Editorial, 2004



Figura 18 Colônias de imigrantes nos Vales dos Rios

Fonte: acervo Tempo Editorial, 2004

As colônias de imigração europeia se estabeleceram nos vales dos rios, avançando o povoamento do litoral para o interior.



Mapa 19 Localização das primeiras colônias de imigração em Santa Catarina

Fonte: PIAZZA, 1994

3.2 IMIGRAÇÃO ITALIANA EM SANTA CATARINA

A 'Grande Colonização' italiana em Santa Catarina pela prematura saturação das colônias a que foi destinada, pouco a pouco, teve encaminhamento bastante díspar. [...] Deve-se considerar que graças ao despreparo da administração brasileira para receber tão avultado número de imigrantes que, de um lado, motivou a dispersão dos colonos italianos em vários núcleos, enquanto, de outra parte, gerou descontentamentos, pelas condições de recepção e de instalação dos mesmos.

Tem-se, assim, a formação de áreas de colonização italiana, em função do Contrato "Caetano Pinto", na bacia hidrográfica do Itajaí, quer na colônia 'Blumenau', às margens de tributários do rio Itajaí-açu, quer na colônia "Brusque", nas margens do Itajaí-mirim e dos seus afluentes, assim do vale do Itajaí-mirim transpôs-se para o vale do Tijucas, sediando-se ao longo do rio Braço e dos seus tributários. E, numa última etapa, dentro da bacia do Itajaí, formando às margens do Luís Alves a colônia deste nome. (PIAZZA, 1983).

Em decorrência da assinatura do Contrato Caetano Pinto, começam a chegar, a partir do final de 1874, grandes levas de imigrantes italianos a Santa Catarina.



Mapa 23
Núcleos de imigração italiana
Fonte: PIAZZA, 1994

Foram inicialmente estabelecidos às margens das colônias já implementadas – especialmente da Blumenau e também da Colônia Brusque. Porém, devido ao grande contingente que chegava, novas colônias – predominantemente de italianos – foram estabelecidas às margens do rio Tijucas e no sul catarinense.

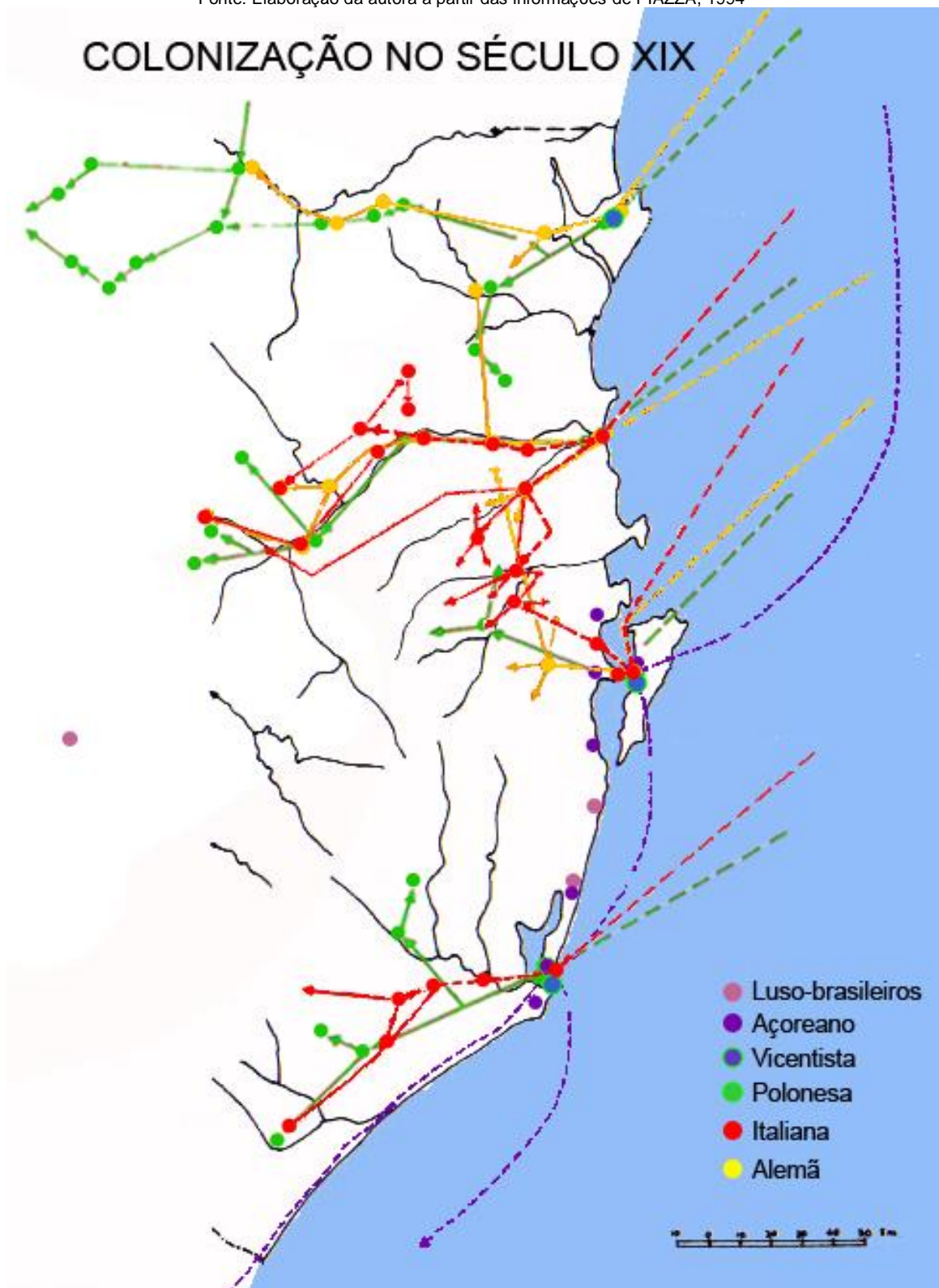
Colonos de índole completamente diferente da dos alemães, com que o Dr. Blumenau vinha lidando desde a fundação da Colônia, tirolezes e italianos, principalmente estes, deram-lhe incômodos e aborrecimentos inúmeros. Era gente mais fogosa, menos paciente, mais exigente, apesar de suas condições de existência na Europa serem, talvez, bem piores que a dos alemães. Principalmente os italianos, que vinham imbuídos, os mais letrados, das idéias liberais que agitavam naqueles dias o seu país, não puderam adaptar-se facilmente ao regime de disciplina, de conformação com as deficiências, dificilmente removíveis, e com as necessidades de que a própria administração se ressentia. Daí os muitos incidentes havidos entre aqueles colonos e a direção colonial, a que aludem os relatórios da época. (FERREIRA DA SILVA,)

Nas áreas de colonização europeia de Santa Catarina, mesmo que, inicialmente, se tenha procurado agrupar os indivíduos pela sua procedência, a inter-relação entre as diferentes culturas era premissa da prosperidade. Portugueses, Açorianos, Poloneses, Alemães, Italianos, e outros povos europeus, para quem a própria identidade como nação resulta de um longo processo de conquistas culturais, tratava-se de experiência assimilada, afinal, “as nações modernas são todas híbridas”. (Hall, 2003)

As influências desses povos, na construção do espaço e das paisagens nas colônias de imigração italiana em Santa Catarina, serão tratadas como a expressão da cultura de um único povo, da sua ‘etnia’⁶, cientes de que formam estas também um conjunto de outras culturas. No caso da Itália pode-se dizer que “a Itália é o país onde gauleses, etruscos, pelagianos e gregos, para não mencionar outros, se intersectam numa mistura indecifrável.” (Hall, 2003)

⁶ ‘A etnia é um termo que utilizamos para nos referirmos às características culturais – língua, religião, costume, tradições, sentimento de “lugar” – que são partilhadas por um povo.’ (Hall, 2003)

Mapa 24 Inter-relações culturais nas áreas de colonização europeia de SC
Fonte: Elaboração da autora a partir das informações de PIAZZA, 1994



3.3 AS COLÔNIAS - CARACTERIZAÇÃO REGIONAL

No processo de colonização, “a água determinou tudo”, como bem escreveu o prof. Jamundá, em seu livro “Indaial”⁷. Segundo ele, “o povoamento alastrou-se seguindo o curso dos rios, dos ribeirões, dos riachos. O rio foi roteiro, foi caminho, deu a alimentação e serviu como estrada”. (Siebert, 1996)

3.3.1 VALE DO RIO ITAJAÍ-AÇÚ

A partir de 1875, com a continuidade da política imigrantista do Governo Imperial Brasileiro, foi patrocinada a entrada na colônia Blumenau de novos elementos provindos da Itália do Norte e do Tirol Austríaco, destinados aos novos núcleos coloniais de Rodeio, Ascurra e Rio dos Cedros. (FLORIANO *apud* DE BONI, 1990) Estes núcleos predominantemente rurais permaneceram isolados do centro da colônia e dependentes das relações comerciais, sem representatividade política ou assistência educacional.

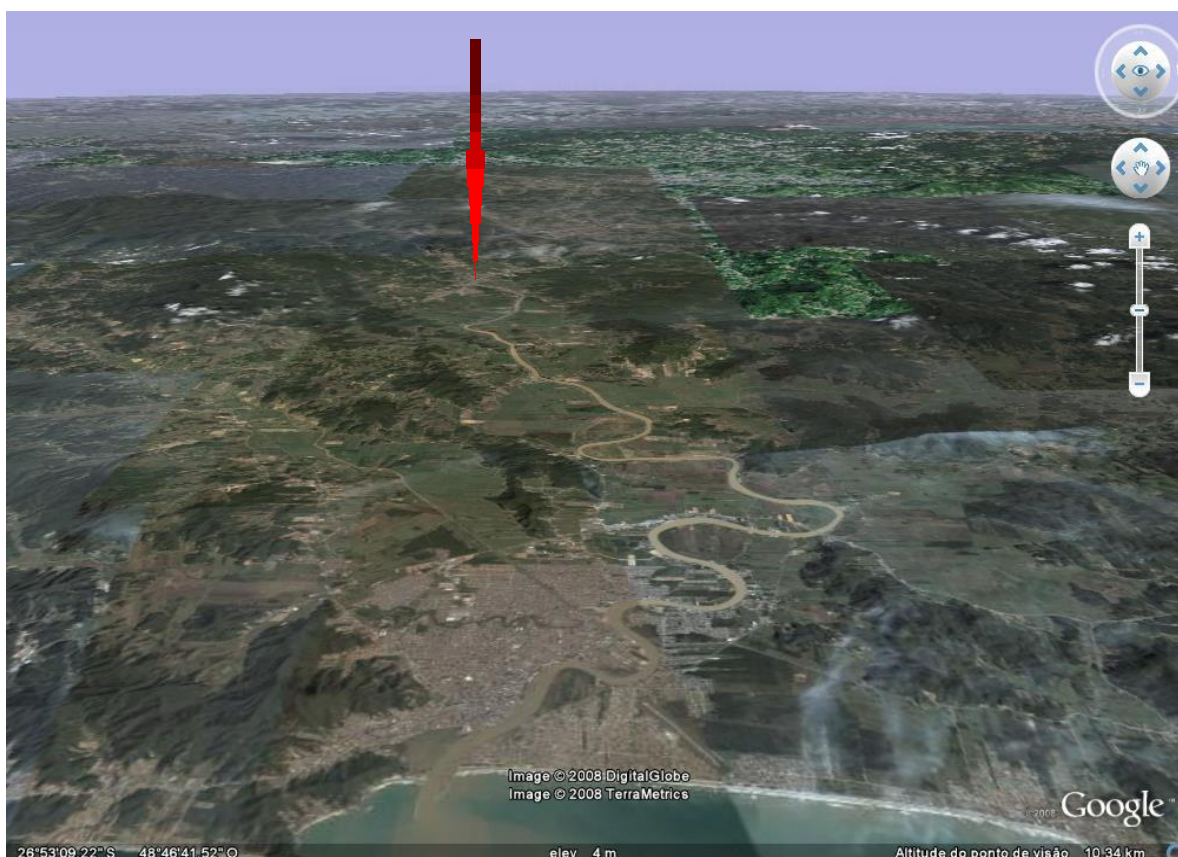
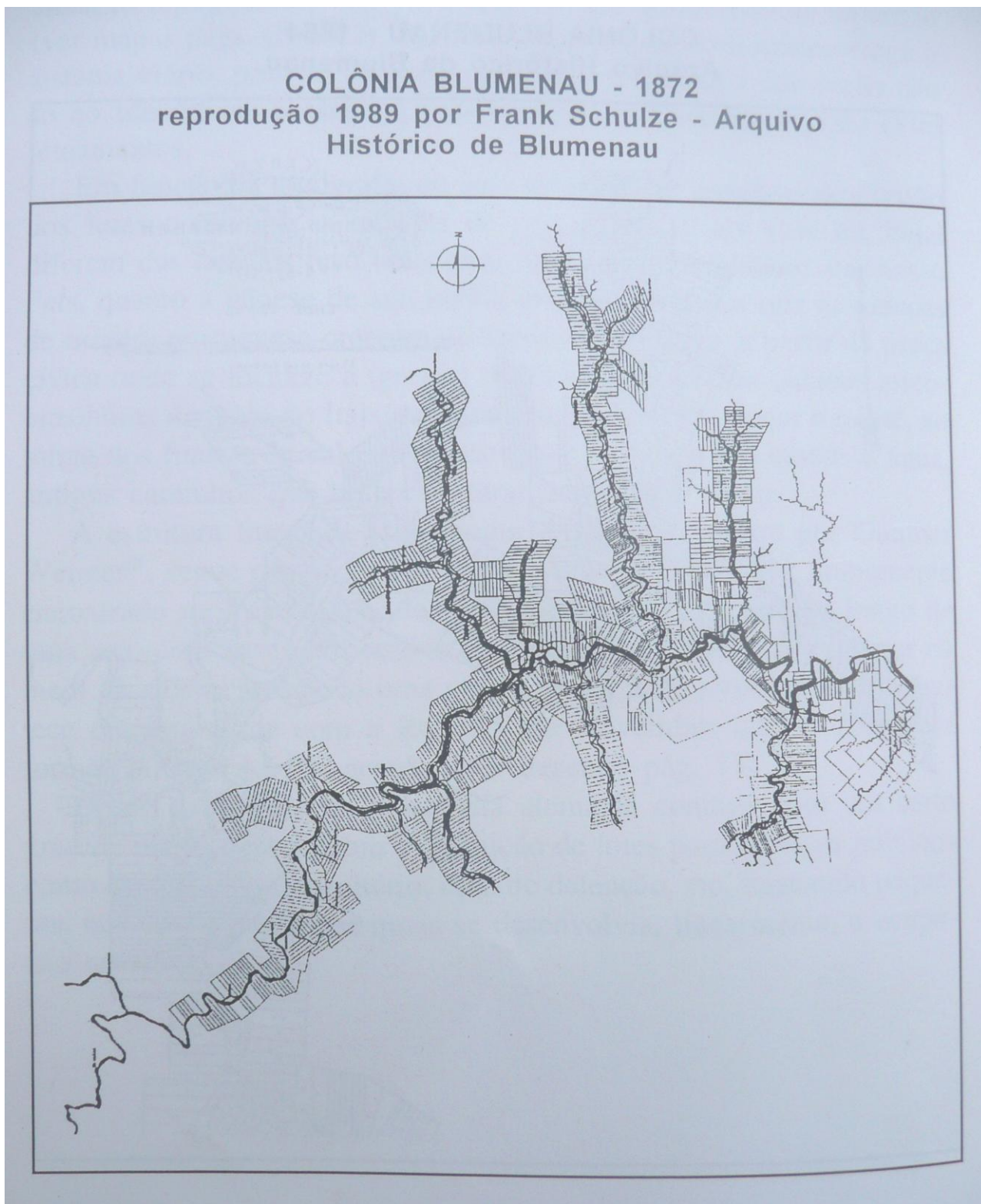


Figura 19 Vista panorâmica do Vale do Rio Itajaí-Açú – do Porto de Itajaí até Blumenau (indicada pela seta)
Percurso dos imigrantes da chegada ao porto em navios até seu estabelecimento nas colônias dos vales dos rios.
Fonte: Google Earth, 2008

⁷ JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. Indaial



Mapa 25 Planta cadastral da Colônia Blumenau

Os lotes eram traçados nos vales, a partir dos rios e caminhos estendendo-se até a cumeada dos morros.

Fonte: (Siebert, 1996)

- RIO DOS CEDROS

Em dezembro de 1874 quinze famílias trentinas de Maratello e doze famílias dos arredores de Trento embarcaram no porto de Trieste, num navio a vapor. Após um mês de viagem, em fins de janeiro de 1875 aportaram à vila de Itajaí. Por via fluvial foram conduzidos à sede da colônia “Blumenau”. Os homens rumaram para montante do vale do Itajaí, demandando à confluência do rio dos Cedros, e, daí a pé, pela picada conhecida como “estrada dos Pomeranos”, fixando-se nas margens do rio dos Cedros, na metade de fevereiro de 1875. Tomaram posse dos lotes que escolheram – encostas de morros ou planícies aluviais – e passaram às derrubadas, à construção das moradias provisórias, a fim de trazerem os seus familiares que ficaram na sede da colônia “Blumenau”. (PIAZZA, 1983)

Passaram a plantar feijão, batata-doce, milho, videira e a criar o bicho-da-seda.

Baseados na solidariedade grupal, sustentavam-se nas horas das adversidades e de alegria. Fabricavam a farinha de milho para a polenta em monjolo (pilão), movido à água ou a braço. Substituíram o calçado trazido pelo tamanco de madeira produzido no local. Nascia a localidade “Pomeranos Santo Antônio”.

Em 1874 mais um grupo de trentinos vindos de Centa - após três meses de viagem - foram conduzidos ao vale do rio dos Cedros, e se estabeleceram mais para a nascente do rio – povoação “Pomeranos Médio”, e como havia ali um bifurcamento de picada, chamaram-no de “Encruzilhada” ou “Crosara” (ainda em 1875).

Ainda em 1874, um grupo de trezentas pessoas naturais de Iamon, Trentino – emigraram para lá, chegando em maio de 1875. Parte foi encaminhada para Nova Trento, distrito da colônia “Itajaí-Brusque”, parte foi encaminhada para o rio dos Cedros, estabelecendo-se em “Pomeranos Central”. (PIAZZA, 1983).

No ano de 1875 outro grupo veio de Cavedine (a 20km de Trento), de Val Sorda, Pérgine e outras localidades do Trentino. Localizaram-se no vale do rio dos Cedros, formando “Pomeranos Altos”, que devido à topografia passou a ser chamado por “Busa”.

Da Província de Trento (Civezzano, Vilazzano, Ospedaletto, Albiano, Agredo, Vígolo, Vigalzano e de outras localidades) saiu outro grupo em 1875, da colônia Blumenau para o ínvio sertão, onde, na confluência do ribeirão São Bernardo com o rio dos Cedros, deram origem a povoação de Rio dos Cedros.

Outra leva chegou ao vale do rio dos Cedros, formando a “Picada dos Tiroleses”, povoada em 1875 e 1876.

Desta forma, ocupava-se o vale do rio dos Cedros e a população regurgitando depois do natal de 1875, transpôs o divisor de águas e passou-se para os afluentes do rio Itapocu. (PIAZZA, 1983)



Figura 20 Vista aérea Rio dos Cedros
Fonte: Google Earth, 2008

- PICADA DO RODEIO

Em 1875, 120 famílias trentinas foram encaminhadas à colônia Blumenau e posteriormente localizadas além da confluência do rio Benedito com o rio Itajaí-açú. (PIAZZA, 1988). Entre os anos 1876 e 1878, aos de Trento seguiram-se gente de Veneza, Cremona, Brescia, Treviso, e outras áreas da Península Itálica.



Figura 21 Vista aérea Rodeio
Fonte: Google Earth, 2008

- ASCURRA

Em dezembro de 1876 outros localizaram-se na margem do Ribeirão São Paulo e do rio Guaricanas, oriundos da Lombardia e do Vêneto. Dr. Blumenau assinou contrato que mandara intensificar a demarcação de lotes, entre os quais 126 de uma área destinada a uma povoação que denominou “Ascurra”, lembrando a vitória das forças brasileiras na Guerra do Paraguai.



Figura 22 Vista aérea Ascurra
Fonte: Google Earth, 2008

- APIÚNA

Em prosseguimento à ocupação do curso do Itajaí-açú e dos seus tributários, a direção da colônia “Blumenau” enviou para áreas, já na encosta da Serra Geral, novos grupos de imigrantes italianos. (PIAZZA, 1983) Vieram com os que povoaram o médio vale do Itajaí-açú: Rio dos Cedros, Rodeio e Ascurra. Era um grupo de famílias daqueles núcleos, que em 1878, avançaram mais para oeste, aos quais se juntaram, mais tarde, alemães e poloneses, em menor número, formando, assim, a localidade de “Aquidabá” – face à vitória brasileira na Guerra do Paraguai

- COLÔNIA “LUÍS ALVES”

Em 1876 a Comissão encarregada de discriminar as terras de domínio particular, no então município de Itajaí, segue para o rio Luís Alves, a fim de escolher o melhor local para o estabelecimento de uma colônia, e, em função de tal desejo foram medidos 16 lotes, com 275 m de frente e 1.100 metros de fundos. Em fins de setembro de 1877 haviam sido medidos 224 lotes - 12 léguas quadradas. O povoamento foi iniciado em novembro de 1877, com três remessas de colonos em um mês. Eram colonos italianos e austríacos, que ocuparam os primeiros cinquenta e dois lotes – vinte e oito às margens do rio Luís Alves e vinte e quatro às margens do rio Braço do Norte. Os colonos alemães ocupam onze lotes à margem do ribeirão Máximo, enquanto os colonos nacionais tiveram trinta lotes às margens dos ribeirões Serafim e Braço Seco. Ao fim de 1877 eram 230 pessoas: 179 italianos, 49 austríacos e 2 alemães. Ao final de 1878 o número passou a 500 pessoas: 68 famílias italianas, 26 alemãs e 22 brasileiras. Em 13 de setembro de 1878 o administrador foi substituído. Repetidas vezes palco de revoltas de colonos, a Presidência da Província de Santa Catarina solicitou ao Ministério da Agricultura a sua extinção, registrada pelo Aviso Ministerial de 9 de abril de 1880. Apesar da extinção, nela se localizam ainda novas levas de colonos na década seguinte: 1892-83, 1893- 78, 1894 -6.

- COLÔNIA JARAGUÁ

Situada nas margens do Rio Itapocú, as terras destinadas à Colônia Jaraguá também faziam parte do dote matrimonial da Princesa Isabel. A medição do patrimônio da princesa iniciou em 1872 e em 1879 chegam os primeiros imigrantes alemães, via Colônia Dona Francisca. Chegam, em seguida, italianos, re-imigrados da Colônia Blumenau, especialmente de Rio dos Cedros.

3.3.2 VALE DO RIO ITAJAÍ-MIRIM E VALE DO RIO TIJUCAS

No vale do rio Tijucas e alto vale do rio Itajaí-Mirim grandes levas de imigrantes originárias de Trento, Vêneto (Piemonte) e Lombardia formaram núcleos homogêneos (1875); Nova Trento, Porto Franco e Botuverá; distantes da sede da colônia Príncipe Dom Pedro (Brusque), num isolamento inevitável, sofrendo grande influência do contexto germânico já consolidado. (FLORIANO, in DE BONI 1990)

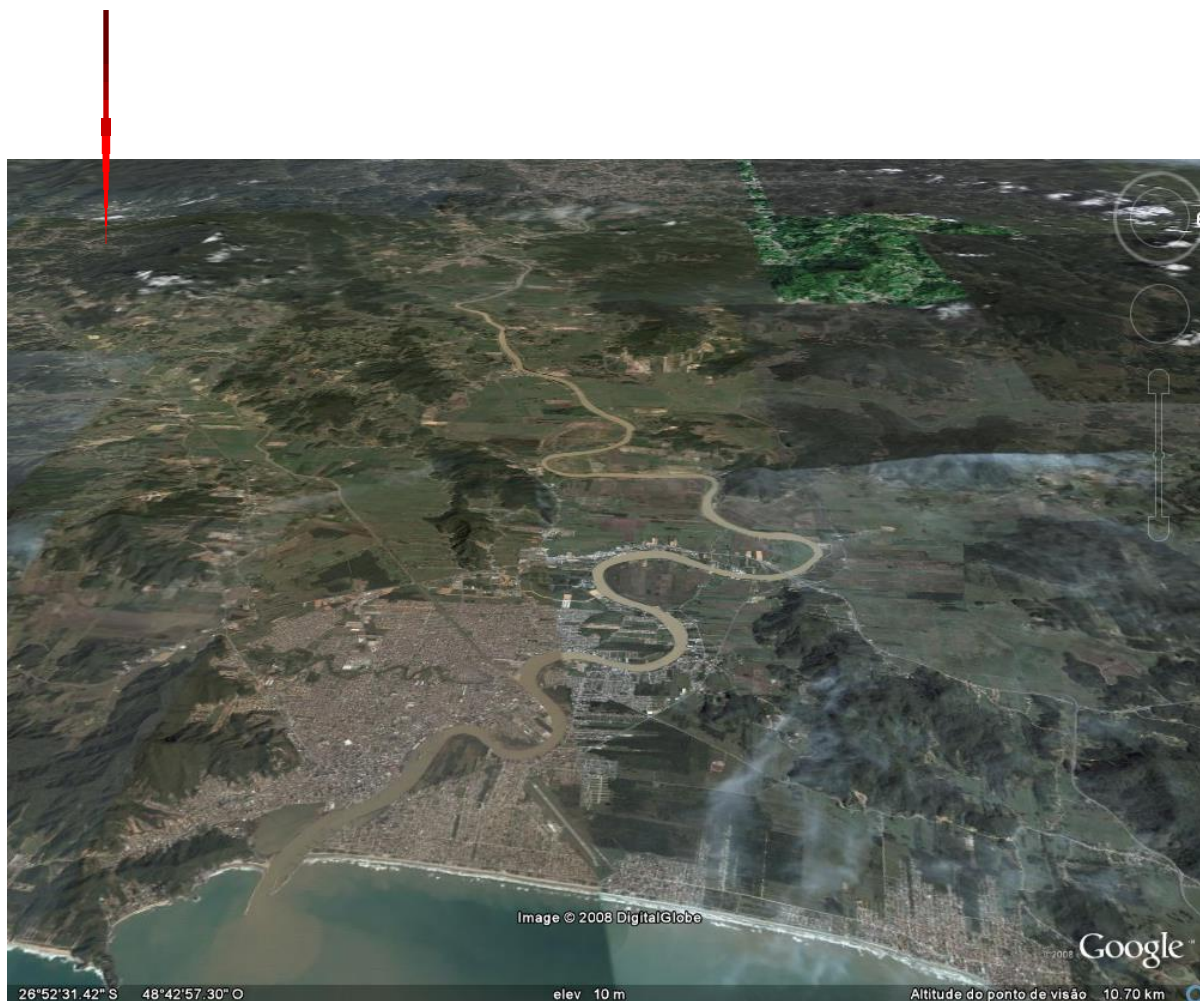
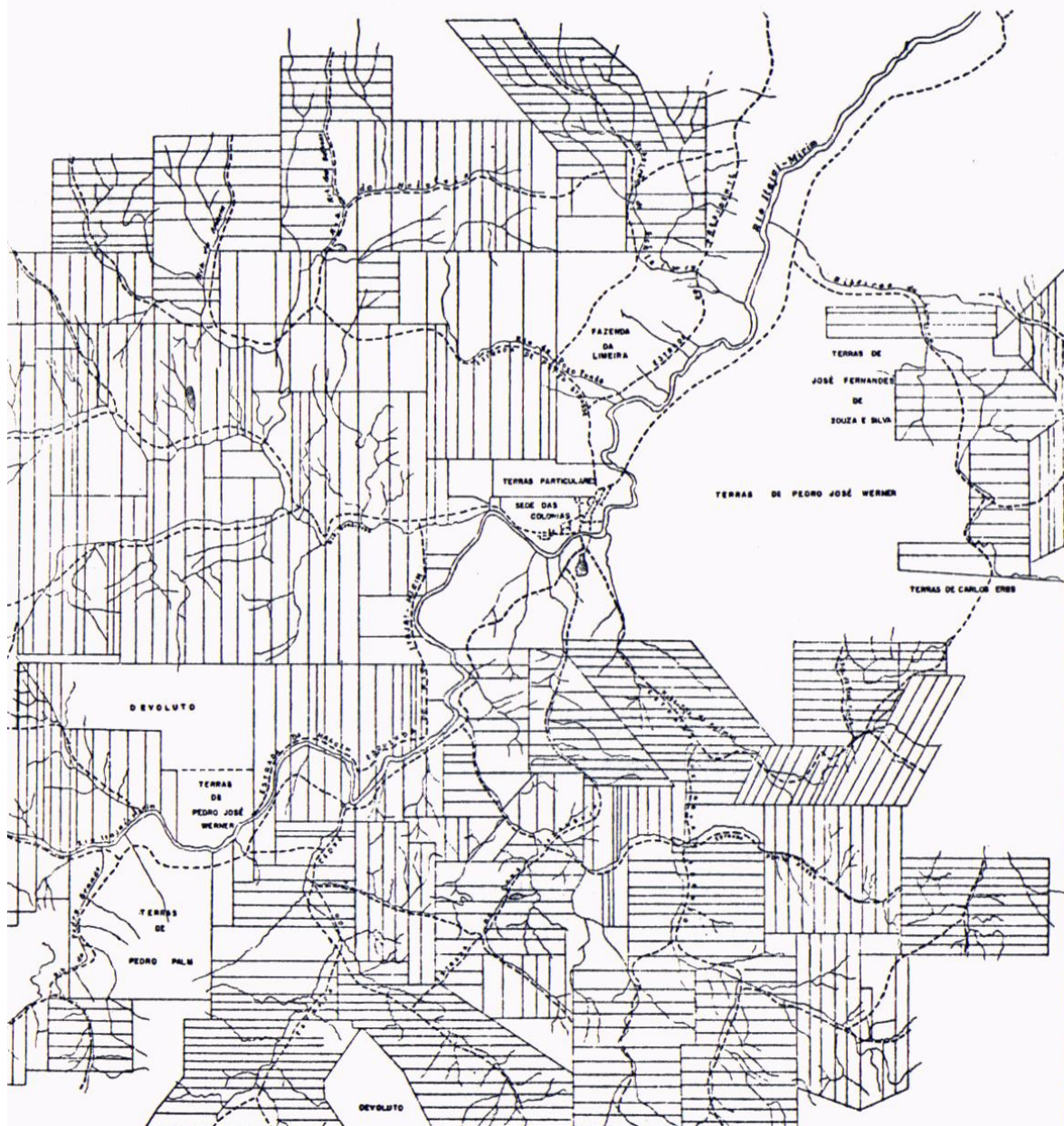


Figura 23 Vista panorâmica Vale do rio Itajaí-Mirim e Tijucas - do Porto de Itajaí até Botuverá. (indicada pela seta)
Percurso dos imigrantes da chegada ao porto em navios até seu estabelecimento nas colônias dos vales dos rios.
Fonte: Google Earth, 2008

PLANTA CADASTRAL DAS COLÔNIAS AO REDOR DE BRUSQUE NO FIM DO SÉCULO XIX



Mapa 26 Planta cadastral da colônia Itajaí-Brusque

Nesta colônia a mesma lógica na organização das propriedades, partindo dos rios e caminhos os lotes se estendem até a cumeada dos morros.

Fonte: (Santos R. I., 1981)

- PORTO FRANCO

Dentro da colônia Itajaí-Brusque, na área do médio vale do Itajaí-mirim, foi criado o distrito colonial de “Porto Franco” a partir de 1875.

“A este distrito, como ao de Nova Trento, destinaram-se os imigrantes italianos entrados naquela colônia”. (PIAZZA, 1983)

“Por ser uma região montanhosa, de vales apertados, sem grandes planícies aluviais para a agricultura extensiva, e decorrente da dificuldade de comunicações, isolou-se”. (PIAZZA, 1983)

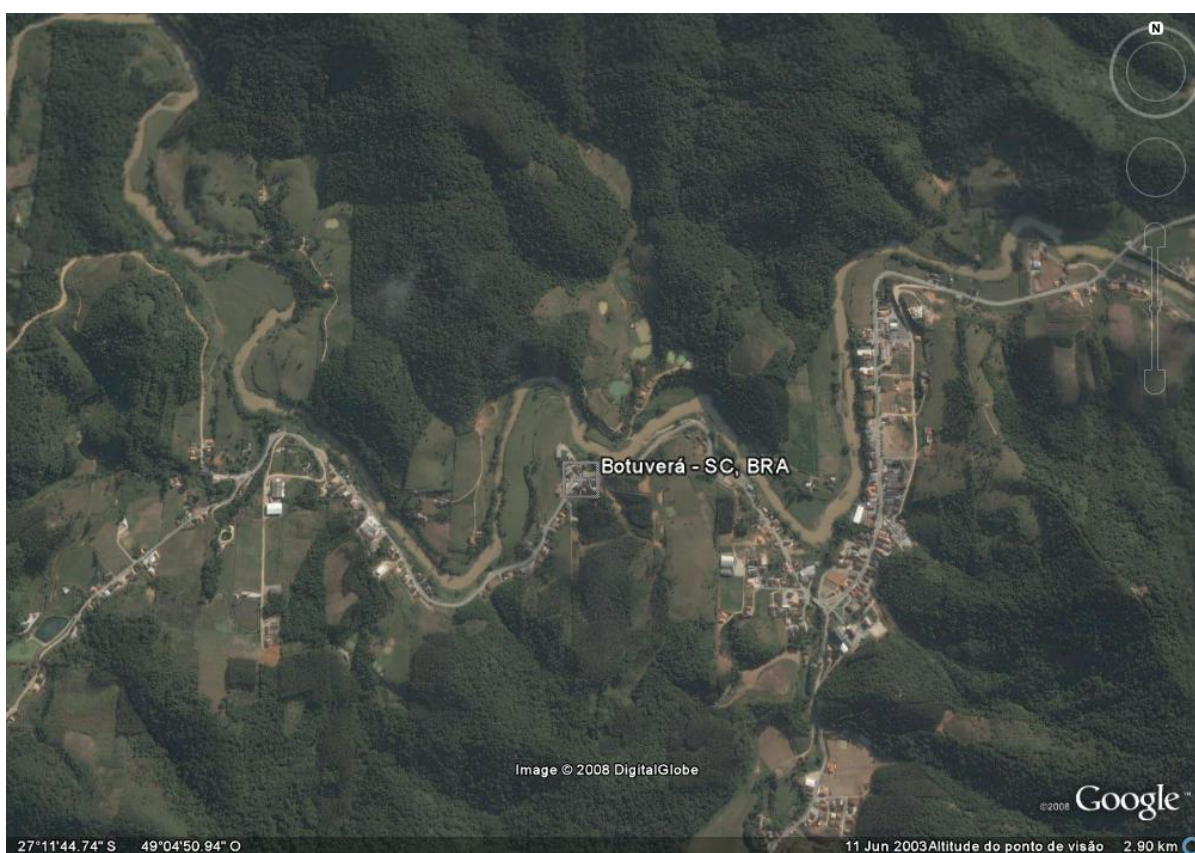


Figura 24 Vista aérea Botuverá
Fonte: Google Earth, 2008

- NOVA TRENTO

Dentro da colônia Itajaí-Brusque, mas na bacia do rio Tijucas, no vale do rio do Braço, foi criado o distrito colonial “Nova Trento”, em 1875. Em junho desse mesmo ano ali se localizaram as primeiras vinte famílias, originárias de Valsugana, no alto vale do Brenta, no Trentino, e de Monza, província de Milão, que se estabeleceram a 16 quilômetros de Brusque.

“A partir dos seus lotes, em 1876, auxiliaram a abertura de uma picada em direção ao vale do rio do Braço, e sucessivamente, vão chegando a esta picada novos imigrantes”. (PIAZZA, 1994)

Em março 1876, 416 imigrantes trentinos foram destinados à Itajaí-Brusque. Em setembro do mesmo ano juntaram-se a estes outros 700 italianos de diversas procedências.

Até 1880, perto de 11.000 pessoas chegaram ao distrito colonial de Nova Trento. Entretanto, fatos de várias origens fizeram com que muitos migrassem para outras regiões de SC, para outros países como a Argentina ou procurassem retornar à pátria.

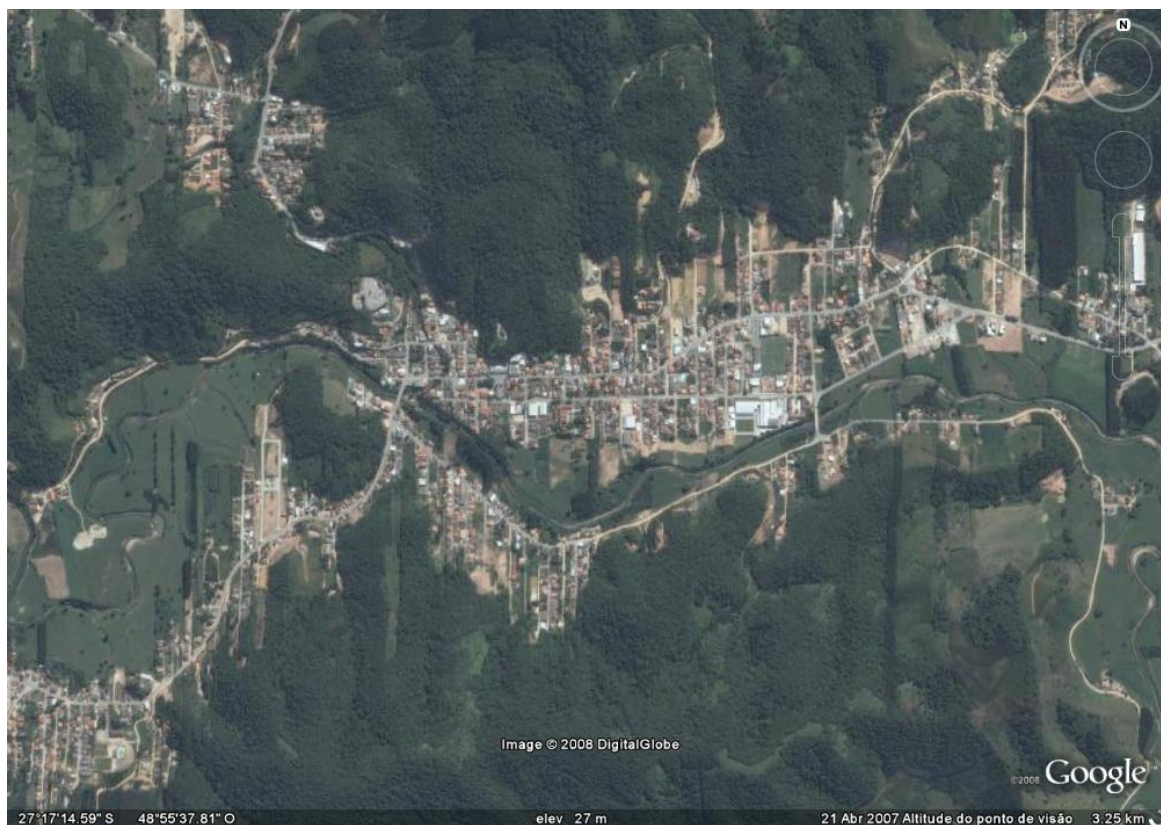


Figura 25 Vista aérea Nova Trento
Fonte: Google Earth, 2008

3.3.3 VALE DO RIO TUBARÃO – SUL DO ESTADO

Visto o excedente de italianos que chegavam à província desde 1875, dos quais as Colônias Blumenau e Brusque já não davam conta de hospedar, resolveu o Governo Imperial abrir novas frentes de expansão coloniais em terras até então inexploradas, às margens do Rio Tubarão, no sul de Santa Catarina. (PIAZZA, 1994)

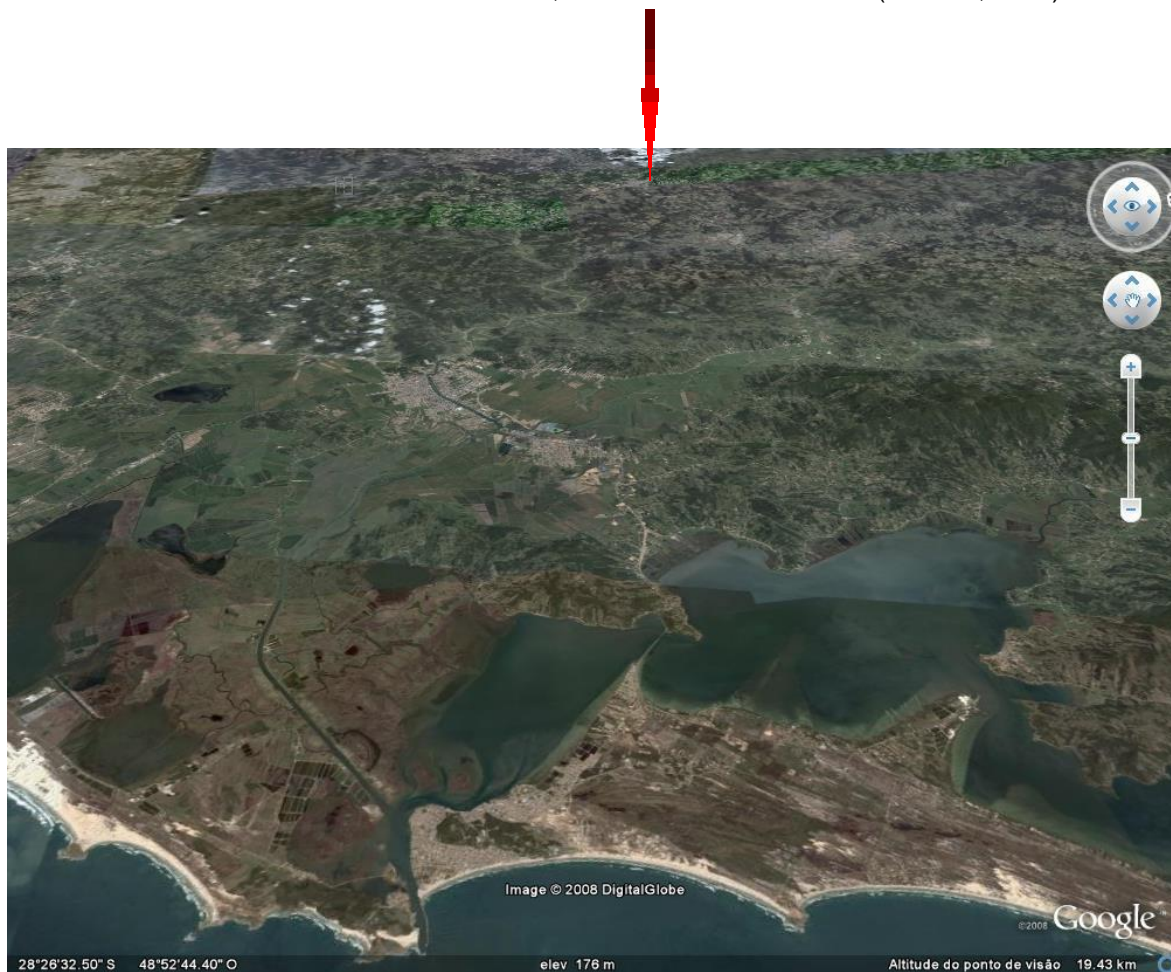


Figura 26 Vista panorâmica Vale do rio Tubarão - do Porto de Laguna até Urussanga. (indicada pela seta)
Percurso dos imigrantes da chegada ao porto em navios até seu estabelecimento nas colônias dos vales dos rios.
Fonte: Google Earth, 2008

- COLÔNIA AZAMBUJA

No vale do Tubarão, então fracamente povoado, fez o Governo Imperial instalar uma colônia.

“Por portaria de 21 de novembro de 1876, o Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Império Brasileiro, Conselheiro Tomás José Coelho de Almeida, designou uma Comissão para discriminação e medição das terras públicas existentes no Sul de Santa Catarina, que ficou constituída do engenheiro Joaquim Vieira Ferreira, como chefe, e tendo como membros o agrimensor Augusto Barradon e tenente Brás Nogueira Pinto. A idéia inicial foi a de traçar – baseada em Aviso Ministerial de 08 de maio de 1854 – territórios quadrangulares de duas léguas de lado, sendo o processo demarcatório de acordo com o “Livro das Terras”, de autoria de J.M.P. de Vasconcelos”. (PIAZZA, 1983)

Em 1877 a Comissão instalou-se no vale do rio Tubarão, e dos seus efluentes Capivari e Braço do Norte. Em direção à confluência do rio Pedras Grandes com o rio Tubarão, fundava-se “Azambuja”. No dia 16 de abril de 1877 os colonos desembarcaram, em Morrinhos, nas margens do Tubarão.

“Com o auxílio de luso-brasileiros, aprenderam a lidar com a mata e a cultivar o solo, com produtos autóctones.” (LOTTIN, 1998)

“Da sede da colônia Azambuja abriram-se caminhos vicinais ao longo do rio Pedras Grandes e dos seus afluentes, onde se localizaram os imigrantes italianos.” (PIAZZA, 1994) “Assim, em 1878, passaram as novas levas de colonos do vale do Tubarão para o Urussanga, e ali estabeleceu, a Comissão, uma sede secundária da colônia. Posteriormente, se acrescentaram outras sedes secundárias como Treze de Maio, Acioli de Vasconcelos (hoje Cocal) e Criciúma.” (PIAZZA, 1983)

Em 1880 foi proposta a emancipação da colônia, em virtude do desenvolvimento demográfico, exceto na parte referente à Acioli de Vasconcelos e Criciúma.

“No período de três anos a Comissão demarcara 610 lotes, onde se localizaram 1648 imigrantes e construíram 42 quilômetros de estrada, para o escoamento da produção de tão laboriosa gente.” (PIAZZA, 1994) Emancipada em 31 dezembro de 1881. Em decorrência do crescimento demográfico, o chefe da comissão de demarcação de terras – o engenheiro Vieira Ferreira – propôs a emancipação da colônia, efetivada pelo Decreto nº 2.366 de 31 de dezembro de 1881.



Figura 27 Vista aérea Pedras Grandes
Fonte: Google Earth, 2008

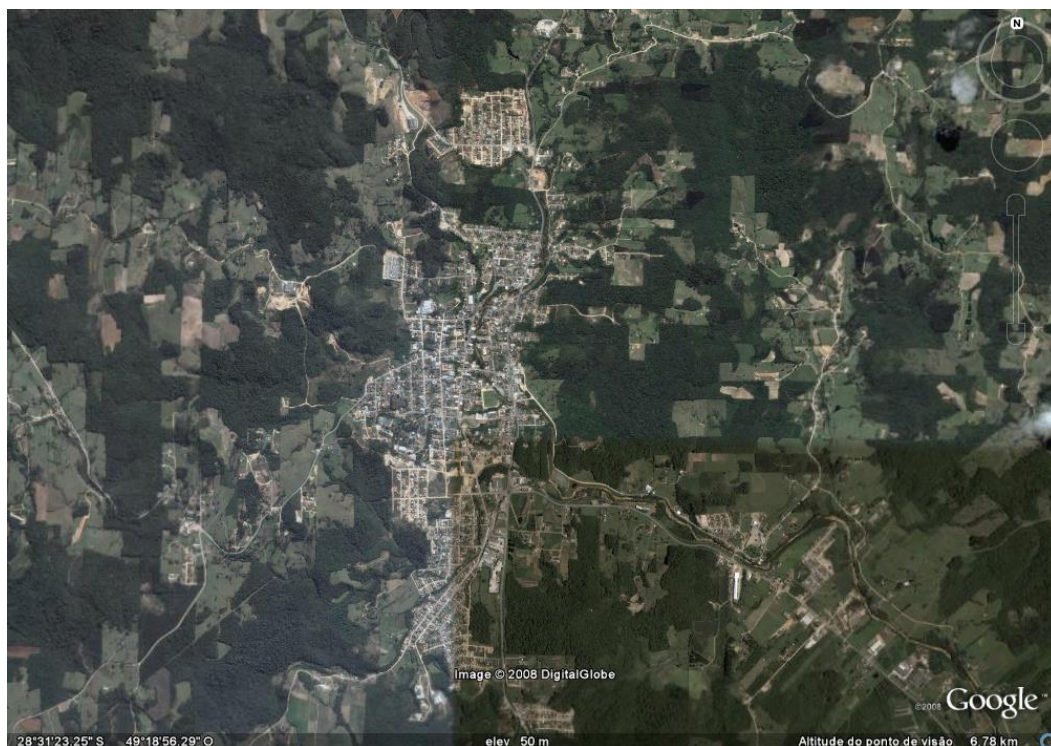


Figura 28 Vista aérea Urussanga
Fonte: Google Earth, 2008

- COLÔNIA NOVA VENEZA

Foi fundada em 1881, como um “burgo agrícola”, tarefa executada pela Cia. Metropolitana que, além de Nova Veneza, fez também a medição de Nova Trieste e Antonio Olinto. A colônia recebeu mais de 2.000 imigrantes em 1881, todos italianos.

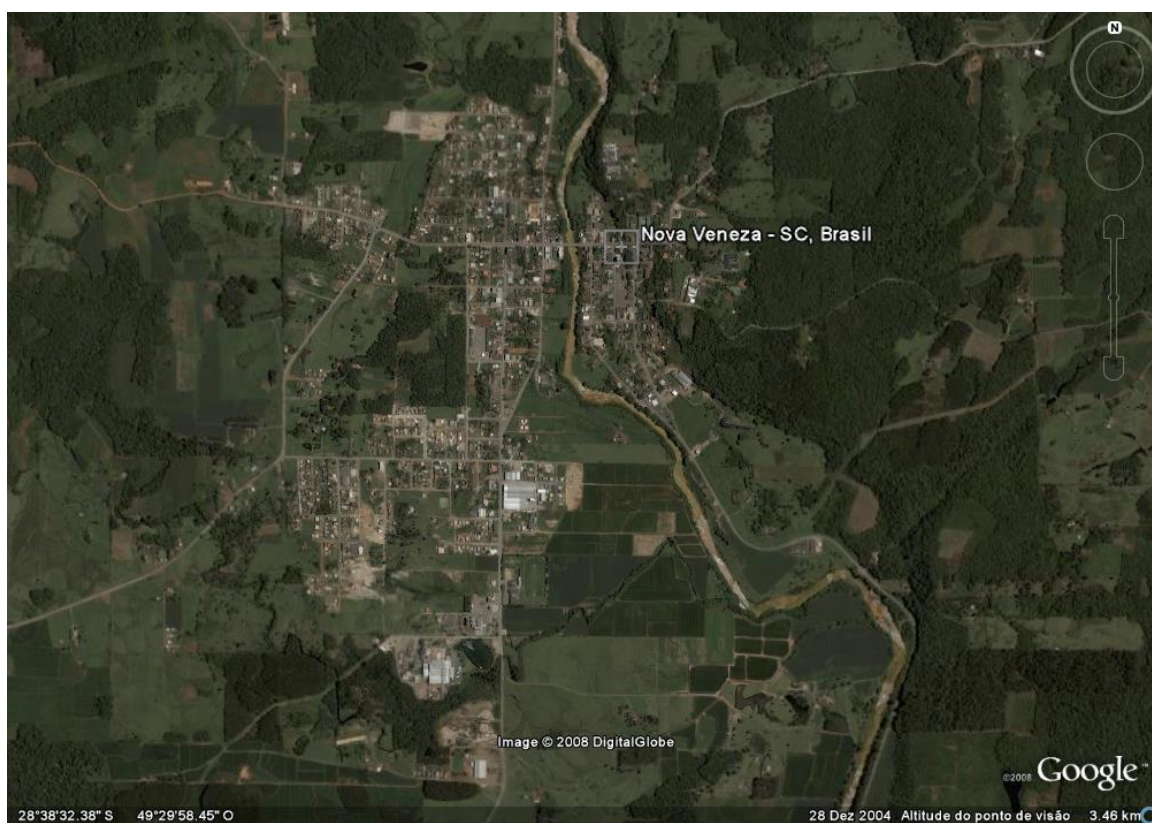


Figura 29 Vista aérea Nova Veneza
Fonte: Google Earth, 2008

- COLÔNIA GRÃO-PARÁ

Situadas no Vale do Rio Tubarão, as terras da Colônia Grão Pará faziam parte do dote matrimonial da Princesa Dona Isabel, que havia se casado com o Príncipe Gastão d'Orleans (Conde d'Eu) em 1864, mesmo ano em que foi promulgada a lei que regulamentava os dotes das filhas de Dom Pedro II.

Através de contrato assinado com Joaquim Caetano Pinto Júnior em 1881 iniciaram-se os trâmites para a efetivação da colônia, que recebeu os primeiros imigrantes, provenientes de Gênova, no ano de 1883. Formavam um grupo de 22 famílias, perfazendo o total de 132 pessoas. Seu crescimento transforma-a em distrito de Tubarão em 1888. Com a Proclamação da República, o Conde D'Eu vendeu o restante de suas terras, transferidas à Empresa Industrial e Colonizadora do Brasil.

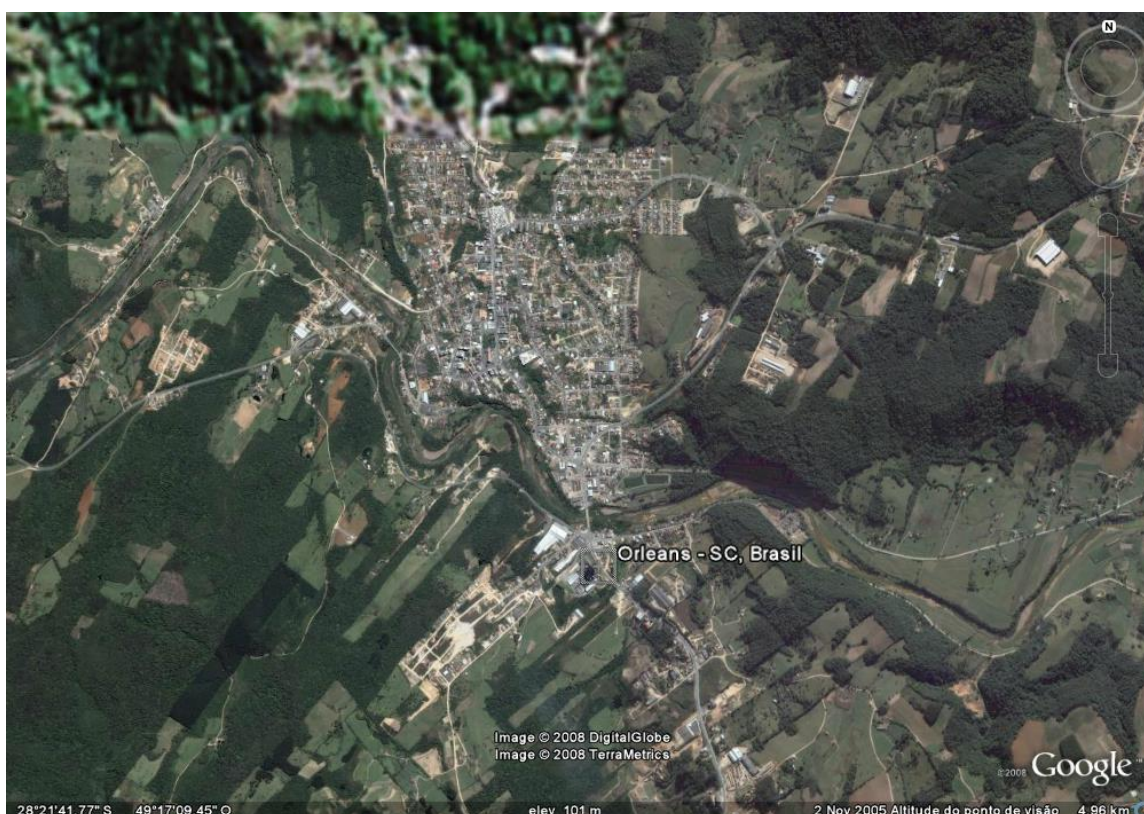


Figura 30 Vista aérea Orleans
Fonte: Google Earth, 2008

4. LEGADO DA ARQUITETURA ÍTALO-BRASILEIRA EM SANTA CATARINA

Segundo Floriano, como aqui em Santa Catarina os imigrantes italianos se instalaram em contexto previamente estruturado, isso resultou em influências nas soluções técnicas e formais em parte das arquiteturas produzidas.

4.1 INTERFACES ARQUITETÔNICAS NO VALE DO RIO ITAJAÍ-AÇÚ

No caso da colônia Blumenau, é forte a influência do contexto germânico na implantação da arquitetura em todas as etapas, e nas construções, com predominância da técnica enxaimel. Isso interferiu na espacialização de uma arquitetura de características italianas, tanto urbana quanto rural. Uma justificativa apresentada, na maioria das vezes, se dava em função da mão-de-obra germânica disponível na região e o programa de casa rural do imigrante alemão se adequar às necessidades do imigrante italiano. (FLORIANO *apud* DE BONI, 1990)

Constatamos em vários aspectos o domínio político, econômico e cultural germânico, e conseqüentemente a transferência de um modelo, que deveria ser reproduzido uma vez que apresentava-se como positivo. (FLORIANO *apud* DE BONI, 1990)

Rio dos Cedros, Rodeio e Ascurra foram três das colônias para onde vieram numerosos italianos depois de 1874. Tanto a arquitetura quanto a paisagem refletem o contato com os imigrantes alemães, já radicados no vale havia 25 anos. Nessa região, as casas dos italianos seguem de modelos teuto-brasileiros: os volumes são menores, o tijolo à vista é bastante empregado, as telhas são tipo “rabo de castor” e não é incomum que os sótãos sejam utilizados. Várias residências são em enxaimel. Essa influência, que se traduz principalmente no volume e nos materiais construtivos (já havia olarias e serrarias em profusão na região) raramente é absoluta. Os pé-direitos são mais altos, as medidas valorizam as proporções da fachada frontal. Os arcos tornam-se comuns. As plantas comumente transferem as cozinhas para a lateral ou para os fundos com o passar do tempo. Preponderam as casas térreas e a solução das cozinhas laterais (comuns em Caxias do Sul, RS) tornando as composições alongadas. Logo toda a fachada frontal é tomada por uma varanda, freqüentemente em arcadas. Progressivamente, numa evolução cronológica,

desaparecem os tijolos à vista. Existem exceções. Em Rodeio, na área urbana, existem modelos caracteristicamente italianos. O mais extraordinário exemplo é a 'Casa Buzzi', onde a influência alemã é inexistente.

No conjunto da paisagem as igrejas ganham vulto; seus interiores são sempre coloridos.

Predominou nessa região a casa unifamiliar térrea com telhado em duas águas com o aproveitamento do sótão, construída geralmente em tijolos, muitas vezes utilizando a técnica enxaimel, predominante nos núcleos próximos de Pomerode e Timbó. A implantação do conjunto de edificações no lote segue a prática de ocupação livre e separada por funções; cozinha, estala, paiol, galinheiro, e casa de dormir (construção principal, que recebe tratamento especial). (FLORIANO *apud* DE BONI, 1990)

Apesar da influência teuta, os imigrantes conseguiram através das ações comunitárias preservar os valores fundamentais de sua cultura. O trabalho de mutirão, as festas religiosas e profanas ajudaram na preservação do dialeto e das cantigas, e permitiram a espacialização de construções tipicamente italianas, onde podemos perceber a preocupação nos detalhes construtivos, na forma pura e simétrica, além de detalhes como varandas, porta na entrada principal em arco pleno, simetria dos vãos, e fechamento do frontão com cimalthas. (FLORIANO *apud* DE BONI, 1990)

Acrescenta-se a preservação do uso do porão e o pé-direito maior que o das residências alemãs, destacando o plano da fachada principal, como características típicas dessa arquitetura ítalo-brasileira. Na casa alemã, prepondera na composição, o volume do telhado; na italiana, a massa da construção com predomínio da fachada frontal. O alemão costuma usar o sótão; o italiano, o porão.

No desenho da paisagem, há uma diferença notável entre os imigrantes italianos e os alemães: é a freqüência com que os primeiros buscam terrenos inclinados, topografias acidentadas, propícias a construir a casa deixando espaço para o porão. Essa característica é notada em Rodeio, Rio dos Cedros e mesmo Timbó e Indaial. Outro aspecto de diferenciação diz respeito ao jardim. É comum que sejam sombreados, muitas vezes ocultando a casa nos lotes alemães. Nas propriedades italianas, são raras as árvores frontais que escondam e sombreiem as construções. Ainda quanto à construção da paisagem, nota-se a freqüência com que os italianos dessa região cultivam o arroz. O plantio de milho acompanha praticamente todas as propriedades italianas. Alemães, poloneses e ucranianos plantam mais tubérculos. Entre os alemães, patos e marrecos são criações comuns. Embora os imigrantes de

todas as procedências dediquem-se à produção de leite e derivados, entre os alemães a proporção das áreas de pastagens parece ser maior. Todos plantam fumo, mandioca e feijão.

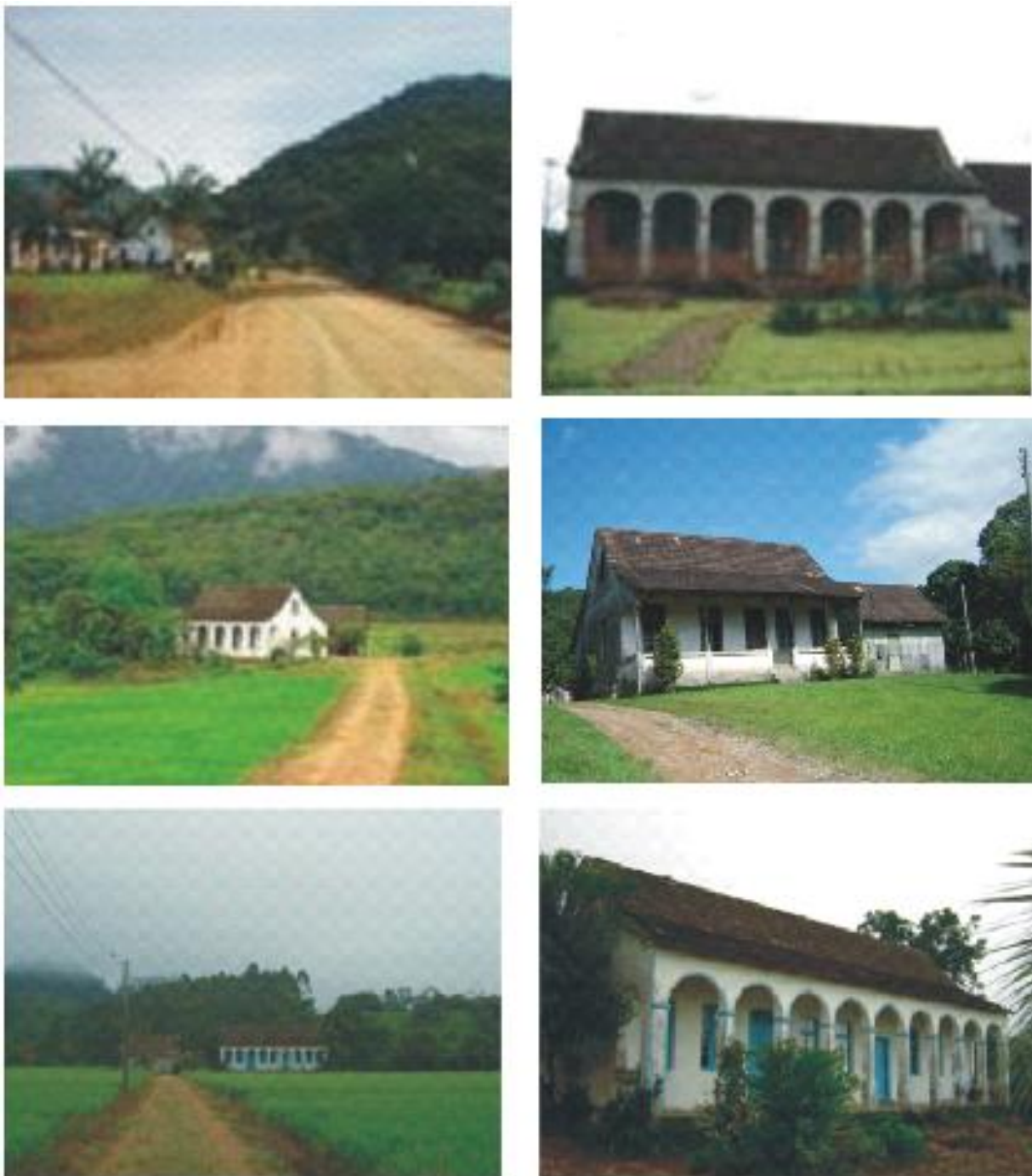


Figura 31 Paisagem Cultural e exemplares da Arquitetura ítalo-Brasileira no Vale do Itajaí-Açú
Fonte: acervo da autora / acervo 11SR-IPHAN-SC

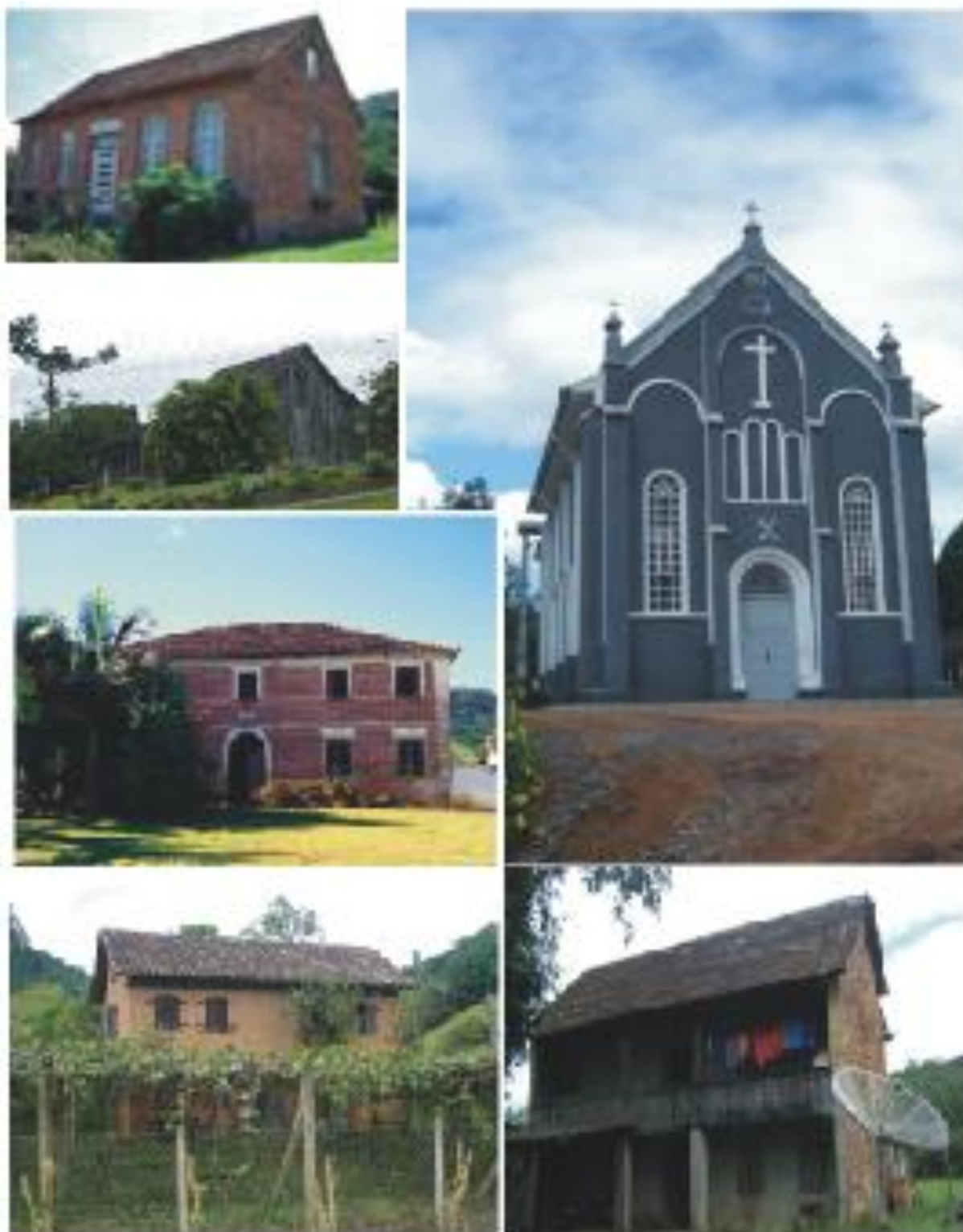


Figura 32 Exemplos da Arquitetura ítalo-Brasileira no Vale do Itajaí-Açú
Fonte: acervo da autora / acervo 11SR-IPHAN-SC

4.2 INTERFACES ARQUITETÔNICAS NO VALE DO RIO ITAJAÍ-MIRIM E VALE DO RIO TIJUCAS

O processo de assentamento dos imigrantes italianos do médio vale do rio Itajaí-Açú se assemelha ao da Colônia Príncipe Dom Pedro no vale do rio Itajaí-Mirim. Através de picadas, os imigrantes ocuparam terras completamente inexploradas, além do núcleo colonial germânico, encontrando-se em profundo isolamento e total dependência econômica da cidade de Brusque. (FLORIANO *apud* DE BONI, 1990) É importante destacar que os alemães vinham de uma região que se industrializara mais cedo. Havia adquirido a experiência do convívio com as fábricas e suas vantagens. Os italianos, em sua maioria, originalmente provinham de áreas agrícolas afetadas pelas conseqüências da industrialização, mas não tinham essa vivência.

Os colonos germânicos assentados no núcleo da colônia tinham facilidade para circular seus produtos e obterem ajuda médica, educacional e religiosa, enquanto que os colonos italianos estavam condenados ao isolamento no fundo dos vales e terras improdutivas. Os núcleos coloniais germânicos puderam acumular um capital necessário para dar início ao processo industrial, gerando riqueza, enquanto os italianos permaneceram durante muitos anos na condição de agricultores. (FLORIANO *apud* DE BONI, 1990)

Em Botuverá, apesar das péssimas condições de produtividade agrícola que impediram o desenvolvimento do núcleo e a especialização de uma arquitetura significativa, se percebe pelo pouco construído, marcos importantes da cultura arquitetônica italiana, semelhantes aos encontrados em Nova Trento.

Nova Trento apresenta grande acervo construtivo, principalmente no setor religioso, com inúmeros exemplares de capelas, igrejas e santuários do final do século ainda preservados. Destacando-se até os dias de hoje a tradição de fornecer para todo o território catarinense mestres-pedreiros com profundo conhecimento, especializados em construções religiosas. (FLORIANO *apud* DE BONI, 1990)

Florianópolis destaca que as construções religiosas dessa região apresentam grande apuro formal: planta de nave única e altar-mor, apresentam variações em relação à torre do sino, que pode estar isolada ou no centro da construção.

Na região de Nova Trento, não houve a proximidade tão acentuada com os alemães quanto no Vale do Itajaí. Sobrados de acentuada relação com a arquitetura popular italiana existiam até há pouco, em especial na área rural.

Na região do Itajaí-Mirim, o contato maior era com os luso-brasileiros de Tijucas e como conseqüência, são comuns os sobrados cobertos com telhas capa e canal, alguns construídos dentro de proporções clássicas. Praticamente não há tijolo à vista, embora também não se registre cantaria. Os jardins frontais são menos presentes do que no Vale do Itajaí e as casas tendem a aproximarem-se dos alinhamentos prediais.

Segundo Floriano, predomina nas residências, de planta simétrica com a presença constante de cimalkas, um partido vertical, de cobertura de quatro águas, sendo que o segundo pavimento apresenta dimensões de pé direito inferiores ao do andar térreo, conferindo particularidade ao volume da construção. São em sua maioria em tijolos, mas sem nenhuma referência da arquitetura teuto-brasileira. Floriano destaca que a cidade de Brusque, com sua visualidade típica das cidades alemãs na forma de assentamento, nos volumes e angulação dos telhados, apresenta marcas da presença italiana perceptíveis nos detalhes construtivos, reflexo do trabalho dos mestres pedreiros italianos daquela região.



Figura 33 Paisagem Cultural e exemplares da Arquitetura ítalo-Brasileira no Vale do Itajaí-Mirim e do rio Tijucas
Fonte: acervo da autora

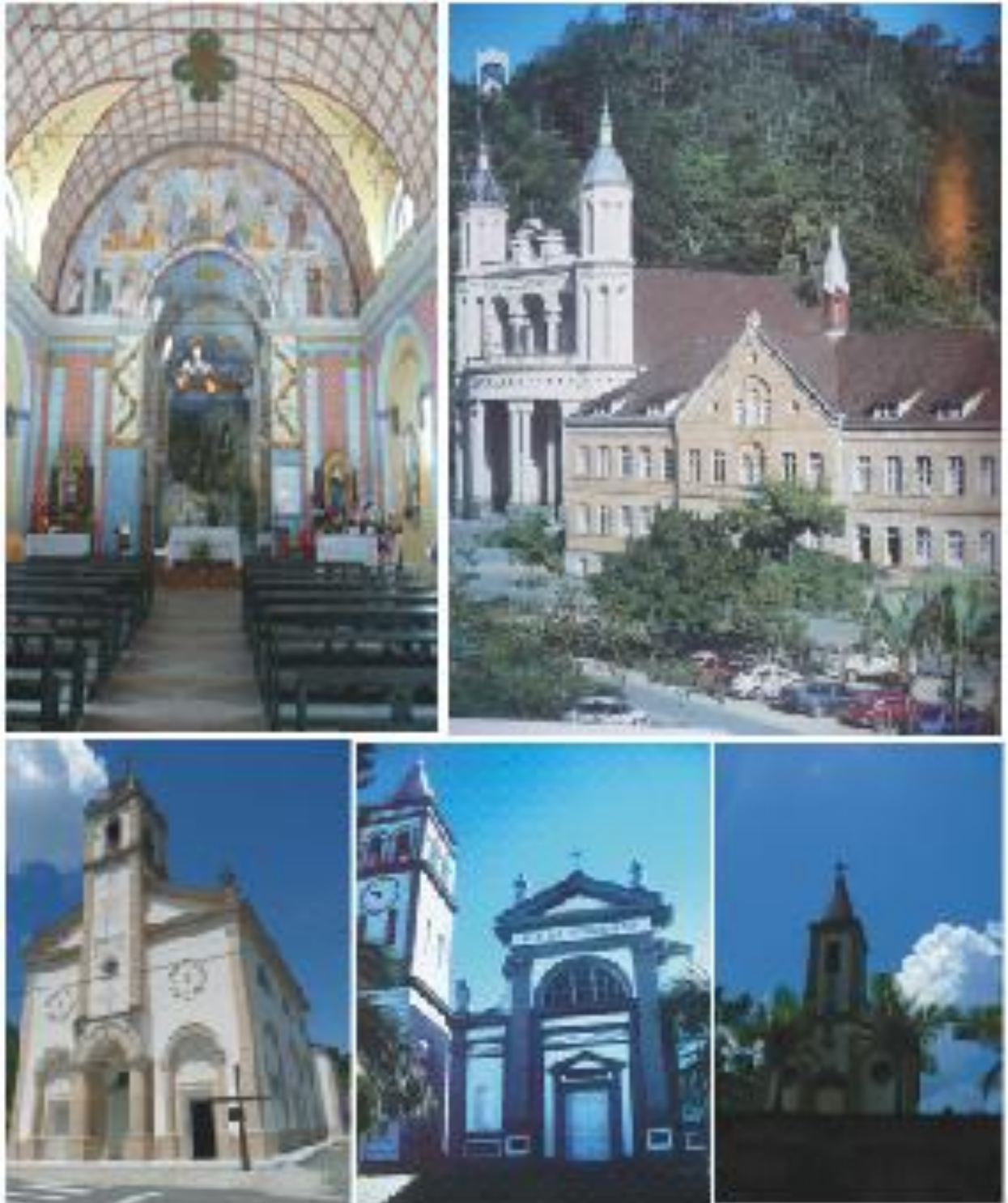


Figura 34 Paisagem Cultural e exemplares da Arquitetura ítalo-Brasileira no Vale do Itajaí-Mirim e do rio Tijucas
Fonte: acervo da autora / acervo Tempo Editorial

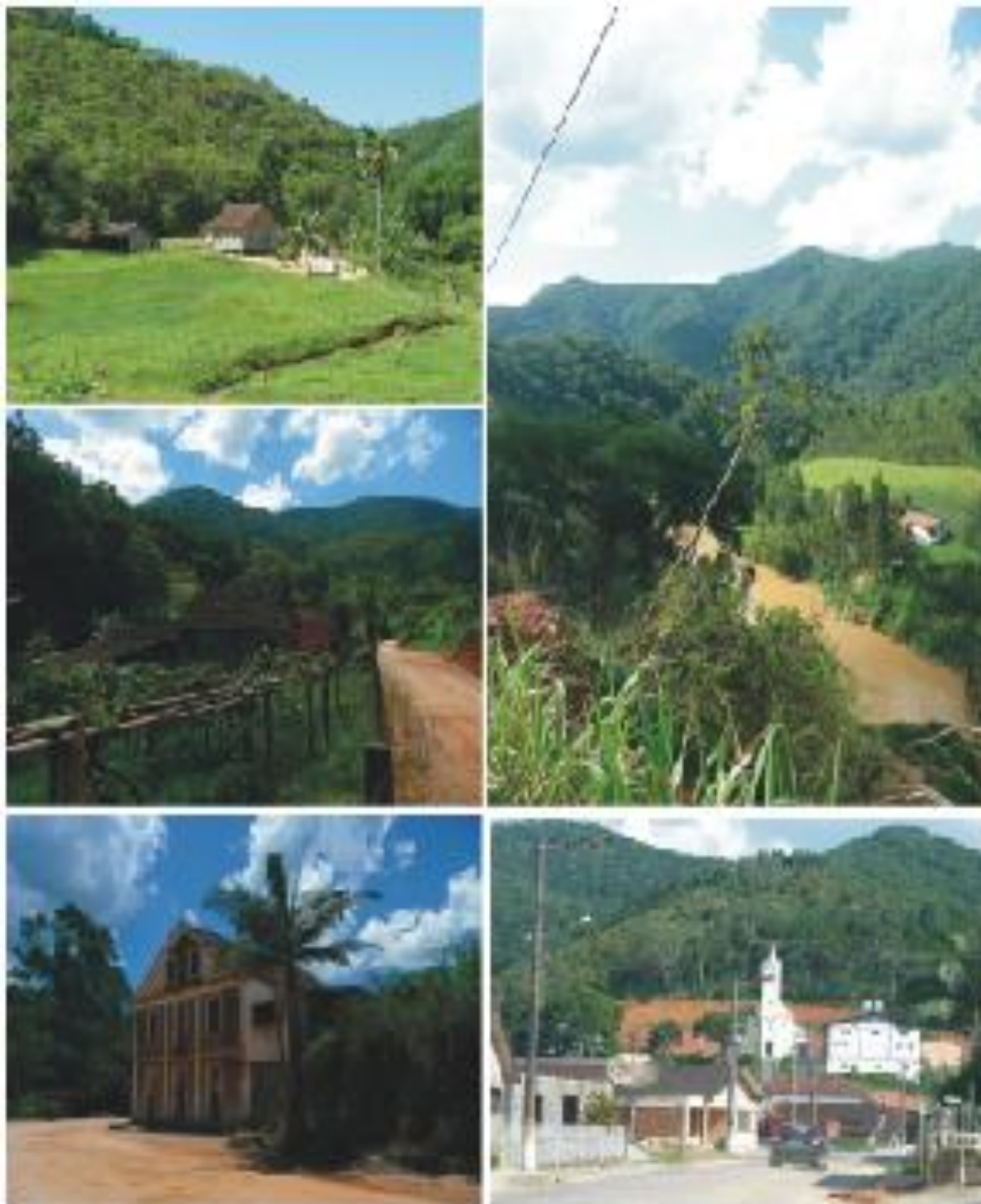


Figura 35 Paisagem Cultural e exemplares da Arquitetura ítalo-Brasileira no Vale do Itajaí-Mirim e do rio Tijucas
Fonte: acervo da autora

4.3 INTERFACES ARQUITETÔNICAS NO VALE DO RIO TUBARÃO – SUL DO ESTADO

No Sul, o imigrante italiano mantinha forte contato com os luso-brasileiros. Sobrados e casas térreas são muito semelhantes às construções do litoral. A fluência continuada de imigrantes fez com que o predomínio da arquitetura italiana se tornasse evidente, até quando os edifícios já eram construídos dentro do repertório do ecletismo urbano – como na Praça de Urussanga. Nessa região, as técnicas construtivas, em especial a armação da cobertura, são diretamente provenientes da Itália. Soluções de plantas, desenhos das esquadrias, volumetria, cantaria, fachadas, ferragens: tudo caracteriza a legítima arquitetura ítalo-brasileira. Essas marcas dos italianos são perceptíveis na arquitetura de madeira, nas alvenarias rebocadas, nas construções em pedra – aparentes ou não, e nos modelos urbanos edificadas até a Segunda Grande Guerra. Preponderam telhas do tipo capa e canal e os telhados apresentam inclinação pouco acentuada. As raras construções em tijolos à vista devem ser atribuídas aos tirolezes. As igrejas, com suas torres destacadas das naves ou construídas nos eixos de simetria dos edifícios religiosos, pontuam toda a paisagem da região. O cultivo da uva é freqüente em toda a região, sendo marcante na configuração da paisagem, principalmente em Orleans e Urussanga, que se destacam como produtores. Mesmo na área urbana é comum encontrar parreiras junto das residências.

A disponibilidade de terras férteis na Bacia do rio Tubarão e a crescente quantidade de imigrantes de origem italiana nas colônias alemãs, e a conseqüente ameaça da perda da homogeneidade étnica, motivou a criação de novas frentes de colonização ao sul do estado. Diferentes companhias colonizadoras em diferentes épocas foram responsáveis pelo assentamento de elementos das regiões do Vêneto, Lombardia, Trentino, Friuli e Emilia Romagna. Cidades como Urussanga (1878), Criciúma (1880), Nova Veneza (1891), Orleans e outros núcleos surgiram nas novas linhas coloniais, de forma homogênea e culturalmente integrados, apesar do isolamento. (FLORIANO *apud* DE BONI, 1990)

O sul do estado de Santa Catarina, pelo número expressivo de imigrantes italianos e pelo modo como se deu a colonização, ‘configura-se como uma verdadeira região de cultura ítalo-brasileira’, onde as tradições populares se manifestam ainda hoje de forma intensa. (FLORIANO *apud* DE BONI, 1990)

É nesta região que encontraremos a mais forte manifestação da arquitetura rural italiana setentrional, ainda hoje preservada, nas construções antigas e parte das novas que mantêm algumas referências formais e espaciais tipicamente italianas. (FLORIANO *apud* DE BONI, 1990)

O processo de colonização dessa região, iniciado em 1877, apresenta uma forte influência da cultura luso-brasileira do litoral, das cidades de Laguna, Tubarão e outras vilas litorâneas. Toda essa ocupação colonial está permeada por edificações tipicamente luso-brasileiras. A presença de colonos não italianos em toda a região justifica o sincretismo formal, espacial e técnico observado na arquitetura. Embora o poder econômico e político luso-brasileiro não fosse exercido com o mesmo vigor das colônias alemãs. (FLORIANO *apud* DE BONI, 1990)

A presença de outras etnias não impediu a formação de núcleos homogêneos como Urussanga, Orleans e Nova Veneza que mantêm até hoje seus dialetos e cantigas. O acervo arquitetônico encontrado no centro urbano e na zona rural tem um significado muito especial para a memória cultural do imigrante italiano na região. (FLORIANO *apud* DE BONI, 1990)

No convívio com os luso-brasileiros, que ocupavam esparsamente a região quando da instalação das colônias, os novos imigrantes, predominantemente italianos, não sofreram discriminação, hostilidade ou isolamento da sede colonial. Exercendo com liberdade suas atividades produtivas, sua cidadania, sua participação política e social naquela comunidade. A arquitetura e a paisagem construída dessa região são a expressão desse casamento harmonioso, entre elementos de origens distintas, que permitiu por vezes a utilização de técnicas, mão-de-obra, ou mesmo a adoção de elementos da estética locais, sem perder a força da expressão das suas raízes culturais originais.

Segundo os pesquisadores da Fundação Catarinense de Cultura, que elaboraram estudo sobre a produção da arquitetura da região, a diferença cronológica no processo de ocupação foi suficiente para que se criassem núcleos de comportamentos diferenciados, citando os exemplos de Urussanga, que recebeu imigrantes logo após a unificação italiana muito ligados à produção agrícola de Beluno e Treviso, e de Nova Veneza, que quinze anos depois, ainda recebia imigrantes vindos de uma Itália em processo de industrialização. (FCC, 1992)

As férteis terras da região sul foram colonizadas por várias companhias, em diferentes períodos. A construção da estrada de ferro Dona Tereza Cristina em 1880

facilitou o escoamento da produção. As colônias prosperaram economicamente, o que permitiu a espacialização de edificações rurais de grande porte com referências claras da arquitetura rural da Itália setentrional. Os conjuntos arquitetônicos de cada propriedade são compostos por várias edificações com funções diferenciadas (residência, cozinha, moinho, estala), construídos em pedra, madeira ou tijolo. Predominam detalhes como: sótão de pouca altura, pequenas janelas alinhadas, cantina no porão de pedra, cimalhas em cantaria e lambrequins em madeira. (FLORIANO *apud* DE BONI, 1990)

Destacam-se a propriedade da família Fontana, em Urussanga, que ainda conserva, em belíssima arquitetura de madeira, o sobrado residencial, atafona, serraria, marcenaria, descascador de arroz movido à água; e a propriedade da família Bratti (1892) em Nova Veneza, em pedra basáltica. (FLORIANO *apud* DE BONI, 1990)

Os técnicos da Fundação Catarinense de Cultura descrevem esta propriedade como “o mais excepcional conjunto de edificações construído em taipa de pedra do sul de Santa Catarina”, considerado como acervo mais significativo da arquitetura rural do imigrante italiano deste estado.

A proposta de ocupação reflete as “villas” rurais italianas: agrupamentos de edifícios de dois ou três pavimentos, com várias atividades justapostas, formando conjunto de dominação horizontal. (FLORIANO *apud* DE BONI, 1990)

Percebemos, nestas edificações, em Nova Veneza, uma intenção em reproduzir estas villas rurais, pois o conjunto insinua, apesar das separações entre os edifícios, uma continuidade futura. (FLORIANO *apud* DE BONI, 1990)

Destes núcleos coloniais do sul do estado, alguns (como Criciúma) tiveram crescimento econômico acelerado, adotando a função de pólo regional, sofrendo grande perda da identificação original do ambiente construído. A preservação do acervo dessas edificações foi mantida em outros núcleos coloniais que não sofreram transformações tão drásticas. O núcleo de Urussanga configura-se como o maior conjunto urbano deste estado com características tipicamente italianas, sendo fundamental a manutenção da ambiência dos sobrados coloniais em torno da praça Anita Garibaldi e da igreja. (FLORIANO *apud* DE BONI, 1990)



Figura 36 Paisagem Cultural e exemplares da Arquitetura ítalo-Brasileira no Vale do rio Tubarão e Sul do Estado
Fonte: acervo Tempo Editorial

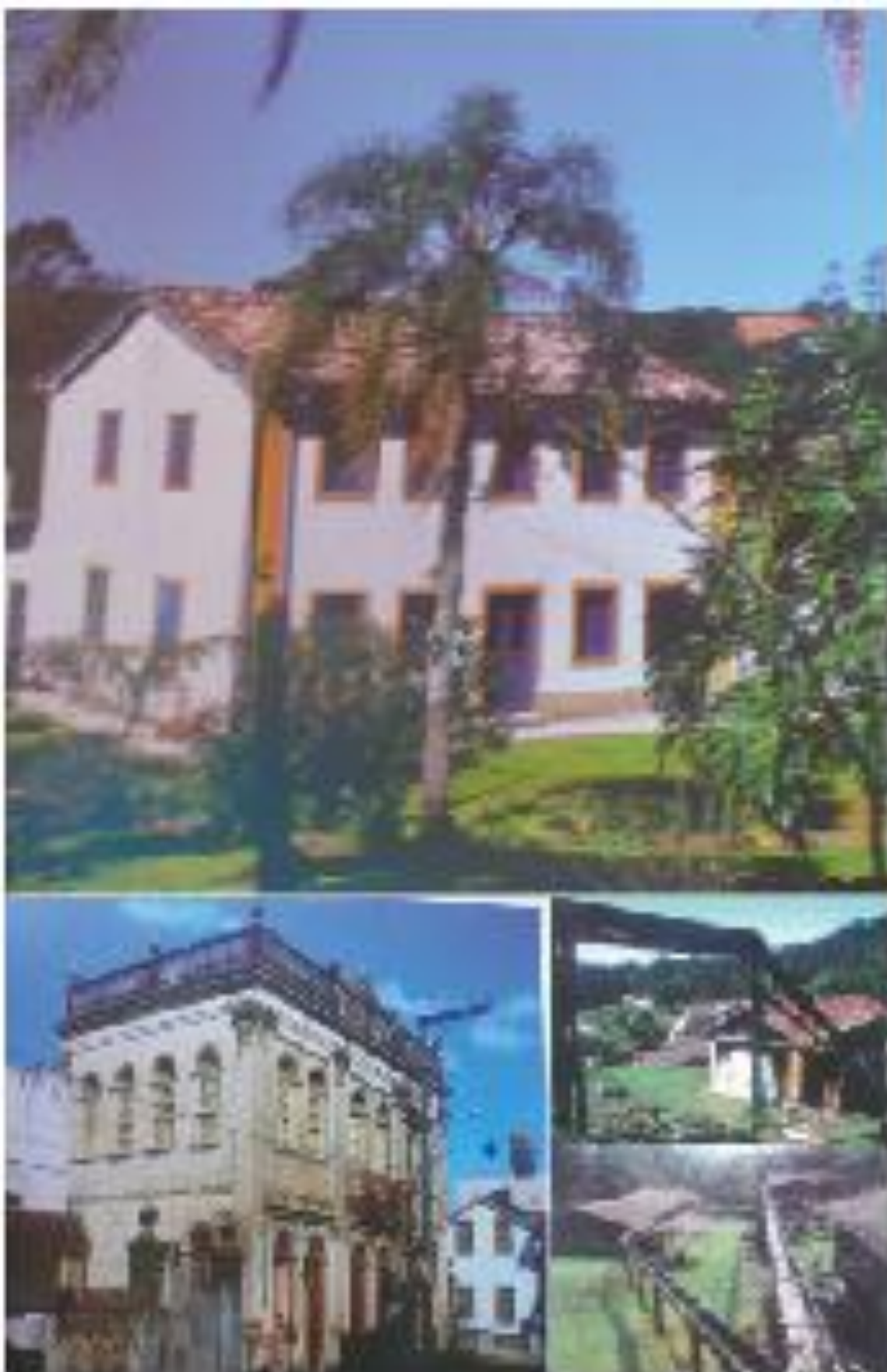


Figura 37 Paisagem Cultural e exemplares da Arquitetura ítalo-Brasileira no Vale do rio Tubarão e Sul do Estado
Fonte: acervo da autora / acervo 11SR-IPHAN-SC

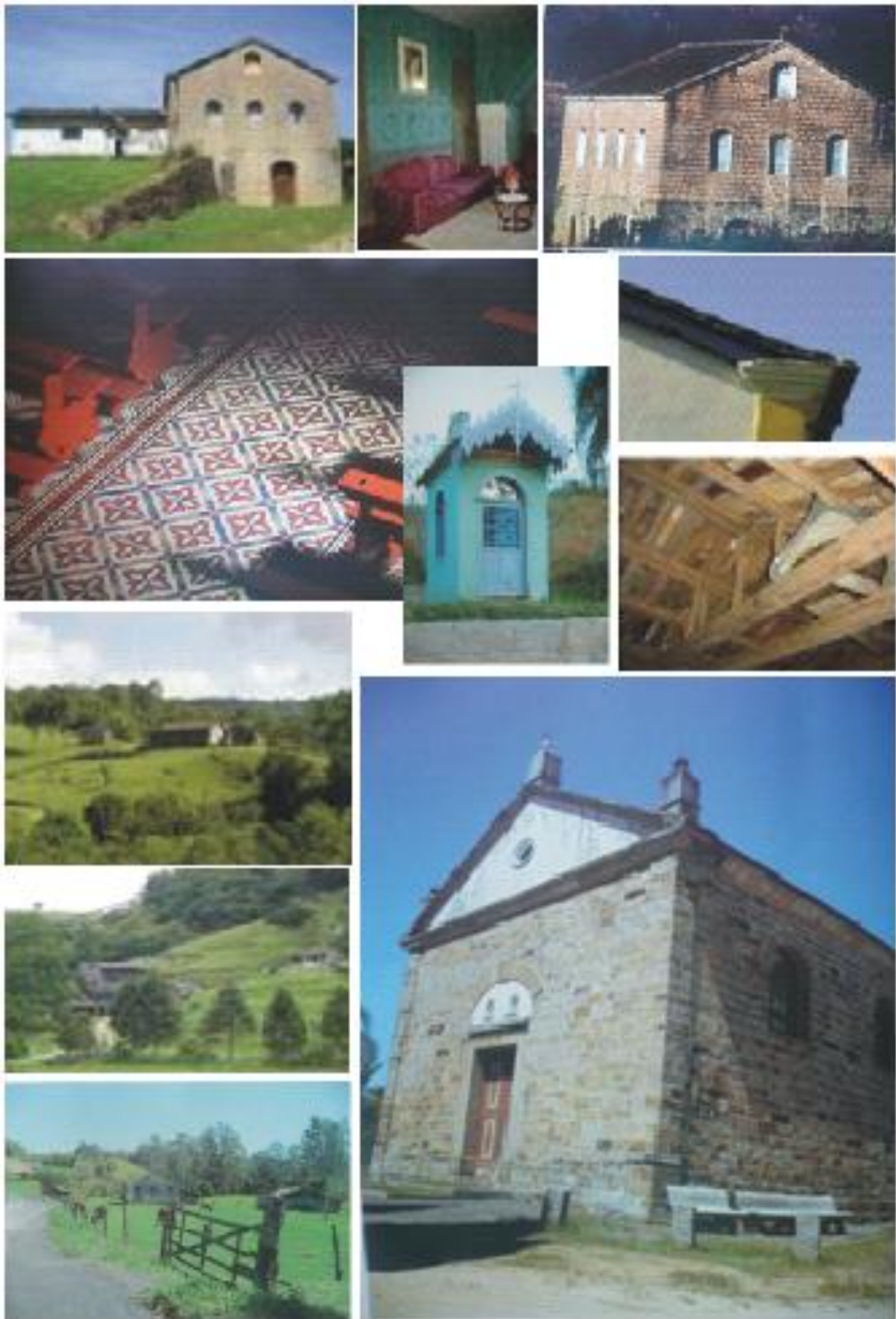


Figura 38 Paisagem Cultural e exemplares da Arquitetura ítalo-Brasileira no Vale do rio Tubarão e Sul do Estado
Fonte: acervo da autora / acervo 11SR-IPHAN-SC

4.4 INTERFACES ARQUITETÔNICAS – ANÁLISE COMPARATIVA



Figura 39 Casas de imigrantes italianos integrantes dos roteiros nacionais de imigração

Fonte: acervo 11SR-IPHAN-SC, 2007

Existem constantes nessas diferentes regiões, em especial quando confrontadas com a arquitetura das demais etnias. Tanto quanto as especificidades que particularizam e identificam as regiões estudadas, existem diversos elementos construtivos que se repetem em todas as áreas pesquisadas. Partimos do pressuposto de que é possível mais facilmente detectar essas especificidades ítalo-brasileiras em cinco aspectos principais:

- a) nos detalhes e nas técnicas construtivas;
 - b) na dimensão de alguns compartimentos;
 - c) nas proporções internas e externas da arquitetura;
 - d) nos ornamentos e cores;
 - e) na dimensão e proporção das aberturas.
- a. Existem exemplares onde a estrutura dos telhados é invertida em relação à luso-brasileira: as ripas acompanham a direção longitudinal das telhas, pressupondo caibros paralelos à fachada e peças mestras perpendiculares

(em oposição direta às cumeeiras, terças e frechais da arquitetura luso-brasileira, ou aos “telhados de caibros” da teuto-brasileira).

Folhas de esquadrias formadas por tábuas inclinadas, unidas em meia-madeira ou macho e fêmea, podem ser encontradas tanto na casa Bez Fontana quanto em Rodeio ou no Vale do Rio Tijucas.

Assim como tipos específicos de ferragens, em especial trincos e dobradiças. Os arcos de descarga, que absorvem os esforços construtivos sobre as vergas de portas e janelas são muito comuns em todas as alvenarias de imigrantes italianos, confeccionados em pedra ou em tijolos. Em contrapartida, são muito raros entre os imigrantes alemães ou poloneses. Na arquitetura luso-brasileira, os arcos de descarga são freqüentes – confeccionados invariavelmente em arcos abatidos de tijolos, como nas fortalezas da Ilha de Santa Catarina – em especial nas de São José da Ponta Grossa e Santo Antônio de Ratones, onde foram mantidos aparentes. São também confeccionados em madeira – largos pranchões fixados nas paredes sobre as vergas – como na Casa Natal de Vitor Meirelles em Florianópolis.

- b. Como resultado de suas especificidades culturais, existe uma maior proporção nas áreas de estar e na cozinha – entre os italianos. As grandes famílias, os matriarcados das nonas (sempre sob a apenas aparente supervisão do protetorado dos nonos), os festejos constantes – civis, religiosos e familiares, o gosto pelo diálogo (e pela polêmica), o apego incondicional aos filhos, tudo contribui para o uso freqüente dos espaços de convívio entre os italianos. No caso das cozinhas, o gosto pela boa mesa e o hábito do vinho são dois dos predicados que tornam freqüentes as reuniões familiares em torno do fogão. Cozinhas separadas estão registradas entre imigrantes alemães, poloneses e ucranianos, mas nunca na quantidade, nem com a dimensão das cozinhas e dos comedouros – comuns entre os italianos. Essa peculiaridade é das que mais se estende ao longo do tempo e é possível perceber sua permanência em moradias e construção recentes – incorporada como ‘edícula’.
- c. Berço do clássico latino, a Itália viu repetir por séculos, elementos e proporções apuradas, cuja sofisticação de equilíbrio estético – re-apropriada no renascimento e sempre presente no barroco, no neo-clássico e no eclético,

parece ter sido assimilada profundamente por sua sociedade. Transladados ao ambiente semi-tropical do Brasil e de Santa Catarina, os imigrantes italianos construíram edifícios singelos – na maioria das vezes – mas diferenciados na quase erudição dos acabamentos e no apuro das proporções – tanto das composições de fachadas, quanto dos ambientes internos. No que se refere às fachadas, pode-se dizer que nenhuma construção habitacional de imigrantes em Santa Catarina é comparável com a nobreza das casas de alvenaria aparente de Rio Maior, em Urussanga. No Vale, sobressai-se a Casa Schiochetti, ou as Casas em Ascurra. O mesmo pode-se dizer das proporções internas – onde a escada freqüentemente integra a solução das salas frontais (Casa Schiochetti) e as barras de pinturas decorativas são delicadas e complementam a arquitetura. Esse apuro pode ser medido pelos pés-direitos maiores: não há equivalentes, nem entre alemães (que se particularizam por ambientes baixos) nem entre os eslavos (em alguns casos com alturas consideráveis nos ambientes frontais de suas salas – comumente repartidos por corredor central). Dentre os luso-brasileiros, também herdeiros das tradições construtivas latinas (mescladas com as árabes), as alturas dos cômodos variam, tendo alcançado proporções maiores no começo do século XIX. Entre os italianos, mesmo as casas humildes de Ascurra, ou as de madeira do sul do estado, a arquitetura popular, apresentam proporções externas que se traduzem em maiores alturas internas. Pode-se afirmar: a altura maior dos cômodos italianos relaciona-se com tradições seculares – que uniam conforto ambiental com apuro de proporções clássicas.

- d. Os ornamentos arquitetônicos, da mesma natureza estética equilibrada das proporções, são mais utilizados entre os italianos. São raros nas construções alemães, onde quase se restringem aos desenhos em tijolos e aos tramos do enxaimel e raras são as sobrevergas (como na Casa Voigt, em Pomerode). É comum encontrar vergas alteadas, sobrevergas, arcos e ornamentos ecléticos nas construções dos imigrantes italianos. Dentre os ornamentos, os elementos básicos de enquadramento se sobressaem: cunhais e cimalthas. Não existem cunhais nem cimalthas na arquitetura teuto-brasileira anterior ao ecletismo. Esses ornamentos derivados diretamente do classicismo ocorrem,

entre os imigrantes, na arquitetura polonesa/ ucraniana (que provavelmente pela via da religião católica esteve sempre associada à italiana) e principalmente, entre os italianos. As cimalthas, por vezes distanciadas do beiral, acompanhadas ou não de pilastras e cunhais, conferem às composições de fachada um apuro estético que não existe na arquitetura dos outros imigrantes. Na arquitetura luso-brasileira, também de origem latina e clássica, cimalthas e cunhais são freqüentes – ver casa da antiga alfândega da ponta do Sambaqui. Entretanto, embora os cunhais sejam marcantes e dotados de bases e arremedos de capitéis, (como na Casa da Costeira do Ribeirão), as cimalthas comportam-se como complemento do beiral, não apresentando a significância que adquirem dentre as composições de fachadas dos imigrantes italianos.

- e. Na dimensão e proporção das aberturas. Esse aspecto, ainda muito pouco estudado no Brasil, requer um maior detalhamento e possivelmente, constituiu-se em um dos principais atributos das construções efetivadas por imigrantes oriundos da Itália. É razoável acreditar que um povo que “se expressa pelas mãos”, dado a gestos e poses grandiloqüentes, de voz alta profundamente idealista - o que o leva à condição de amante apaixonado das polêmicas e dos debates conceituais, fortemente unidos por laços familiares e pelo fervor religioso, necessite de espaços maiores para expressar sua vivência comunitária. Esses espaços parecem “transbordar” da área interna e é na arquitetura dos italianos que é maior a relação dos espaços internos com os externos. Não deve ser à toa que as varandas são maiores e mais freqüentes entre os italianos. As portas e janelas são mais altas e irradiam mais luz. Pode-se conjecturar que entre os povos do norte, como os eslavos e germânicos, a preocupação principal da casa ancestral é a de guardar o calor necessário à sobrevivência nos longos meses de inverno. Na arquitetura luso-brasileira, profundamente impregnada da vivência e concepção de vida árabe, ao contrário, o calor demasiado é que deve ser evitado. Portas e janelas adquirem proporções modestas – busca-se isolar termicamente os ambientes internos. As concepções de vida são mais concentradas no núcleo familiar (voltadas para dentro) na arquitetura árabe – e por extensão na luso-brasileira, do que entre os italianos do norte. No clima temperado da

península itálica, a luz é bem vinda. O arco, para além de suas funções estéticas e construtivas, constitui-se numa maior possibilidade de receber a luz. Não há nada parecido com a Casa Merini em qualquer região de predominância de imigrantes alemães ou poloneses – nem mesmo entre luso-brasileiros. A casa Vitor Meirelles tem aberturas estreitas e seu pavimento superior é formado por pequenas alcovas. Na Casa da Costeira do Ribeirão, ou no casarão da antiga Vila de São Miguel, onde o espaço rural poderia permitir todo o tipo de inter-relação com os amplos lotes circundantes, a alma das casas é formada pela quadratura das alcovas e quase não há janelas laterais. A cozinha é restrita – nos fundos e relaciona-se mau com a casa. Influência, sem dúvida, de uma sociedade onde cozinhavam os escravos – que serviam aos senhores concluído o preparo das refeições. Em Recife, segundo anota Vauthier (Vauthier, 2000) cozinhava-se no sótão, entre os telhados, agregando-se ao calor do telhado o proveniente do fogão. As casas alemãs, usualmente, são dotadas de aberturas pequenas, assim como as polonesas. As relações com o espaço externo são menores. Os espaços de convívio são menos significantes.

Inúmeros são os exemplos eloqüentes do que parece ser uma espécie de erudição inata da arquitetura italiana. A Casa Schiochetti, a Bez Fontana e a Buzzi, exemplificam muitos dos elementos que particularizam a arquitetura dos imigrantes italianos – alguns perceptíveis na arquitetura atual que se edifica em Ascurra ou em Criciúma: a permanência de elementos ornamentais simbólicos – inclusive reminiscências de elementos clássicos; maior altura dos compartimentos de uso familiar cotidiano e dos espaços de receber; a significância da cozinha e da copa na distribuição da casa e na dimensão que adquirem; a persistência de cores vibrantes e ornamentos internos, inclusive pinturas murais, reforçadas por quadros, retratos e cartazes variados, hoje quase sempre assimilados pelo viés popular.

Assim, é possível identificar edifícios relacionados com a imigração italiana em função de seus detalhes e de suas características construtivas – em qualquer região de Santa Catarina.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSEQÜÊNCIAS DESSA COLONIZAÇÃO

No tocante à contribuição, à economia e à sociedade catarinense, se tem algumas observações finais.

O imigrante italiano, localizado em áreas periféricas às sedes de colônias de formação germânica (Blumenau, Itajaí-Brusque) passou a ser o fornecedor de produtos agrícolas por excelência, não só àqueles destinados à subsistência das populações urbanas, mas também, e principalmente, os de exportação como o fumo e o arroz.

Assim, o imigrante italiano trouxe as suas culturas clássicas: o milho, o arroz, a uva e amoreira, com a conseqüente criação do “bicho-da-seda” (*bombix-mori*), além do cultivo do fumo, nos processos tradicionais.

O milho, cultura destinada à alimentação básica do italiano, estabeleceu-se nas planícies hidrográficas da Itália do Norte, sendo muito encontrado nas áreas de colonização italiana no Brasil. O arroz é cultivado pelos imigrantes italianos e seus descendentes na água, com a mesma técnica usual na região do vale do Pó, na Lombardia e no Piemonte. A região colonizada pelos italianos, em Santa Catarina, é a principal produtora desse produto onde se desenvolveu tecnologia agroindustrial ligada à rizicultura.

O vinho, produto primordial na mesa do italiano, liga-se à tradição agrícola do plantio da uva, com persistência milenar, o que acarretou, evidentemente, um transporte cultural para Santa Catarina. (PIAZZA, 2001)

O fumo foi bastante cultivado, visando sua transformação em “rapé” ou em fumo de corda, que em nada se relaciona com a produção atual.

A atividade tradicional do italiano era sericultura. Bastante difundida no Norte da Itália, desde logo iniciou-se na área da colônia Itajaí-Brusque, que dadas as dificuldades de comercialização do produto, a falta de técnica mais moderna e o surgimento de novas matérias-primas que passaram a concorrer com a seda, fizeram com que esta atividade cessasse, pouco a pouco.

Aspectos da colonização devem ser enfocados pela importância que acabaram por ter no contexto cultural catarinense:

Um dos aspectos que merece reparo é o preconceito contra o italiano, motivado pela revolta que provocou no seio das colônias onde se situou – Nova Trento e Azambuja, face ao despreparo do Governo Brasileiro para recebê-los, com as colônias saturadas, com acomodações precárias, com falta de cumprimento das promessas efetuadas, na Europa, pelos aliciadores, com a demora na localização em seus lotes, com a falta de humanidade dos administradores das colônias. Tais revoltas só estudadas pela parte oficial, foram, na realidade, reconhecidas como justas pelo Governo Provincial de Santa Catarina, que promulgou a Lei nº873, de 1º de março de 1880, em que autorizou o Presidente da Província a dispensar até a quantia de 1:500\$000 rs. ‘com o transporte dos imigrantes espontâneos, italianos e tirolezes, que se acham nesta capital, para os lugares a que se destinarem dentro da Província’. (PIAZZA, 1994)

Os italianos, preferidos aos alemães por motivos religiosos, logo receberam a pecha de “menos inclinados ao trabalho” e mais suscetíveis a polêmicas e revoltas. Ocorre que a Itália, desde o início do século XIX sofria grande inquietude política, que primeiro levava à integridade nacional e logo depois à independência – episódios de que foi personagem simbólico Giuseppe Garibaldi – o herói italiano com inúmeras façanhas em Santa Catarina e no Brasil. Obtida a independência e a integridade, a Itália ingressara tardiamente na revolução industrial e em intenso processo de reestruturação interna. Era essa a realidade vivida pelos milhares de italianos que optaram pela esperança de uma vida melhor imigrando para o Brasil. Encontrando aqui um contexto de dificuldades e despreparos, nada mais natural que reagissem com a tradicional veemência – característica latina exacerbada na Itália e na Espanha.

Sobre a arquitetura e a paisagem, podem-se traçar as seguintes linhas gerais:

Na região dos rios Itajaí-Açú e Itajaí-Mirim as cidades e núcleos urbanos fixam-se nas margens dos rios e nas várzeas dos vales. As pastagens formam a base da paisagem cultivada. Os edifícios maiores e mais volumosos são os das sociedades de caça e tiro e os salões de bailes, desconectados das igrejas, típicos da tradição alemã. A síntese da paisagem dos imigrantes alemães em Santa Catarina pode ser traçada pela preponderância das áreas cultivadas e das moradias que pontilham toda a região. Apenas de tempo em tempo surgem as torres das igrejas, na maior parte dos casos dissociadas dos volumes maiores dos comércios e dos salões.

É diferente a paisagem formada pelos filhos da Itália. Os salões paroquiais, ponto de encontro social dos italianos, localizam-se junto das igrejas, muitas vezes de construção simplória, ou mesmo apenas um telheiro, mas freqüentemente incorporando algum tipo de atividade escolar – ainda que restrita às lições do catecismo. Nas propriedades as edificações subdividem-se de acordo com suas funções utilitárias em ranchos, depósitos, atafonas, estufa de fumo, potreiro, paiol, chiqueiro, casa de morada, entre outros. As residências, no Vale, costumam estar implantadas mais distantes das vias públicas. É comum que sejam antecedidas por jardins. São menores. Os telhados apresentam inclinação acentuada, as telhas são planas. A técnica do enxaimel e o tijolo à vista são comuns. Os programas desenvolvem-se predominantemente no pavimento térreo, sendo freqüentes os porões e os sótãos. As cozinhas são afastadas e as varandas enfatizadas. O uso do arco pleno é intenso.

No sul, a relação com a arquitetura da Itália, tanto a popular quanto a erudita, é muito mais forte. Não havia o contexto já estruturado por alemães, ofertando materiais e mão-de-obra. Surge a cantaria. As fachadas assumem proporções nobres elegantes. A inclinação dos telhados é baixa; as telhas são capa e canal, menores do que as litorâneas, mas totalmente distintas do tipo “rabo de castor” – de origem alemã, mas muito utilizada pelos imigrantes italianos no Vale. Parapeitos em ferro e metal são constantes nas portas superiores. Cunhais, cimalkas e sobrevergas - todos de origem clássica - são apropriadas com freqüência. Os sobrados e os porões são comuns. As construções aproximam-se das vias públicas, os jardins frontais diminuem de maneira significativa na formação da paisagem. Vários núcleos urbanos são criados em elevações, deixando a várzea e os fundos de vale, como em Orleans. A igreja, secundada pela casa paroquial, depois pelo colégio, são invariavelmente os edifícios principais. Os vinhedos constituem parte importante da paisagem, em conjunto com as pastagens e as plantações de milho e arroz.

Conclui-se que o espírito gregário, trabalhador e dedicado, solidário, alegre, de valorizar a essência e não a aparência, de dedicação à família, de religiosidade, de fartura na mesa, de simplicidade espartana, continua sendo transmitido para as novas gerações de ítalo-brasileiros. Mas, assim como a culinária, a arquitetura tem se manifestado no interior das residências, pelos hábitos (*habitus*), pela organização interna e pelos usos, e também pelo gosto pelas cores contrastantes e vibrantes, os jardins floridos, a ordem e a limpeza das propriedades são uma continuação dessa cultura. A constância do convívio com parentes, a alegria intrínseca, a frequência do vinho, do azeite e dos vinagres, das massas, das polentas, das saladas, e atualmente dos risotos e galletos, a predisposição pela música, determinam ambientes abertos, repletos de portas e janelas e onde se vive a cozinha e a varanda é quase indispensável.

Alguns elementos diferenciais – resultantes dessas peculiaridades culturais podem ser sentidos. É possível referir-se a cinco constantes principais: detalhes construtivos, a distribuição e dimensão dos espaços de estar e da cozinha, as aberturas para o exterior (que significam maior relação com o espaço circundante, mais aeração e, principalmente – mais luz), as proporções da composição e a presença e o tipo de ornamentos.

Como resultado geral das pesquisas, admite-se responder à questão básica com uma alternativa concreta: existem diferenças na arquitetura dos imigrantes italianos e parte dessas diferenças pode ser detectada na atualidade. Um prosseguimento dessa pesquisa seria o avanço na análise dessas especificidades na arquitetura contemporânea.

6.0 BIBLIOGRAFIA

- 11SR-IPHAN-SC. **Projeto Roteiros Nacionais de Imigração** (em Santa Catarina). Florianópolis: IPHAN, 2007.
- **A arquitetura no Rio Grande do Sul.** [por] Paulo Iroquez Bertussi [et. E tal] – Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.
- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- **Alicerces da memória: 60 bens tombados pelo estado de Santa Catarina.** (Tarcísio Mattos, Editor) - Florianópolis: Tempo Editorial, 2003.
- BALHANA, Altiva Pilatti. **Santa Felicidade: uma Paróquia Vêneta no Brasil.** Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1978.
- BARBOSA LESSA, apud MATTOS, M. B. **O Tropeirismo e a Identidade Cultural da Região de Sorocada.** In: G. Bonadio (Ed.), *Tropeirismo e Identidade Cultural da Região de Sorocaba Cadernos da Academia Sorocabana de Letras* (p. 38). Sorocaba: Organização Sorocabana de Ensino, 1983
- BAUMAN, Z. **Europa: uma aventura inacabada** (1 ed.). (C. A. Medeiros, Trad.) Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Jorge Zahar ed., 2006
- _____. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi** (1 ed.). (J. Zahar, Ed., & C. A. Medeiros, Trad.) Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Jorge Zahar Editor, 2005
- _____. **Modernidade Líquida.** (P. Dentzien, Trad.) Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Jorge Zahar Editor, 1999
- _____. **Globalização: as conseqüências humanas** (Marcus Penchel, Trad.) Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Jorge Zahar Editor., 1999
- _____. **Comunidade: a busca de segurança no mundo atual** (Plínio Dentzien, Trad.) Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Jorge Zahar Editor, 2003.
- BENÉVOLO, Lenardo. **História da Cidade.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1983.
- BERGSON (1896) apud ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BLUMENAU, H. B. O. **Um alemão nos Trópicos: Dr. Blumenau e a política colonizadora no Sul d Brasil.** Cristina Ferraira (org.), (Curt Willy Hennings, Annemarie Fouquet Schünke, Trad.) Blumenau: Cultura em Movimento: Instituto Blumenau 150 anos, 1999.

- BOITEUX, José Arthur. **Diccionario histórico e geographico do Estado de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Azevedo Irmãos, 1915. v. 1.
- _____. _____. Rio de Janeiro: Azevedo Irmãos, 1916. v. 2.
- CABRAL, O. **Nossa Senhora do Desterro**. (1.ed 1979) Florianópolis: Lunardelli, 1983. v.1 e 2
- _____. **Brusque: subsídios para a história de uma colônia nos tempos do império**. (1.ed 1958) Brusque: Sociedade amigos de Brusque, 1960.
- CALDEIRA, Jorge. (org.) **Viagem pela História do Brasil**. (1.ed 1997) São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- COSTA, Lúcio. **Lúcio Costa: registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.
- CULLEN, Gordon. **Paisagem urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.
- DACANAL, José H.; GONZAGA, Sergius; LANDO, Aldair Marli et al. (Org.). **RS: imigração & colonização**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1980.
- DALL'ALBA, João Leonir. **Imigração italiana em Santa Catarina**. Florianópolis, Lunardelli, 1983.
- DEBENEDETTI, Emma; SALMONI, Anita. **Arquitetura italiana em São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- DE BONI, Luis Alberto (org.). **A presença italiana no Brasil**. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. v. 2.
- DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **Imigração, urbanização, industrialização: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964. (Série VI – Sociedade e Educação ; v. 5).
- DURHAN, Eunice R.. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- Editors of Time-Life Books. (1974). **The First Men**. New York: Time-Life Books.

- FICKER, Carlos **História de Joinville: crônica da Colônia Dona Francisca**. Joinville: Imprensa Ipiranga, 1965.
- FINARDI, José E.. **Colonização italiana de Acurra: 1876-1976**. Blumenau, s. n., 1976.
- FLORIANO, César. **Transição e contemporaneidade na arquitetura do imigrante italiano em Santa Catarina**. In: DE BONI, Luis Alberto (org.). A presença italiana no Brasil. Torino: Fondazione Giovanni Agnelli, 1990. v. 2.
- FOUQUET, C. **O imigrante Alemão e seus descendentes no Brasil**. São Paulo: Instituto Hans Staden de Ciências, Letras e Intercâmbio Cultural Brasileiro-Alemão, 1974.
- Folha de São Paulo. **Atlas da História do mundo**. (G. Parker, Ed.) São Paulo: Folha de São Paulo. 1995
- **Fragments do Paraíso: as formas do estado de Santa Catarina**. (Tarcísio Mattos, Editor) – Florianópolis: Ed. Tempo Editorial, 2004.
- FREI VICENTE DO SALVADOR, apud VIEIRA FILHO, D. **Santa Catarina 500: Terra do Brasil**. Florianópolis: A Notícia, 2001.
- FUNARTE. Escritório Regional de Curitiba. Núcleo de Fotografia. **1º Fotosul 83: presença do imigrante na Região Sul**. Curitiba, 1983.
- FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA,. **Projeto Inventários das Regiões de Imigração em SC**. Florianópolis: FCC, 1992.
- **Geografias entrelaçadas: ambiente rural e urbano no sul de Santa Catarina**. / (Luiz Fernando Scheibe, Sandra Maria de Arruda Furtado, Maria Dolores Buss, orgs.) – Florianópolis: Ed. da UFSC; Criciúma: Ed. da Unesc, 2005.
- GRAEFF, Edgar (org.). **Arquitetura do imigrante italiano no Vale do Itajaí**. Florianópolis: UFSC, 1986.
- **GUIA Turístico de Santa Catarina: 4ª Edição**. [Curitiba]: EGCP – Editora de Guias e Catálogos do Paraná Ltda, -.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade** (7 ed.). (T. T. Silva, & G. Lopes Louro, Trans.) Rio de Janeiro, RJ, Brasil: DP&A, 2003.
- **História da Imigração no Brasil: as famílias** (8 ed)(Virginia Costa, orgs.) – São Paulo: SNDCB-Serviço Nacional de Divulgação Cultural Brasileiro, 1990.
- **História de Santa Catarina no século XIX**. (Ana Brancher, Silvia Maria Fávero Arendt, Orgs.) Florianópolis: Ed. da UFSC, 2001.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil** (15 ed.). Rio de Janeiro,: J. Olympio, 1982.
- _____. **História Geral da Civilização Brasileira** (2 ed.). Rio de Janeiro,: J. Olympio, 1963.

- IMAGUIRE JÚNIOR, Key (org.). **Arquitetura do Imigrante Italiano no bairro de Santa Felicidade, Curitiba**. Boletim Informativo da Casa Romário Martins, Curitiba, v. 4, n. 24.
- _____. **Geografia de Santa Catarina: instrução programada**. Florianópolis: COPERTIDE - UFSC, 1971.
- LAGO, Paulo Fernando. **Santa Catarina: dimensões e perspectivas**. Florianópolis. Ed. Da UFSC, 1978.
- LOTTIN, Jucely. **Orleans 2000: história e desenvolvimento**. Florianópolis: Elbert, 1998.
- LUSTOSA, Isabel. Perfis brasileiros: **Dom Pedro I: um herói sem nenhum caráter**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- LUZ, Aujor Ávila da. **Santa Catarina, quatro séculos de história**. Florianópolis: Insular, 2000.
- MAFESSOLI, Michel. **Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas**. trad. Marcos de Castro. - Frio de Janeiro: Record, 2001.
- MATTOS, M. B. **O Tropeirismo e a Identidade Cultural da Região de Sorocada**. In: G. Bonadio (Ed.), *Tropeirismo e Idenidade Cultural da Região de Sorocaba Cadernos da Academia Sorocabana de Letras* (p. 38). Sorocaba: Organização Sorocabana de Ensino, 1983.
- MARX, Murillo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.
- _____. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1988.
- MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O passado no futuro da cidade: políticas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004.
- METALIVROS. **Santa Catarina**. São Paulo: Metalivros, 1992.
- WEIMER, Günter. **Arquitetura da imigração alemã: um estudo sobre a adaptação da arquitetura centro-européia ao meio rural do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS - Nobel, 1983.
- OLIVER, (1995) apud WEIMER, G. **Arquitetura popular brasileira (Raízes)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PEIXER, Zilma Isabel. **A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano em Lages**. Lages: Ed. da Uniplac, 2002.

- PELLIZZETTI, Beatriz. **Pioneirismo italiano no Brasil meridional: estudo de caso**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1981.
- _____. **Um Banco de Imigrantes em Santa Catarina**. Blumenau: Co-edição – Gráfica 43 S.A. Ind. E Com. Fundação ‘Casa Dr. Blumenau’, 1985.
- PELUSO JÚNIOR, Victor Antônio. **Estudos de geografia urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed.da UFSC, 1991.
- PEREIRA, Carlos da Costa; FONTES, Henrique da Silva; BOITEUX, Lucas Alexandre. **História de Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Laudes, 1970.
- PETRONE,.. *apud* PIAZZA, W. F. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis : Lunardelli, 1994.
- PIAZZA, Walter Fernando. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis : Lunardelli, 1994.
- _____. **Italianos em Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 2001. v. 1-2.
- _____. **Santa Catarina: sua história** (1 ed.). Florianópolis: Lunardelli, da UFSC, 1983.
- PICCINI, Andrea. **A casa de Babilônia**: estudo da habitação rural no interior de São Paulo. São Paulo: Annablume, 1996.
- POSENATO, Júlio. **Arquitetura da imigração italiana no Espírito Santo**. Porto Alegre: Arte & Cultura, 1997.
- PORTOGHESE. **A cor de Roma**. Roma: Editrice Lozzi, 2001.
- RENK, Arlene. **A luta da erva**: um ofício étnico no oeste catarinense. Chapecó: Grifos, 1997.
- **Revista: Italianos no Rio Grande do Sul**. Org. Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Departamento de Promoção – DEPROM/12ª Coordenação Regional. Projeto ECIRS/Universidade de Caxias do Sul. Comissão Executiva 120 Anos de Imigração Italiana no RS,
- **Revista: Retratos de uma cultura. A presença da imigração italiana no Rio Grande do Sul**.
- **Revista: Elementos culturais das antigas colônias italianas no Nordeste do Rio Grande do Sul** – Projeto ECIRS – UCS. Florianópolis, 1984.
- REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cidadania**. Brasília: IPHAN / MIN. CULTURA, v. 24, 1996.
- REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cidade**. Brasília: IPHAN / MIN. CULTURA, v. 23, 1994.
- REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Olhar o Brasil**. Brasília: IPHAN / MIN. CULTURA, v. 29, 2001.

- RIBEIRO, Rafael Winter. **Paisagem Cultural e Patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.
- ROVEDA, Fernando. **Memória & identidade**: Antônio Prado, patrimônio histórico e artístico nacional. Caxias do Sul: Lorigraf Gráfica, 2005.
- **Santa Catarina: Espaço, gente, produção**. – Florianópolis: Ed. Tempo Editorial, 2000.
- SANTOS, Roselys Izabel Corrêa dos. **Colonização italiana no Vale do Itajaí-Mirim**. Florianópolis, Edeme, 1981.
- _____. **A terra prometida: emigração Italiana: mito e realidade**. Itajaí: Ed. da UNIVALI, 1999.
- SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SEYFERTH, Giralda. **A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim**. Porto Alegre: Movimento, 1974.
- _____. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1990.
- SIEBERT, C. F. **Estruturação e desenvolvimento da rede urbana do Vale do Itajaí**. Blumenau, SC, Brasil: da Furb, 1996.
- _____. (org.) **Desenvolvimento Regional em Santa Catarina**. Blumenau: Edifurb, 2001.
- SILVA, J. Ferreira. **História de Blumenau**. Florianópolis: Edeme, 1970.
- SILVA, Marilda R. G. C. G. da. **Imigração Italiana e Vocações Religiosas no Vale do Itajaí**. Campinas: Editora da Furb / Editora da Unicamp / Centro de Memória da Unicamp, 2001.
- SOARES, Iaponan; PRAZERES, Leda Maria D'Ávila da Silva (orgs.). **ÍNDICE ANALÍTICO DA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SANTA CATARINA: 1902-1987**. Florianópolis: IHGSC, 1988.
- SOARES, Teixeira. **História da Formação das Fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 1973.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **As razões da Independência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- _____. **O que se deve ler para conhecer o Brasil**. (1 ed. 1944). São Paulo: Círculo do Livro S.A., -.
- STUDIO F.M.B., **Mapas da Itália avulsos**. Bologna: Studio F.M.B., 1998.

- TOMSCIC, Lúcia. Palestra: **Promovendo Saúde a partir da Nossa Biografia** – baseada nos estudos de Rudolf Steiner, Bernard Lievegoed, Gudrum. Proferida na Escola Waldorf Anabá. Florianópolis, 2008.
- TRENTO, A. **Os italianos no Brasil = Gli italiani in Brasile** (1 ed.). (M. Lobello, Ed., & V. tradutores, Trad.) São Paulo, SP, Brasil: Prêmio, 2000.
- VAUTHIER,. Apud FREIRE, G. (org.) **Arquitetura Civil Brasileira**. São Paulo: FAU-USP, 2000.
- VIEIRA FERREIRA, Fernando Luis. **Azambuja e Urussanga: memória sobre a fundação, pelo engenheiro Joaquim Vieira Ferreira, de uma colônia de imigrantes italianos em Santa Catarina**. Orleans: Gráfica do Lelo, 2001.
- VIEIRA FILHO, Dalmo. **Coleção caminhos de Santa Catarina: os caminhos italianos**. Encarte especial Jornal A Notícia, Joinville, 26 mar. 2000. v. 5.
- _____. **Santa Catarina 500: Terra do Brasil**. Florianópolis: A Notícia, 2001.
- _____ (Coord.). **Projeto Roteiros Nacionais de Imigração** (em Santa Catarina). Florianópolis: 11SR-IPHAN-SC, 2007.
- WAISSMANN, F. . apud ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- WEIMER, Günter. **Arquitetura da imigração alemã: um estudo sobre a adaptação da arquitetura centro-européia ao meio rural do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS - Nobel, 1983.
- _____. **Arquitetura popular brasileira (Raízes)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- ZOTZ, Werner. **Gente Catarina: origens e raízes.**; fotos de Lolita Cunha - Florianópolis: Letras Brasileiras, 2002.

7. ANEXOS:

7.1 CONTRATO CAETANO PINTO

DECRETO Nº 5663 – DE 17 DE JUNHO DE 1874

Atendendo ao que Me requereu Joaquim Caetano Pinto Júnior, Hei por bem autorizar a celebração do contrato para, por si ou por meio de uma sociedade ou companhia que organizar, introduzir no Império (excepto a Província do Rio Grande do Sul) cem mil (100.000) imigrantes europeus, de conformidade com a cláusulas que com este baixam assinadas, por José Fernandes da Costa Pereira Júnior, do Meu Conselho, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro em dezessete de junho de mil oitocentos e setenta e quatro, quinquagésimo terceiro da Independência do Império [...]”. para cumprir em 10 anos. (PIAZZA, 1925).

Contrato entre o Governo Imperial e Joaquim Caetano Pinto Júnior sob as seguintes condições:

I

J.C. Pinto se obriga, por meio de uma companhia ou sociedade que poderá organizar, a introduzir no Brasil (com exceção da Província do Rio Grande do Sul), num período de dez anos, 100.000 imigrantes alemães, austríacos, suíços, italianos do norte, bascos, belgas, suecos, dinamarqueses e franceses, agricultores sadios, trabalhadores de boa moral, nunca menores de 2 anos, nem maiores de 45, salvos os chefes de família. Destes imigrantes, 20% podem exercer outras profissões.

II

O período de 10 anos começa a correr depois de 12 meses, calculados da data de elaboração do contrato; o empresário, porém, poderá iniciar a introdução de imigrantes antes do fim dos 12 meses, se o Governo permitir.

III

O número de imigrantes não superará os 5.000 no primeiro ano, podendo ser elevado a 10.000 se o Governo assim estabelecer; mas nos anos sucessivos o empresário será obrigado a introduzir até 10.000, sendo qualquer excesso dependente do prévio consentimento do mesmo Governo.

IV

O empresário receberá por adulto as seguintes subvenções: 120\$000 réis para os 50.000 imigrados; 100\$000 para os 25.000 sucessivos; 60\$000 réis para os últimos 25.000, e a metade destas subvenções para os menores de 12 anos e maiores de 2.

V

Estas subvenções serão pagas junto à Corte, assim que for provado que os imigrados foram recebidos pelo funcionário competente no porto de desembarque da província à qual são destinados.

VI

Nem o Governo, nem o empresário poderão receber dos imigrantes, a nenhum título, as cifras gastas como subsídios, ajudas, transportes e alojamentos dos mesmos.

VII

O Governo concederá gratuitamente aos imigrantes hospitalidade e alimentação durante os primeiros 8 dias de sua chegada, e transportes até as colônias de Estado às quais se destinarem.

VIII

O Governo igualmente garantirá aos imigrantes que quiserem se estabelecer nas colônias do Estado a plena propriedade de um lote de terra, com as condições e os preços estabelecidos pelo Decreto nº

3.784 de 19/01/1867; obriga-se, além disso, a não elevar o preço das terras de suas colônias sem avisar o empresário com 12 meses de antecedência.

IX

Os imigrantes terão plena e completa liberdade de se estabelecer como agricultores nas colônias ou nas terras do Estado, que escolherão para sua residência, em colônias ou terras das províncias, ou de particulares; assim como de encontrar emprego nas cidades, vilas e aldeias.

X

Os imigrantes virão espontaneamente, sem compromisso nem contrato algum, e por isso nenhuma reclamação poderá ser feita ao Governo, tendo somente o direito aos favores estabelecidos nas presentes cláusulas, e disso estarão completamente conscientes.

XI

O Governo designará com precisa antecedência as províncias onde já existem ou virão a se formar colônias, a fim de que os emigrantes já conheçam da Europa os pontos onde poderão se estabelecer.

XII

O Governo nomeará, nos pontos nos quais se efetuará o desembarque dos imigrantes, agentes-intérpretes que ao mesmo tempo fornecerão todas as informações de que necessitarem.

XIII

Todas as expedições de imigrantes serão acompanhadas de listas, as quais conterão o nome, a idade, nacionalidade, profissão, estado civil e religião de cada indivíduo.

XIV

No transporte dos imigrantes o empresário é obrigado a fazer respeitar as disposições do Decreto nº 2.168 e Iº de maio de 1858.

XV

O Governo pagará ao empresário a diferença de preço da passagem entre o Rio de Janeiro e as Províncias para as quais serão enviados imigrantes diretamente da Europa, quando tais províncias não estejam em comunicação direta e regular por meio de vapores com a Europa, e o empresário deva fazer atracar nos respectivos portos vapores de outras linhas por ele fretados.

XVI

As questões que surgirem entre o Governo e o empresário, a respeito de seus direitos e obrigações, serão resolvidas por árbitros. Se as partes contratantes não concordarem pelo mesmo árbitro, nomearão cada uma o seu e estes designarão um terceiro, que decidirá definitivamente no caso de paridade. Se não houver acordo sobre tal árbitro, será escolhido por sorteio um Conselheiro de Estado que terá voto decisivo.



XVII

O empresário será obrigado a repatriar às suas custas os imigrantes que tenha introduzido fora das condições da cláusula 1, e que o exijam, cabendo igualmente ao Estado alojá-los e sustentá-los até sua repatriação, além de perder o direito ao subsídio correspondente a tais imigrantes.

XVIII

Do mesmo modo não poderá transferir este contrato senão à companhia ou sociedade organizada na forma da cláusula.

7.2 EXEMPLO DE FICHA CADASTRAL - PESQUISA 11SR-IPHAN-SC

Roteiros Nacionais de Imigração Santa Catarina		Nova Venéza
<p>dados gerais</p> <p>Localidade: Nova Venéza Denominação: casa de pedra da família Bratti Proprietário: Ângela Bartolotto Endereço: Estrada Geral Nova Venéza</p> <p>Existência de levantamentos cadastrais: () sim () não</p>		<p>uso atual</p> <p>Sem uso</p> <p>uso original</p> <p>Residencial</p> <p>área</p> <p>Lote: 400m² Edificação:</p> 
<p>descrição da edificação</p> <p>O sítio das casas de pedra é um conjunto arquitetônico formado por três edificações de taipa, com esquadrias e estrutura de cobertura em madeira. Dispostos lado a lado estão residência e cozinha, a primeira um sobrado com sótão, e a segunda térrea que agrega também a cantina. Os muros que delimitam o lote, assim como a antiga estrada que chega ao lado do dormitório, também são de pedra. Da cantina parte o passeio que leva à terceira edificação, uma estabaria. Nesta, há um grande sótão que já foi usado para o armazenamento de grãos.</p>		<p>croqui de planta baixa</p>  <p>Estabaria</p> <p>Cozinha</p> <p>Dormitório</p>
<p>dados históricos</p> <p>O construtor das três edificações foi o Sr. Bratti, imigrante italiano que segundo relatos da família que teria edificado outras imóveis da região. A família limpou a terreno retirando pedras e aproveitando-as para a construção das casas num trabalho que demorou cerca de dez anos para ser concluído, sendo que o conjunto tem hoje aproximadamente 115 anos.</p>		
<p>patrimônio material & bens móveis</p> <p>Há alguns móveis nos ambientes, mas nada que seja tão antigo quanto as edificações.</p>		
<p>dados da propriedade</p> <p>Está inserido em perímetro urbano <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não O entorno paisagístico é natível <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não O entorno possui características rurais <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não O lote original está preservado <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Casa e ranchos formam um conjunto <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não Os ranchos merecem destaque <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não</p> <p>Estado de conservação: () bom () regular () ruim obs: foi restaurada em 2002.</p> <p>Há produção agrícola () sim (X) não Há produção doméstica () sim (X) não</p> <p>Condições de higiene: boa Possibilidade de prática de esportes: não Possibilidade de atividades de lazer: sim Existência de curtos d'água: sim</p>		<p>dados familiares</p> <p>Número de pessoas: - Renda: boa Nível de instrução: bom Onde trabalham (todos): restaurante Quanto tempo moram no local: - Mantém o idioma de imigração: sim (italiano) Atividade adicional de lazer: -</p>
<p>o roteiro</p> <p>Os proprietários têm interesse em receber visitantes: (X) sim () não Apresentam condições para receber visitantes: (X) sim () não A propriedade integrará ao roteiro: (X) sim () não O que pode ser oferecido ao visitante: acesso à propriedade</p>		<p>proteção</p> <p>Tombamento existente: () federal (X) estadual () municipal () nenhum</p> <p>Tombamento sugerido: (X) federal () estadual () municipal () nenhum</p> <p>créditos</p> <p>Implantado de acordo com o Plano Diretor Urbanístico de Nova Venéza (2008). Autor: André Luís de Lima (dezembro 2008). Instituto: Fundação Catarinense de Cultura e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional</p>



Roteiros Nacionais de Imigração
Santa Catarina

Novo Veneza



Dormitório



Estrebaria



Interior da Estrebaria



Cozinha e Dormitório



Fachada - Entrada da cozinha da vinha



Sótão - Estrebaria

Localidade: NOVA VENEZA
Denominação: casa BRATTI

codigo NWZ-017

7.3 EXEMPLO DE FICHA CADASTRAL - PESQUISA UFSC

